



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



CAMILA ALMEIDA BELARMINO

**DIÁLOGOS PARA CONSTRUIR UMA
NAÇÃO: CONTINUIDADES DA
QUESTÃO NACIONAL NO
PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO
NAS PÁGINAS DA REVISTA DE
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

2012

DIÁLOGOS PARA CONSTRUIR UMA NAÇÃO: CONTINUIDADES DA
QUESTÃO NACIONAL NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NAS
PÁGINAS DA REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação e História das
Instituições da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro, para obtenção do
título de mestre em história.

Professor Orientador: Flávio Limonci
Rio de Janeiro, 2012

Dedico esta dissertação a
Maria José Almeida Belarmino

RESUMO

O seguinte trabalho tem como objetivo destacar a produção intelectual de indivíduos que colaboraram para a Revista de Imigração e Colonização, periódico do Conselho de Imigração e Colonização.

Tais artigos tratam de assuntos ligados à política imigratória do Estado Novo, estudos científicos sobre raça, cultura e nação e questões relacionadas ao povoamento do território brasileiro. O periódico revela em muitos de seus artigos ideias discutidas pelo Pensamento Social Brasileiro a respeito da construção da identidade nacional. Desta forma, é possível concluir a partir de pesquisas e estatísticas que objetivaram contribuir para a elaboração de propostas e políticas governamentais, o diálogo com ideias de intelectuais como Silvio Romero, Paulo Prado, Alberto Torres e Oliveira Vianna, por exemplo. Na Revista de Imigração e Colonização foram divulgadas não só as decisões e medidas tomadas pelo Conselho, mas também desenvolveu a tarefa de veiculação das informações científicas, fruto de pesquisas dos indivíduos dos diferentes órgãos e institutos ligados à imigração e colonização no Brasil. A Revista de Imigração e Colonização também pode contar com a participação de intelectuais renomados do contexto, além de estrangeiros.

É desta forma que se faz necessário situar o Conselho de Imigração e Colonização em um contexto de produção intelectual que servia como instrumento de um Estado que se propunha a realizar mudanças nas mais diversas áreas da sociedade brasileira.

Palavras-Chaves: Colonização – Imigração – Estado Novo – Pensamento Social Brasileiro

ABSTRACT

The following paper aims to highlight the intellectual productions of individuals who contributed to the Magazine of Immigration and Colonization, the periodical of the Council of Immigration and Colonization. These articles deal with subjects related to immigration policy of the Estado Novo, scientific studies of race, culture and nation and issues related to occupation of the Brazilian territory. In this way, the Magazine reveals in the articles, ideas discussed by 'Brazilian Social Thought' in the construction of national identity. Thus, we conclude from research and statistics, which aimed to contribute to the preparation of proposals and government policies, dialogue with the ideas of intellectuals such as Oliveira Vianna, Silvio Romero and Alberto Torres, for example. The study tried to promote not only the decisions and actions taken by the Council, but also developed the task of serving of informations, result of scientific research from individuals of different organs and institutions linked to immigration and colonization in Brazil. The Magazine of Immigration and Colonization could count on the participation of renowned intellectual in the context, as well as foreigners. From this perspective, it is necessary to place the Council of Immigration and Colonization in the context of intellectual production that served as an instrument of State, which proposed to make changes in several areas of Brazilian society.

Keywords: Colonization – immigration – New State – Brazilian Social Thought

Agradecimentos

Não posso deixar de traduzir neste pequeno espaço a grandeza do sentimento e gratidão por aqueles que estiveram comigo até o este último momento desta etapa. A maior parcela do meu agradecimento ao incansável Prof. Dr. Flávio Limoncic. Obrigada pelas sugestões, correções e críticas. Por apresentar um lado mais humano e concreto da realidade acadêmica. Alguém que demonstrou compreensão, paciência e grande orientação. Destaco minha mãe, a quem mais amo na vida e dediquei este trabalho, sempre dedicada e sábia, apesar das dificuldades. Aos demais de minha família: minha batalhadora irmã, meu adorável sobrinho, agora companheiro de leituras, meu pai por demonstrar capacidade para mudar e continuar. Agradeço também o inesquecível e grande Pablo Nunes, meu melhor amigo. Agradeço a Erick, aquele que sempre demonstra muito carinho, cumplicidade e compreensão nos gestos e palavras. Não posso deixar de mencionar aqueles que nos momentos finais e difíceis me incentivaram, tais como a amiga de graduação Thais Cabral, admirável por seu dinamismo e perspicácia. Agradeço a Hércules Pereira pela confiança e oportunidade. À prima Rani e Graça Fontenelle por trazer sempre entusiasmo e alegria em momentos difíceis. Às inesquecíveis e sempre amigas Marcela Barreto, Gabriela Esteves e Bianca Miraldi. À amiga Silene Feitosa e sua família, pelos anos de amizade e carinho, por acreditarem em meus sonhos e serem grande exemplo de estudo e trabalho. Aos Professores Ricardo Sales e Dominique Miranda, pela disposição na qualificação, pelas críticas e sugestões. Por fim, à história, por me fazer descobrir “os mundos” e “meus eus”.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 Um “mundo” em transformação.....	13
1.1 A nação no olhar da Geração de 1870.....	21
1.2 Os rumos e as considerações a respeito de uma República Moderna no Brasil.....	33
Capítulo 2 O Estado Novo e a questão nacional: O Conselho de Imigração e Colonização.....	48
2.1 A questão nacional e as instituições do Estado Novo: o caso do Conselho de Imigração e Colonização.....	58
Capítulo 3: A Revista de Imigração e Colonização e o Pensamento Social Brasileiro.....	79
3.1 A nação da geração de 1870 em Silvio Romero e produção intelectual da Revista de Imigração e Colonização	89
3.2 A nação pós República em Oliveira Alberto Torres, Oliveira Vianna e a Revista de Imigração e Colonização.....	94
Conclusão.....	127
Bibliografia.....	130

Introdução

A temática a respeito da construção ou formação das nações sempre vem à tona a partir de novas leituras e explicações. As produções em história têm sido incansáveis ao abordar questões relativas à nação e ao nacionalismo. Sob as perspectivas culturais, religiosas, políticas, sociais, entre outras, o advento da nação e seus desdobramentos, ganham diferentes significados. É deste exercício que este trabalho se preocupa: interpretar o processo de construção da nação no Brasil a partir de suas instituições em sentido stricto sensu.

O nacionalismo, enquanto processo ou fenômeno, como muitas leituras traduzem, não é um algo recente, tão pouco local. Cabe, à história, com seu arcabouço teórico e metodológico, desvendar então, as realidades nacionais, aquilo que, aparentemente, é “invisível” ou que sob um olhar superficial, não seriam aspectos referentes à nação.

A investigação sobre nação e nacionalismo no Brasil oferece diversas possibilidades de análise de épocas, contextos, perspectivas e espaços. Neste sentido, este trabalho se propõe a investigar o contexto da ditadura civil do Estado Novo, período de 1937 a 1945, inserido na denominada Era Vargas.

Sobre este contexto, o que se coloca como questão é a construção da nação a partir da produção intelectual que na sua essência, não se fez isolada das ideias correntes na época, e que por sua vez tem origens que estão bem além do contexto em destaque.

O primeiro capítulo deste trabalho tem o objetivo de analisar como ideias correntes entre os séculos XIX e XX compreenderam a questão nacional. Tais ideias, muitas vezes, influenciaram processos de construção e modernização da nação brasileira. Em especial, será destacada a geração de 1870 e os reflexos de suas concepções no momento em que há uma mudança: a crise do império e o nascimento da República, com seu “balaio” de esperanças, novos projetos e transformações em diferentes campos da sociedade. Ainda neste capítulo, ressalta-se a crise de um regime recém - estabelecido e as mudanças que diferentes grupos ansiavam realizar. O destaque está na ação dos grupos atuantes na Revolução de 1930.

No capítulo 2, o que se pretende, é compreender o nacionalismo a partir dos aspectos, território e povoamento, na pós-Revolução de 1930 e na ascensão de Vargas. Neste quadro serão destacados também os eventos e disputas nacionais e internacionais que acabam por garantir a afirmação de uma ordem autoritária e nacionalista, contrariando a lógica liberal.

Analisando o contexto externo do período explorado no capítulo, de acordo com Hobsbawm, a partir do pós - Primeira Guerra Mundial os nacionalismos já fazem parte de uma lógica estatal e de grupos políticos, ou melhor, são reforçados por estes devido o crescente declínio do liberalismo e por mais dois fatores que segundo Hobsbawm são:

(...) o nacionalismo reforçado pela guerra, especialmente após a maré de esperança revolucionária ter baixado no início da década de 20. O fascismo e outros movimentos direitistas foram rápidos em explorar isso, fazendo-o, em primeira instância, para mobilizar os estratos médios, e outros apavorados com a revolução social e a ameaça vermelha (...)¹

Os reflexos de uma crise do liberalismo puderam ser observados tanto na Europa quanto na América. Neste contexto grupos e ideologias se constituíram a fim de contribuir com soluções para os problemas gerados pela política do laissez-faire. Esquerda e direita serviram de inspiração para formulação de ideias e projetos para condução da sociedade. Em alguns casos, a solução estava no fortalecimento da nação a partir de medidas nacionalizantes e modernizadoras, isto é, uma nação forte o suficiente para combater a crise e proteger-se das inconstâncias externas.

A ação de grupos como o Movimento Tenentista, Ação Integralista e Aliança Liberal na década de 1930, bem como a chegada de Getúlio Vargas à presidência, demonstram como as ideias de modernização da sociedade se opunham a uma ordem dita antiga, ineficaz e desorganizada no âmbito político, segundo muitos contemporâneos da época. A constituição de uma nação era um fato a ser consumado, pois até então, para “os mais críticos”, a nova conformação política não havia conseguido isto com êxito. Desta forma, o estabelecimento do

¹ Eric HOBBSAWM, Nações e nacionalismos desde 1870. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 172.

Estado Novo em 1937 pode ser compreendido como um grande exemplo desse ideal.

O projeto de construção da nação Estado Novista conjugava diferentes aspectos, além de objetivar a modernização, a construção do “novo” em termos políticos, também ressaltou as manifestações culturais e as condições socioeconômicas do país. Tais condições perpassavam a questão da integração nacional, da produção econômica, do trabalho, do volume demográfico e da localização dos habitantes que geravam sustento e riqueza. Sendo assim, elementos como imigração, território e povoamento se fizeram constantes nos debates, decisões, na elaboração de leis, organização de instituições e pronunciamentos de Vargas.

O Conselho de Imigração e Colonização foi um dos órgãos que sendo criado em 1938, exemplifica através da análise de seus objetivos realizados neste capítulo, a consagração de estudos sobre imigração e povoamento a partir de planos colonizadores. A produção do Conselho de Imigração e Colonização pode ser compreendida a partir da Revista de Imigração e Colonização criada em 1940 com o objetivo de expor os estudos efetuados pelo órgão.

Ao final, o que se pretende discutir, é de que forma a atuação do Estado se constitui em peça fundamental na construção da nação.

Ernest Gellner e Eric Hobsbawm são uns dos autores que compreendem o nacionalismo como um fenômeno moderno e que teve, no Estado, um de seus principais construtores². Desta maneira, é possível compreender a atuação do Estado Novo e a estruturação de um projeto nacional, ou seja, a atuação dos dirigentes deste governo em levar adiante o projeto de constituição da nação brasileira. Os aspectos mais relevantes deste projeto foram a maior veiculação da língua portuguesa, exaltação dos símbolos nacionais e um plano de maior integração das diferentes regiões do país a fim de dar cabo aos regionalismos. Estes projetos, por sua vez, esbarravam na questão das correntes imigratórias e na presença de estrangeiros em território nacional que constituíram colônias.

No projeto nacional do Estado Novo e “outro” referia-se ao estrangeiro que representasse um ameaça a unidade nacional. Neste intento, é perceptível no Estado Novo, o surgimento de instituições e ações que pudessem dar conta do

² Hobsbawm explicita esta perspectiva na obra Nações e Nacionalismos

plano nacionalista no que se refere à questão do estrangeiro, do território, da educação e do trabalho. É possível então salientar a atuação do Conselho de Imigração e Colonização como uma instituição que buscou estudar medidas que corroborassem o projeto nacional estado-novista.

No terceiro e último capítulo, a discussão tem início a partir da necessidade de formar uma verdadeira nação que respondesse a altura às ameaças externas, e fosse internamente forte e coesa ao mesmo tempo em que se reconhecia a presença fixa de estrangeiros que se encontravam em colônias. Neste sentido o projeto nacionalista do Estado Novo buscou atingir tais grupos e assimilá-los à nação.

A função maior de órgãos ligados a questão imigratória e a colonização seria reforçar o ideário nacionalista concebido como projeto pelo Estado Novo e a coesão social dos que constituíam a nação brasileira. Através de estudos sobre a composição étnica da população, assimilação e densidade populacional, o Conselho de Imigração e Colonização pretendeu colaborar para organizar a imigração e o povoamento do território brasileiro. Foi necessário que Estado e órgãos trabalhassem juntos na consecução do projeto que estabelecesse entre os indivíduos uma identidade nacional que lhes fosse própria, fator exemplificado pelas questões raciais discutidas, e também identificado através dos símbolos nação, como a questão da língua, por exemplo.

Estudos do Conselho de Imigração e Colonização foram publicados na Revista editada pelo próprio órgão: Revista de Imigração e Colonização. Como objeto de pesquisa, o periódico é interessante no sentido de esclarecer as várias ações do Estado Novo e seu projeto nacionalista. Mais ainda, como tônica central deste trabalho, as ideias vinculadas em seus artigos proporcionam um diálogo com as concepções discutidas no primeiro capítulo, em especial com os intelectuais Silvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Vianna.

A seleção destes intelectuais e análise de suas obras partiu dos seguintes princípios:

- De que as ideias a respeito da construção da identidade do Brasil estavam se estabelecendo ao longo do tempo. Por isso, há certa ordem cronológica, onde um autor e sua respectiva produção acaba “encontrando” o outro. Isto representa que não há um corte, uma grande

ruptura, mas quase que um encontro entre suas ideias. Este encontro, representado por contrastes e semelhanças, também aparece nos artigos da Revista de Imigração e Colonização ao abordar questões relativas à nação, prova de um “diálogo” entre as bases do Pensamento Social Brasileiro e Estado Novo.

- Estes autores apresentam aspectos semelhantes em suas ideias, em especial com relação pela escolha do modelo de Estado centralizado e crítica ao modelo vivenciado por eles: o liberal.
- Outro fator de destaque é o que tange ao momento em que eles escreveram. No caso de Silvio Romero antes da República, porém imerso no contexto de críticas ao sistema monárquico e seu governo, e como um dos precursores da geração de 1870. Alberto Torres escreve mais tarde e no momento em que a experiência republicana se faz recente e já com teores de crítica por parte dos intelectuais. Já Oliveira Vianna, apesar de sua aproximação pessoal com Alberto Torres, escreve suas ideias um pouco mais tarde destes dois intelectuais. Contudo, apresenta além das críticas à República, e influências da geração de 1870, o ideário que o põe em diálogo com Silvio Romero e Alberto Torres: a constituição da nação no Brasil a partir da análise de suas raízes históricas. Três autores que em momentos distintos e, porém, integrantes de um todo histórico, se propondo a pensar Brasil.

Capítulo 1

Um “mundo” em transformação

As transformações ocorridas no século XIX refletiram de forma significativa na percepção de tempo e espaço dos indivíduos. Em especial as mudanças com relação aos meios de transportes e na transmissão da informação contribuíram para formação de novas percepções nestas categorias.³ Os avanços na área da microbiologia promoveram melhores condições sanitárias e expansão das cidades, bem como demográfica.

O mundo tornou-se densamente povoado, ou seja, demograficamente maior, em contrapartida geograficamente menor⁴, “em 1888 ele era genuinamente global. Quase todas as suas partes agora eram conhecidas e mapeadas de modo mais ou menos adequado ou aproximado”.⁵ Espaços e territórios “descobriram-se” entre si ao sabor de uma maior comunicação e integração econômica e cultural.

As pesquisas científicas forneceram bases para a segunda Revolução Industrial.⁶ A velocidade das transformações e a grande quantidade de inovações alterou o cotidiano dos indivíduos. O aumento da produção implicou no aumento da necessidade por mercado consumidor e conseqüentemente matéria prima. Isto acarretou o fenômeno conhecido como Imperialismo, ou seja, a disputa de áreas na Ásia e África pelas potências europeias.⁷ Enfim, grande parte das transformações no século XIX podem ser consideradas reflexos da expansão da economia capitalista e da maior integração entre os espaços no planeta.⁸ A variedade de produtos e o ritmo com que eram produzidos acentuou, de certa forma, as diferenças econômicas. Como decorrência desses fatos, Europa expandiu cada vez mais o modelo capitalista de economia pelo mundo:

³ Cf., Eric HOBSEBAWM, A era do capital, p.31

⁴ Ibid., p. 36.

⁵ Ibid., p. 36.

⁶ Cf., Nicolau SEVCENKO, Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República, p. 100.

⁷ Idem., (org.) História da vida privada no Brasil, p.12.

⁸ Ibid., p.9

Nos anos 1880, a Europa, além de ser o centro original do desenvolvimento capitalista que dominava e transformava o mundo, era, de longe, a peça mais importante da economia mundial e da sociedade burguesa. Nunca houve na história um século mais europeu, nem tornará a haver.⁹

Desta forma, também houve a expansão da cultura europeia. Expandiu-se o capital, as atividades intelectuais e até mesmo a comunicação. A Europa se transformou em um dos grandes modelos de sociedade ocidental.¹⁰ Contudo, deve-se considerar que todas as nações europeias não passaram pelas mesmas transformações seguindo o mesmo ritmo de desenvolvimento. Muitas outras partes, em especial o leste, seguiram trajetórias diferentes com relação à industrialização e desenvolvimento do capitalismo.¹¹

O século XIX também pode ser observado a partir do avanço da ciência. A maior parte das atividades intelectuais esteve submetida a ela. O avanço científico auxiliou na produção industrial a partir das inovações e descobertas nas áreas da química, biologia e física, principalmente. Contudo, as grandes descobertas e inovações não se restringiram à área das ciências naturais. A ciência, vista como fonte de desenvolvimento nesta área, também será observada como uma importante base para construção do conhecimento nas áreas políticas e sociais.

O conhecimento filosófico perdeu espaço sendo considerado fruto de puro academicismo. O par “ciência-aplicação” foi considerado o único capaz de trazer resultados práticos e inovadores para transformação e condução dos setores da sociedade. Boa parte das tendências filosóficas passou, então, a subordinar-se aos postulados científicos e métodos da ciência. O positivismo de Comte é um exemplo, pois, apesar do caráter filosófico, possuía uma visão evolucionista e finita da história e do conhecimento.¹² Segundo a teoria, humanidade estaria dividida em estágios, sendo eles o teológico, o metafísico e científico, todos relacionados ao conhecimento produzido em uma determinada época ou estágio. O último estágio, já alcançado pela Europa no século XIX, corresponderia ao

⁹ Cf., Eric HOBBSBAWM, A era do capital, p. 36

¹⁰ Cf., Nicolau SEVCENKO, Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República, p. 102.

¹¹ Cf., Arno MAYER, A força da tradição: a persistência do Antigo Regime 1848-1914. passim

¹² Cf., Eric HOBBSBAWM, op. cit., p. 349.

momento em que todo conhecimento humano já teria sido atingido, bastava-se, portanto, utilizá-lo. Nas diversas sociedades bastava uma análise de suas condições para que se pudesse identificar em que estágio da evolução social elas estariam.¹³

É compreensível aos homens da ciência no contexto do século XIX a noção de que todo conhecimento já havia sido produzido realmente, bem como a ideia de que muitas outras coisas ainda estavam por vir a nível científico. Contudo, todos tinham a crença fundamental que o momento era de franco progresso, como constata Eric Hobsbawm: “Ninguém duvida do progresso, tanto material como intelectual, já que parecia óbvio demais para ser negado”¹⁴

Outra perspectiva que é formulada no século XIX com o status de ciência foi aquela que relacionou biologia e comportamento social postulando a ideia de raça e de progresso. Situando a elaboração deste pensamento historicamente, Nicolau Sevcenko¹⁵ destaca que a formação dos Estados-Nações modernos proporcionou um clima de disputa externa e fortalecimento das estruturas internas, através da promoção da cultura, língua, história, etc. Neste momento, um dos objetivos cumpridos pelas recém-surgidas Ciências Humanas foi justificar cientificamente a formação social de uma nação perante as demais. As desigualdades foram explicadas a partir da noção de “progresso”, ou seja, acreditava-se existir nações que estariam em franco progresso, enquanto outras estariam à margem deste processo. A marcha do progresso iniciada pela Europa, comprovada por sua história, não seria possível às raças inferiores, para muitos isto foi considerado até um risco, uma ameaça.¹⁶

Compreendidas estas teorias, é possível observar que no século XIX as transformações no campo científico, tecnológico e material foram vistas como a chave para uma vida “racional, ética e de abundância material”¹⁷. O controle dos rumos de uma sociedade poderia ser possível no caso de aplicabilidade destas teorias. O controle poderia ser exercido para benefício social e em especial para que o progresso fosse garantido. Portanto, caberia a ciência com seus

¹³ Cf., Eric HOBSEBAM, A era do capital, p.350.

¹⁴ Ibid., p.351.

¹⁵ Cf., Nicolau SEVCENKO, Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República, p. 101.

¹⁶ Sobre esta perspectiva ver Eric Hobsbawm, “A era dos impérios”, capítulos 1 e 10.

¹⁷ Cf., Arno MAYER, A força da tradição: a persistência do Antigo Regime 1848-1914, p. 267.

instrumentos e arcabouço teórico, a descoberta e análise dos fatores que limitavam este progresso. Neste caso, era necessário identificar na nação os componentes superiores e inferiores, bem como suas ações. A forma e o local de atuação dos indivíduos era, sobretudo importante, pois, num convívio estabelecido com base nas diferenças, os setores mais elevados e de comando da sociedade não deveriam ter espaço para a atuação daqueles que não tivessem capacidade racial para desempenhar funções.

O progresso econômico e tecnológico da segunda metade do século XIX alinhado ao crescimento urbano “demonstrava” para intelectuais e elites aristocráticas e burguesas, que a cultura e o governo poderiam ter cada vez mais participação das camadas empobrecidas como constata Arno Mayer ao afirmar que:

A progressiva decadência da Europa era uma queda da cidade clássica política, sociedade e cultura de elite, e não de um estado de inocência e pureza pastoris. Os mercadores da decadência desdenham, para não dizer tinham medo, das plebes grosseiras e sinistras pela sua intrusão temerária.¹⁸

Mayer traduz o período de fim do século XIX como de um embate entre as forças de uma aristocracia e uma burguesia apegadas aos valores do Antigo Regime, ao passo que a massa popular encontrava-se apegada aos ideais de igualdade e democracia. Esta constatação, para os intelectuais do período, poderia ser causa de um confronto sem precedentes na Europa, ou seja, o risco de uma crise iminente. A consequência deste fato, segundo Mayer, foi o isolamento de intelectuais, em públicos cada vez menores, ou mais próximos do poder por temerem exercer um papel menor ou ainda atender aos apelos das camadas mais baixas. É neste momento que as concepções de Darwin passaram a fazer sentido e força diante de ideários liberais e progressistas.¹⁹

A concepção do darwinismo ofereceu uma alternativa “ferozmente conservadora e livremente interpretativa”²⁰ O que foi assimilado por ambos os grupos em confronto, pois,

¹⁸ Cf., Arno MAYER, A força da tradição: a persistência do Antigo Regime 1848-1914, p.271.

¹⁹ Ibid., p. 273.

²⁰ Ibid., p. 274.

(...) embora o darwinismo social nunca estabelecesse normas específicas de ação e finalidades, realmente fornecia um esquema geral onde se poderiam inserir as preferências individuais e os projetos coletivos²¹.

O darwinismo foi a teoria onde as antigas classes dominantes encontraram apoio. A ideia de desigualdade coube bem aos propósitos da elite e esta era a camada que se considerava responsável em conduzir o restante da sociedade. Criticavam o iluminismo, e as ideais de democracia e liberdade. Acentuavam-se as diferenças entre dominantes, com suas supostas qualidades superiores, e as multidões relegadas à inferioridade. Tal perspectiva foi traduzida em diferenças de cunho racial.²²

A teoria de Darwin dispensava as grandes explicações religiosas sendo assim utilizada para compreender o comportamento humano. Esta se tornou a grande orientadora do contexto cientificista do século XIX. A teoria não trouxe como novo o conceito de evolução, mas sim a maneira como Darwin o havia explorado. O conceito em si já era conhecido e utilizado, porém, somente a partir de Darwin que ele foi abordado como uma explicação satisfatória para origem das espécies.²³ A teoria da evolução conjugou as ciências humanas e naturais por tratar a história como um progresso do universo e, portanto do homem. A teoria ratificou a ideia de progresso contínuo, fato que por sua vez, não daria conta das intervenções e descontinuidades. Desta forma, todos os elementos do universo pareciam formar uma cadeia uniforme em evolução.²⁴

A resistência por parte de meios tradicionais e mais conservadores foi imediata. Para estes, em especial setores da sociedade ligados à Igreja, era inconcebível uma linha de evolução que ligasse o homem aos animais. Além do mais, isto acabou por colocar em xeque a grande capacidade da Igreja em dar as respostas a todas as coisas.²⁵

A ideia de uma linha evolutiva que correspondia uma sucessão de acontecimentos e transformações desde o surgimento dos seres mais simples aos mais complexos, garantiu uma explicação para as diferenças existentes entre

²¹ Cf., Arno MAYER, A força da tradição: a persistência do Antigo Regime 1848-1914, p. 274.

²² Ibid., Arno MAYER, p. 276.

²³ Cf., Eric HOBBSBAWM, A era do capital, p. 353.

²⁴ Ibid., p.359.

²⁵ Ibid., p.360

os homens. As diferenças eram comprovadas não implicando em hierarquia racial inicialmente, o que demonstrava isso era aproximação entre as raças e fósseis primitivos ou macacos²⁶. A antropologia e etnografia foram as duas ciências em que o conceito de raça foi fundamental.

As doutrinas raciais do século XIX possuíam em si a noção de evolução. Elas representaram uma oposição às ideias de igualdade entre os homens, tão caros ao iluminismo e a Revolução Francesa de 1789. Duas correntes ganharam destaque e suporte às teorias raciais. São elas o poligenismo e monogenismo²⁷.

A corrente monogenista dizia que todos os homens teriam vindo de uma mesma raiz e as diferenças seriam explicadas por estágios em que os grupos humanos viviam. Neste contexto, destacaram-se a antropologia cultural, com a ideia de civilização e progresso e a criação de modelos universais onde a humanidade foi classificada a partir de estágios obrigatórios de desenvolvimento.²⁸

O poligenismo postulava que os homens possuíam origens diversas, por isso constituíam grupos humanos diferentes entre si, tanto física quanto culturalmente. As raças humanas correspondiam às diferentes espécies de homens. O valor negativo que foi estabelecido à miscigenação vem desta corrente. Contudo, mesmo concluindo sobre o prejuízo da mistura entre os povos, as razões para tal negatividade não chegaram a um consenso. Isso é perceptível nas concepções de dois importantes cientistas que advogaram nesta corrente, como Conde Gobineau e Paul Broca. Para o primeiro, os mestiços eram racialmente temíveis por apresentarem características degeneradas e por serem incrivelmente férteis, já para Broca, os mestiços constituíam um tipo híbrido e infértil. Em seu interior, várias outras teorias se destacaram como a frenologia, a craniometria e a antropologia criminal.²⁹

O Darwinismo social propugnou uma evolução social dos seres humanos e em seu interior possuía correntes que defenderam, por exemplo, o chamado determinismo geográfico, onde o desenvolvimento do homem estava

²⁶ Cf., Eric HOBBSAWM, A era do capital, p.368.

²⁷ Cf., Lilian Schwarcz MORITZ, O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930, pp.48-49.

²⁸ Ibid., p. 58

²⁹ Ibid., pp. 49- 54

condicionado ao meio.³⁰ Desta forma, para se conhecer o grau de potência de uma nação era preciso analisar as condições do meio em que esta se desenvolvera. O determinismo europeu fundamentou-se na ideia de que o clima e as condições geográficas seriam norteadores na constituição dos indivíduos. Portanto, por suas características geográficas, a Europa seria propensa as raças superiores e América e África estariam condenadas a inferioridade.³¹

Outra vertente do Darwinismo Social teorizava a respeito do desenvolvimento de raças distintas. Cada raça possuía características natas e hereditárias. Sendo assim, era possível defender a existência de raças puras e aquelas que já haviam sofrido um processo de miscigenação, o que era negativo, um sinal de degeneração física e social. Tal ideia esteve baseada em três pontos importantes que eram a existência de uma hierarquia entre as raças, variando de raças superiores até inferiores, na ideia de que as divisões entre as raças correspondiam às diferenças entre as culturas e por último que cada grupo humano possuía comportamento específico determinado pela raça a qual pertenciam.³²

A diversidade humana, explicada com base nas diferenças raciais, foi uma tipologia traçada pelos intelectuais da Europa, que se autojulgava o topo do desenvolvimento racial, enquanto negros e índios estariam na base, sendo considerados bárbaros ou selvagens. A classificação esteve baseada em aspectos como a cor da pele, capacidade craniana e índice cefálico e a sobrevivência dependeria da capacidade racial como sintetiza Seyferth:

O Darwinismo social – principal doutrina racista vigente na passagem do século – radicalizou o primado das leis biológicas na determinação da civilização, afirmando que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) – no caso, os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social³³

³⁰ Ibid., p. 58

³¹ Cf., Thomas e. SKIDMORE, E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, p. 44.

³² Cf., Lilian Schwarcz MORITZ, O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930, pp. 58-60.

³³ Cf. Giralda SEYFERTH, Construindo a nação: Hierarquias raciais e papel do racismo na política de imigração e colonização. In. MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. Raça, Ciência e Sociedade, p. 43

Muitos teóricos raciais descreveram o Brasil como país de destino degenerado. Temos o exemplo do próprio diplomata francês Gobineau que ao visitar o Brasil identificou as grandes consequências negativas da miscigenação e de uma população inferiormente racial.³⁴

Teoricamente o darwinismo social, as ideias de raça e progresso, pareceram satisfazer muitas dúvidas com relação às atitudes dos grupos humanos. Bastava no contexto, a adoção de práticas que pudessem intervir na situação de diferentes sociedades a fim de se alcançar a almejada superioridade racial e conseqüentemente o progresso.

A eugenia, que tornou-se uma ciência de aplicação social, postulou que a condição humana poderia ser melhorada através do controle genético.³⁵ A ciência eugênica pretendeu dar respostas biológicas aos problemas sociais. Seu grande objetivo foi intervir na reprodução das populações. Proposta por Francis Galton, as restrições sociais tinham por finalidade o controle genético e o aprimoramento das populações. Isto provocou a tomada de medidas de controle social como o incentivo de casamento entre indivíduos supostamente pertencentes à mesma raça.³⁶

Nas ciências naturais o elemento político e social se fez cada vez mais importante. O conceito de “evolução” estava cada vez mais vinculado aos aspectos políticos e ideológicos.³⁷ A teoria da evolução das espécies também serviu como suporte para ações políticas como o avanço do imperialismo. Como constata Hobsbawm “o ‘darwinismo social’ e a antropologia ou biologia racista pertencem não à ciência do século XIX, mas a sua política”³⁸. Aqueles envolvidos na corrida imperialista também fizeram, muitas das vezes, um diagnóstico político sobre a submissão ou eliminação das raças inferiores como pode ser exemplificado através do conhecido poema de Edward Kipling “O fardo do homem branco”. O imperialismo exemplifica a noção de seleção natural proposta por Darwin em sua versão social. A sobrevivência do mais apto poderia ser indicada

³⁴ Cf., Thomas E. SKIDMORE, Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, pp. 46-47.

³⁵ Cf., Eric HOBSEBAWM, A era do capital, p. 353.

³⁶ Cf., Lilian Schwarcz MORITZ, O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930, p. 61.

³⁷ Eric HOBSEBAWM, Op. Cit., p. 351.

³⁸ Ibid., p. 372.

pela competição econômica, política e até territorial. Um conflito poderia demonstrar entre vencido e vencedores a certeza da lei de seleção natural entre os homens.³⁹

1.1 A nação no olhar da Geração de 1870

“Homem da ciência, é só da ciência, nada o consterna fora da ciência”⁴⁰

O nacionalismo no século XIX teve dois grandes momentos. Inicialmente esteve ligado aos princípios universalistas e de democracia amplamente difundidos pela Revolução Francesa de 1789.⁴¹ Tais ideias foram, sobretudo inspirados pelo iluminismo. Contudo, tal percepção a respeito do que seja nação sofreu mudanças a partir dos postulados científicos raciais.

Para os ideólogos do conceito de nação de fins do século XIX, a ciência demonstrou seus argumentos contra a democracia e o liberalismo, postulando novas abordagens. O homem não era mais independente em suas escolhas, como ressoava o liberalismo. O meio e sua constituição física que determinavam sua posição e condição diante dos demais. As leis da evolução também valeriam para os homens em sociedade. Nisto definia-se “uma luta sem trégua onde pela lei da natureza sobrevivem os mais aptos.”⁴²

A partir deste momento, a preocupação não era explicar as motivações não racionais do homem. Rompeu-se com as correntes do racionalismo clássico. A resposta para as atitudes humanas estaria na hereditariedade biológica. Segundo Le Bon, o comportamento humano era regulado por leis imutáveis inerentes às raças.⁴³ O novo nacionalismo pautou-se no grupo, na raça, e não mais no indivíduo, no cidadão. As teorias legitimavam ações políticas dando suporte para afirmação das individualidades nacionais.

É este tipo de revelação que marcou o pensamento social no Brasil em fins do século XIX como destaca Oliveira: “O determinismo preso às leis

³⁹ Cf., Eric HOBBSBAWM, A era do capital. p. 354

⁴⁰ Frase de Machado de Assis por meio da personagem Simão Bacamarte, de “O alienista” de 1882, expressa bem o contexto cientificista do século XIX.

⁴¹ Cf. Lúcia Lippi OLIVEIRA, A questão nacional na Primeira República, p.50

⁴² Ibid., p.67.

⁴³ Cf. Lúcia Lippi OLIVEIRA, A questão nacional na Primeira República, p. 69 apud LE BON, 1894.

inexoráveis da natureza física e biológica marca o pensamento moderno brasileiro, ou seja, aquele que rompeu com nosso passado romântico.”⁴⁴.

O contexto de produção intelectual de 1870 se caracterizou pela busca por uma forma concreta de constituição da nação. Neste caso, observamos então, o campo⁴⁵ como este mesmo contexto que propiciou a construção de um pensamento reflexivo e pragmático sobre a realidade da sociedade brasileira. O campo intelectual se constituiu deste momento histórico onde as ideias a respeito da nação brasileira efervesciam entre literatos, bacharéis, militares e outros. Este momento correspondeu desde a década de 1870, onde o ideal de modernização da sociedade estava presente nos discursos de diferentes intelectuais, até o momento onde surge a crítica aos primeiros anos da República no Brasil. Esta crítica girou em torno da falta de organização política e social, que segundo muitos, não conduziu a nação ao progresso real.

É também, neste contexto, que observamos que não existe um tipo único e exclusivo de pensamento. A forma de pensar não se traduziu de forma unívoca, como vozes que proclamaram ideias idênticas. Podemos observar neste campo o luta entre interesses e formas de pensamento, que podem ser distinguidos a partir da própria formação dos intelectuais, bem como pela maneira como eles apreenderam o processo histórico que conduziu a construção da nação brasileira. Portanto, a análise se inicia no momento em que os ideais republicanos ganham força e a questão nacional é pensada e repensada.

Fatos e transformações ocorridas na segunda metade do século XIX como a guerra do Paraguai serviram para repensar a situação do Brasil enquanto nação estabelecida. A debilidade do exército, e a participação de escravos na guerra serviram como pontos de reflexão a respeito da escravidão no Brasil e a participação efetiva do exército na vida política.⁴⁶ A urbanização também acabou trazendo consigo mudanças acompanhadas de transformações culturais alimentadas por novas teorias oriundas da Europa e Estados Unidos⁴⁷. Nesse

⁴⁴ Cf., Lúcia Lippi OLIVEIRA, A questão nacional na Primeira República, p. 73.

⁴⁵ Conceito também proposto por Pierre Bourdieu na obra “O poder simbólico” que define o campo como uma estrutura maior, como um espaço ou contexto onde se processam as relações entre os agentes e também as lutas.

⁴⁶ Cf., Thomas E. SKIDMORE, Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, p. 24.

⁴⁷ Ibid. p. 26.

contexto as ideias republicanas se fortaleceram e jovens intelectuais de áreas da literatura, direito, medicina, antropologia, engenharia, por exemplo, passaram a discutir a modernização da sociedade com base em teorias científicas como o darwinismo social de Spencer, o monismo alemão e o positivismo de August Comte.⁴⁸

A abolição da escravatura foi um importante processo de reflexão no debate intelectual a respeito da identidade nacional, pois, apontou para dois questionamentos importantes na conformação de uma nação: Como a nação veio a se constituir? Que tipos de indivíduos formaram sua população? Como destacam Nísia Trindade e Dominichi Sá,

Questões como ‘herança colonial’ e ‘raça’ assumem crescente importância nas controvérsias que marcam as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Para intelectuais desse período, o Brasil representava um grande enigma a ser decifrado em seus aspectos históricos, políticos, étnicos e sociais.⁴⁹

É importante ressaltar que o tema nação foi constantemente debatido desde os primeiros momentos da República, passando por inúmeros tipos de discussões sejam elas científicas, políticas ou literárias. Nação e nacionalidade formaram uma “ciranda” de questionamentos nos meios políticos intelectuais. Propostas para compreender o Brasil, sua formação, população e território para então, determinar os rumos da nação, estiveram longe de ser concluídas.

Na visão dos intelectuais o Brasil era um país, mas não uma nação integrada. Era um corpo fragmentado, mais identificado pelos regionalismos do que pelo todo. Muitos deles julgavam que a questão racial era a causa da falta de unidade do Brasil.⁵⁰ Contudo, a estes intelectuais não pode ser creditado somente às propostas que levavam em conta a perspectiva racial. A organização política e social do Brasil era a principal questão em debate.⁵¹ As diferenças regionais foram demonstradas pela intelectualidade através da constatação do atraso no

⁴⁸ Cf., Nicolau SEVCENKO, (org.) História da vida privada no Brasil Literatura, p. 14.

⁴⁹ Cf., Dominichi SÁ, e Nísia Lima TRINDADE, Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto, p. 67.

⁵⁰ Ibid., p. 68.

⁵¹ Ibid., p.69.

interior e o desenvolvimento do litoral. Um Brasil vasto, porém, disperso, fracionado.⁵²

Na virada do século XIX para o XX, muitos intelectuais estiveram profundamente influenciados pelo positivismo e pelas teorias raciais e viram no processo de mestiçagem ou na educação a solução para os problemas do Brasil.⁵³

Como já analisado, no Brasil o debate sobre nação ocorreu em diferentes momentos. O ano de 1870 foi marcado pela forte campanha abolicionista, criação do Partido Republicano e surgimento da Escola de Direito de Recife. Em destaque, a questão nacional discutida pela “geração de 1870”, será caracterizada pela influência dos postulados europeus do período. Esta geração, a qual José Veríssimo denominou de “modernismo” alicerçou-se sob influência francesa “dos livros franceses de Littré, de Quinet, de Taine ou de Renan, influenciados pelo pensamento alemão e também pelo inglês”⁵⁴. A geração foi marcada por produções que tem como base modelos darwinistas e deterministas.⁵⁵ Estas leituras podem ser exemplificadas pelas atuações de intelectuais como Tobias Barreto da chamada Escola de Recife e Sílvio Romero.

As ideias destes intelectuais demonstram que não houve, portanto, uma simples recepção de teorias e modelos. Fica claro que a existência de debates, contraposições evidencia a ressignificação de ideias, que no Brasil, círculos intelectuais e instituições não eram apenas depositários de concepções estrangeiras. O que se observava não era uma cópia das concepções externas, fato comprovado pelo estabelecimento de um diálogo ativo entre os intelectuais a respeito destas ideias.⁵⁶

⁵² Cf., Dominichi SÁ, e Nísia Lima TRINDADE, Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto, p. 74

⁵³ Cf. Lourdes Maria ECHAZÁBAL, O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento ou mudança conceitual?. In. MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. Raça, Ciência e Sociedade, p. 108.

⁵⁴ Cf., Lúcia Lippi OLIVEIRA, A questão nacional na Primeira República p.80 apud VERÍSSIMO, p.232

⁵⁵ Op. Cit. SÁ e TRINDADE, p. 74.

⁵⁶ Para se compreender os modelos e influências utilizados no âmbito de produção intelectual no Brasil, é necessário não apenas compara a produção intelectual com a matriz, mas sim perceber a maneira como ela foi utilizada. Observar como a partir de um contexto específico os intelectuais se apropriam ou dialogam com determinadas ideias. De um ponto de vista metodológico, os trabalhos de Ângela Alonso sobre a produção de conhecimento no Brasil no período tratado neste trabalho é bastante esclarecedor.

Desta forma, ideias aqui destacadas como as teorias raciais e o positivismo, serviram como um instrumento de análise da situação não só do Brasil enquanto nação como destaca Giralda Seyferth: “A ideia de raça construída sobre hierarquias denotando desigualdade dominou o pensamento social em muitos lugares, inclusive no Brasil.”⁵⁷. Analisar a constituição da população era um passo fundamental para se descortinar os problemas que as raças inferiores poderiam acarretar no desenvolvimento do país. Contudo, para os grandes nomes da ciência racial o Brasil era um país condenado à ruína, devido o alto grau de miscigenação e a permanência dos longos anos de escravidão.

O branqueamento da população se constituiu numa adaptação das teorias raciais à realidade do Brasil. A introdução de indivíduos brancos no processo de miscigenação acarretaria a diminuição da população inferior. Isto justificado porque, neste caso, a população mestiça era considerada de baixa natalidade, com elevada incidência de doenças e desordem social. Concluiu-se que a introdução de indivíduos brancos em uma população miscigenada produziria naturalmente uma população mais clara. Sendo assim, a miscigenação foi vista sob outro prisma: ela não produziria degenerados, mas seria o caminho para o branqueamento.⁵⁸ Estudos e estatísticas foram realizados para observar em quanto tempo o Brasil seria um país mais branco. A tese do branqueamento, que fora apresentada por João Batista Lacerda no Congresso Universal das Raças em 1911, era o caminho alternativo para se atingir a civilização.⁵⁹ Os debates giravam em torno da ideia da desigualdade entre as raças e muitos intelectuais constituíam probabilidades e estatísticas para se observar até que ponto o prevailecimento de tipos imigrantes poderiam contribuir para o caldeamento das raças no Brasil e formação de um tipo nacional branco⁶⁰.

⁵⁷ Cf. Giralda SEYFERTH, *Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização*. In.: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura dos Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*, p. 42.

⁵⁸ Cf., Thomas E. SKIDMORE, *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, p. 81.

⁵⁹ Cf. Giralda SEYFERTH, *Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização*. In.: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura dos Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, p. 49.

⁶⁰ Cf. Giralda SEYFERTH, *Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil*. In. SÁ, Dominichi e TRINDADE, Nísia Lima. *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*, p. 153

A imigração foi observada como um caminho para o branqueamento. Diversos estudos sobre raças realizados no século XIX vieram a fortalecer os ideais de branqueamento da população brasileira. Para que o processo de branqueamento ocorresse como estimando nos estudos e estatísticas uma efetiva política imigrantista deveria ser coordenada de forma centralizada neste contexto. Sobre a imigração na América, Jair de Souza Ramos, destaca que de fato os anos de 1850 a 1880 foram marcados pela grande entrada de indivíduos na América do Norte. Entre 1880 e 1915 foi o período de maior entrada de imigrantes para a América. Neste quadro observamos o EUA, Argentina, Brasil e Canadá como os maiores receptores de imigrantes. Um dos fatores que contribuiu para o deslocamento de indivíduos foi o avanço na tecnologia dos transportes que auxiliou o deslocamento mais rápido e em maior quantidade.

De fato, o branqueamento da população foi uma das razões para o interesse em receber indivíduos europeus. Contudo, não é possível encerrar a questão da imigração na teoria do branqueamento, ou seja, o incentivo à imigração não ocorreu somente por razões de um projeto para tornar a população mais branca. Neste quadro, a política de imigração no Brasil também esteve ligada a dois outros aspectos: o estabelecimento de mão de obra na lavoura cafeeira e a formação de colônias visando o povoamento.⁶¹ Aliados estes objetivos, o Estado deveria promover a adequação de políticas migratórias satisfatórias, como destaca Endrica Geraldo:

Assim, o desejo de “branqueamento da população implicava a imagem de que o principal problema racial nacional continuava a ser a forte presença do “sangue negro” inferior”. A crença na inferioridade da raça sustentou a defesa de imigração como instrumento de inserção de uma população branca que seria acompanhada pela eliminação, com o tempo, da população negra.⁶²

A imigração vinda da Europa deveria misturar-se à população mestiça. Por este motivo deveria se evitar a entrada e tipos raciais que retardassem o processo de branqueamento. Segundo Ramos, apesar das constantes discussões no

⁶¹ Cf. Jair de Souza RAMOS, O poder de domar do fraco, p.71-76.

⁶² Cf. Endrica GERALDO, O “perigo alienígena”: política migratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945), p. 5.

século XIX, até a 1^o década do século XX, o estabelecimento de políticas imigratórias pautadas na questão racial não se realizou plenamente. As ideias de branqueamento persistiram até mesmo após a década de 1930 em autores como Oliveira Vianna e Athur Neiva.⁶³

A despeito destas afirmativas, ainda houve aqueles intelectuais que viram a mestiçagem como um mal para a sociedade e posicionaram-se ao lado daqueles que pregavam a degeneração causada pela mistura de raças, como expõe Nina Rodrigues:

Dos mestiços, eu não pretendo certamente que sejam todos irresponsáveis. Tanto importaria afirmar que são todos degenerados [...]. Mas acredito e afirmo que a criminalidade do mestiço brasileiro é, como todas outras manifestações congêneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada às más condições antropológicas do mestiçamento no Brasil.⁶⁴

Para Ângela Alonso, a geração de 1870 também teve como temas principais em seu debate a questão do trabalho, e a reforma das instituições políticas.⁶⁵ Foram as questões políticas que nortearam estes intelectuais. Os quadros teóricos europeus serviram como recurso para fomentar as ideias de transformação política, pois, “as citações e referências às teorias estrangeiras obedeciam aos propósitos políticos e eram selecionados conforme seu potencial para legitimar posições políticas, antes que teóricas.”⁶⁶ Alonso também argumenta que não havia um quadro preciso das teorias utilizadas pelos intelectuais no Brasil. Estas teorias eram diversas e seus cânones, muitas das vezes ainda pairavam sobre a imprecisão de ideias e conceitos. Contudo, foram muito utilizadas para legitimar argumentos políticos.⁶⁷

Outro fator importante para compreensão da emergência da chamada “geração de 70” foi o crescimento de instituições de caráter científico e a

⁶³ Cf. Giralda SEYFERTH, Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In. SÁ, Dominichi e TRINDADE, Nísia Lima. Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto, p. 152

⁶⁴ Cf. Nina RODRIGUES, As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. p. 215-216.

⁶⁵ Cf. Ângela ALONSO, Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império, p. 167.

⁶⁶ Ibid. p. 174.

⁶⁷ Ibid. p. 172.

formação de novos quadros profissionais provenientes da classe média.⁶⁸ Luis Otávio Ferreira aponta a criação de diversas instituições espalhadas pelo Brasil tais como o Museu Paraense em 1871, a Comissão Geológica do Brasil em 1875, o Laboratório de Fisiologia experimental do Museu Nacional em 1878, a Policlínica do Rio de Janeiro em 1882, a Escola Politécnica de São Paulo em 1893, entre outros.⁶⁹

Muitos intelectuais, neste caso principalmente, bacharéis e literatos, se observaram no papel de conhecedores dos rumos para o desenvolvimento da nação. A grande constatação destes intelectuais no momento era de que no Brasil havia um Estado, mas não uma nação, como destacou Tobias Barreto.⁷⁰

O temor da expansão imperialista sobre o Brasil também alertava aos intelectuais desta geração para a necessidade de formação de uma nação forte.⁷¹ Desta forma a ciência cumpriu um papel predominante para os intelectuais no fim do século XIX. Não bastava apenas observar a Europa, era necessário o desenvolvimento de técnicas científicas próprias a fim de compreender o Brasil, sua gente, geografia, fauna, flora, para então efetuar as mudanças que tornariam a nação uma potência como nos modelos internacionais.⁷²

Havia duas formas de se observar e explicar o Brasil muito comum entre os intelectuais da geração de 1870. Uma analisava o Brasil como um “gigante adormecido”, como um país de grande futuro. Outra observava e constatava os males do país e a busca pela solução.⁷³

É importante destacar que, em síntese, o projeto da geração de 1870, tinha também como grande objetivo construir uma nação moderna com o uso da ciência, pois, “guardou a crença absoluta no poder das ideias, a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para

⁶⁸ Cf Dominichi SÁ, e Nísia Lima TRINDADE, *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*, p. 72.

⁶⁹ Luis Otávio FERREIRA revela lista destas e outras instituições criadas entre 1870 e o início do século XX no artigo “O Ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil” que se encontra na obra organizada por Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá “*Antropologia Brasileira*”.

⁷⁰ Cf., Nicolau SEVCENKO apud Barreto s/d, *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p.103.

⁷¹ *Ibid.*, p.104.

⁷² Cf., Nicolau SEVCENKO apud Barreto s/d, *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p. 105

⁷³ *Ibid.* p. 106

melhorar os homens”⁷⁴ Eles desejavam um Brasil no nível das grandes nações, superação do atraso e retomada do rumo do progresso a fim de integrar-se à civilização ocidental.⁷⁵ As diversas correntes tiveram esse objetivo. Por isso, vemos a opção por vários tipos de pensamento como o positivismo, o materialismo ou darwinismo, estas eram crenças de acordo com a “ordem do dia” e soavam com o que havia de mais moderno. A ordem moderna para muitos deles se caracterizava pela formação de uma República no Brasil, pela abolição da escravatura e pela adoção do verdadeiro sentido de democracia.

A “geração de 1870” incorporou teorias para interpretar, compreender e transformar a crise política no Brasil. Ela se tornou uma expressão de crítica ao Império. Nas obras existiram tons semelhantes como anticlericalismo, anti-individualismo romântico, antiliberalismo imperial. As propostas à crise foram diversas e apresentaram a ideia de reforma.⁷⁶ Os grupos acabaram se diferenciando pelas propostas reformadoras, não somente pela corrente de ideias que defendiam. Dentro de adeptos a mesma corrente era possível perceber propostas políticas diferentes.⁷⁷

O uso da ciência, para esta geração, serviu como instrumento para se buscar as supostas leis que regiam a evolução humana. O positivismo, que teve muitos adeptos no Brasil, destacava que a humanidade era regida por leis que determinavam sua marcha, sua história.⁷⁸ Com seu caráter científico e filosófico foi um conjunto de ideias que influenciaram principalmente intelectuais e professores:

Não menos importante, o positivismo identificou-se logo, no Brasil, com as ciências aplicadas, que começavam justamente a ganhar respeitabilidade junto à elite pensante. Brasileiros que estudavam matemática ou engenharia no Rio, por volta de 1860, ouviam dos seus professores que as doutrinas filosóficas de A. Comte eram a aplicação lógica da ciência a sociedade. Tais ideias levaram muitos ao positivismo; e numerosos dentre esses, diplomados da Escola Militar e da Escola Politécnica, vieram a tornar-se eminentes oficiais e engenheiros do exército.⁷⁹

⁷⁴ Cf, Roque E. Maciel de BARROS, A ilustração brasileira e a idéia de universidade, p. 22-23.

⁷⁵ Cf., Lúcia Lippi OLIVEIRA, A questão nacional na Primeira República, p.81.

⁷⁶ Op. Cit. ALONSO, p. 178.

⁷⁷ Ibid., p. 252.

⁷⁸ Op. Cit. OLIVEIRA, p. 83.

⁷⁹ Op. Cit. SKIDMORE, p.28

O positivismo foi uma perspectiva interessante para aqueles que julgavam a massa despreparada.⁸⁰ O aspecto autoritário do positivismo justificava a tão aclamada concentração de poder. Desta forma seria necessário que

as mesmas leis fatais que a historia universal e o papel da geração atual, crêem, é o de apressar a marcha do país, no sentido daquela ‘fatalidade’, que, por ser necessária a seus olhos, parece-lhes por isso mesmo o valor supremo.⁸¹

Segundo a teoria positivista, a cada estágio a política se dava de uma forma. No estágio teológico a teocracia seria dominante, no metafísico a democracia e no Estado positivo a sociologia seria a sociocracia.⁸²

Apesar de tantas ideias, o positivismo não se constituiu em um movimento homogêneo no Brasil. No entanto, Luis Otávio Ferreira destaca características comuns, entendidas como um ethos, entre os adeptos a esta corrente científico-filosófica. Destas características comuns o uso da ciência foi a grande importância no desenvolvimento da teoria positivista. O cientificismo, ou a crença na ciência, foi considerado como instrumento capaz de transformar a sociedade. A ciência seria a única capaz de “descobrir leis que regem os fenômenos sociais e naturais e de fornecer os instrumentos de explicação e intervenção na realidade”.⁸³ Portanto, a ciência do tipo aplicada foi uma das bases do cientificismo positivista.⁸⁴ Nisto é compreensível outra característica, que foi o senso de missão social dos positivistas. A ciência deveria ser usada para o bem-estar coletivo. Outro aspecto formador deste ethos foi o de defesa à nacionalidade. Contudo, era a defesa de uma nação observada a partir da ciência e não de um nacionalismo romântico. Ferreira também destaca que entre os positivistas existiram conceitos, práticas e teorias próprias da atuação dos defensores desta corrente.

⁸⁰ Ibid., p. 29.

⁸¹ Op. Cit. BARROS, p.166-7.

⁸² Op. Cit. OLIVEIRA, p. 83.

⁸³ Cf., Luiz Otávio FERREIRA. O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. In. SÁ, Dominichi e TRINDADE, Nísia Lima. Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto, p. 91.

⁸⁴ Neste ponto é importante destacar que o ideal de ciência aplicada do positivismo gerou um desconforto ainda ano século XIX, por valorizarem mais o conhecimento aplicado e não a chamada “ciência pura”, o que para muitos barrava o avanço científico. Este embate pode ser observado na análise feita por Luis Otávio Ferreira a partir das Escolas de Engenharia e Medicina.

Outro ponto de interação entre os positivistas no Brasil foi o ideal de República. Neste grupo todos eram republicanos. A República para os positivistas era uma consequência natural da evolução das instituições. Ela foi vista como fruto da política científica e da moral, e não de uma revolução. A evolução levaria alguns anos, mas seria inevitável. As interpretações para teoria positivista foram diversas no Brasil como destaca Sergio Buarque de Holanda:

não era uma doutrina monolítica, porque o Mestre, além de haver deixado discípulos e seguidores que preferiram tomar depois caminhos próprios, não raro heterodoxos, deixou obras numerosas, de épocas diversas, que se prestaram a interpretações várias.⁸⁵

O exercício da teoria da doutrina positivista acabara por ser regido pelas condições políticas do país. Mesmo assim, muitos se utilizaram do positivismo para justificar e coordenar ações políticas.⁸⁶

Pela importância dada à ciência, é possível compreender que com relação ao campo científico, os adeptos ao positivismo contribuíram para a institucionalização da ciência no Brasil. Antes visto como um obstáculo ao desenvolvimento das instituições científicas do Brasil pela historiografia, recentemente, o positivismo, pode ser visto de fato como contribuinte de peso para a formação dos intelectuais da “geração de 1870”, para implantação de instituições, concorrendo para o fomento de debates e controvérsias. Desta forma, compreendemos que o positivismo muito auxiliou para formação do campo científico no Brasil e a circulação de ideias.

Com sua proposta antirracista, esta teoria inspirou muitos intelectuais como Roquete-Pinto no século XX, por exemplo.⁸⁷ Roquete Pinto advogava que a os males da nação não estavam relacionados com sua constituição racial, mas sim ligadas ao pouco desenvolvimento social de certas regiões e questões políticas, como constatamos a seguir:

⁸⁵ Cf. Sergio Buarque de HOLANDA, História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico, p. 289.

⁸⁶ Ibid., p. 297.

⁸⁷ Op. Cit. L.O. FERREIRA, p. 92.

Roquete-Pinto esteve envolvido, tanto intelectual como politicamente, com o projeto de redenção nacional em curso nas primeiras décadas do século XX. Em seus trabalhos há uma imensa preocupação com saúde e educação; estaria no plano ambiental/social e não no âmbito biológico-racial, as razões para se compreender a inferioridade dos tipos nacionais propalada pelos ideários racistas⁸⁸

Como foi constatado, foi no século XIX que se buscou orientar o Brasil rumo à civilização, e segundo as correntes raciais, o empecilho para isso era a escravidão e a inserção do indígena neste plano.⁸⁹ Foi através da antropologia e da geologia que se desenvolveram as principais querelas sobre o darwinismo no Brasil.⁹⁰ É interessante destacar que o Brasil foi palco para elaboração da teoria com a presença do próprio Charles Darwin.⁹¹ Muitos cientistas ainda eram resistentes à teoria de Darwin, e no Brasil as teorias mais propagadas eram as evolucionistas francesas que contrapunham o darwinismo. O próprio imperador D. Pedro II foi um oponente na teoria da evolução proposta por Darwin, como constata Heloisa Bertol e Magali Romero Sá. D. Pedro em seus estudos inclinava-se mais para as ideias de Quatrefages um opositor de Darwin. Neste caso, podemos observar a relação entre a produção científica no Brasil e no exterior. O reconhecimento das pesquisas e contribuições por parte do Brasil, como destacam as autoras, se dão pelas discussões e trocas de informações entre os intelectuais no Brasil e no meio internacional. As querelas científicas mostram isso com clareza. Muitos defensores do Darwinismo se utilizaram das posições científicas do imperador para tecer críticas em tom político, visto que D. Pedro estaria dando importância a um conhecimento observado como atrasado, o que revelava o próprio atraso do sistema político monárquico.⁹²

No Brasil muitas vozes de intelectuais se levantaram não só para absorver estas concepções, mas para reorientá-las à realidade nacional. Silvio Romero, por exemplo, discutiu as ideias do determinista Buckle, que condenou a tipologia

⁸⁸ Ibid., p. 136

⁸⁹ Cf. Magali Romero Sá e Heloisa M. Bertol DOMINGUES, "Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: Domingues, H. M. B. SÁ, M.R., Glick, T. (orgs) A recepção do Darwinismo no Brasil, p.98.

⁹⁰ Ibid. 98

⁹¹ Ibid. p. 99.

⁹² Op. Cit. SÁ e TRINDADE, p. 101-103.

racial no Brasil, não só reinterpretando-as, bem como procurando corrigi-lo.⁹³

As diferentes correntes intelectuais que compunham a geração de 70 lançaram seu diagnóstico sobre a realidade do Brasil. Por exemplo, a escravidão era impensável numa perspectiva positivista, visto que não havia provas da inferioridade das raças. Já para os darwinistas a hierarquia existente entre as raças explicava a escravidão do negro africano, mesmo destacando os malefícios decorrentes desta prática.⁹⁴

Em suma para os intelectuais influenciados pela perspectiva racial o tipo a ser construído era um tipo nacional.⁹⁵ Isto se revela a partir do momento em que se propôs uma adaptação das teorias raciais e positivistas ao Brasil. Desta forma o Brasil teria chance de ser “absolvido” de sua condição marginal perante as nações superiores. O fato revela mais uma vez que coube ao Brasil uma reinterpretação das teorias, o que demonstra sua autonomia frente aos postulados científicos, bem como a capacidade do grupo de intelectuais do Brasil na produção de conhecimento com vistas à utilização política e social.⁹⁶

1.2 Os rumos e as mudanças de perspectivas a respeito de uma República Moderna no Brasil

Após a proclamação da República a idealizada entrada do Brasil na modernidade e no mercado internacional se deu a custo da entrada de capitais estrangeiros. O ideal de modernização atingiu diferentes setores e provocou esforços intensos dos governos para transformar cidades, estabelecer políticas econômicas efetivas e desestabilizar grupos e movimentos sociais que pudessem comprometer este ideal como destaca Sevcenko:

⁹³ Op. Cit. SKDIMORE, p. 49.

⁹⁴ Cf. Lúcia Lippi OLIVEIRA, A questão nacional na Primeira República, p. 84

⁹⁵ Cf. Giralda SEYFERTH, Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In.: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura dos Santos (orgs.), Raça, Ciência e Sociedade, p. 43.

⁹⁶ Op. Cit. MORITZ, p. 18.

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com os padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos.⁹⁷

A chegada da República, para muitos intelectuais, não trouxe consigo as mudanças almejadas. A República foi associada à modernização, ao progresso e civilização, contudo, seu encaminhamento não agradou aqueles que tanto a inspiraram e aspiraram.

A identidade dos homens públicos na República Velha passava fundamentalmente por sua condição letrada. De maneira geral, na virada do século, as letras representavam importantes bens simbólicos.⁹⁸ E como constatado, os intelectuais de 1870 estiveram imbuídos por um otimismo e pela certeza de que se aplicando estas teorias o Brasil entraria em franco progresso. Este quadro mudaria com a consolidação do regime republicano. Esta geração de homens públicos letrados e “otimistas” se observava desfalecida diante de um regime que não correspondeu a seus apelos de integração a ordem moderna ocidental.⁹⁹ A atuação das oligarquias que passam a controlar a República e a ausência de um público leitor de peso, afasta grande parte dos intelectuais desta geração da posição de prestígio como arautos da República e do progresso no Brasil:

Os intelectuais propagandistas da República viam o novo regime como uma etapa da ‘atualização’ do Brasil, do seu ingresso no seu século civilizado. Embora tenham contribuído em muito para uma mudança de mentalidade, eles não participaram, contudo da construção da ordem republicana.¹⁰⁰

Para Paulo Prado, isto se explicava porque a desordem política e os resquícios da sociedade colonial se arrastaram até República alimentando o atraso do país. O Brasil não havia experimentado o progresso devido à marca da colonização e escravidão. Os elementos estrangeiros haviam tomado conta das

⁹⁷ Cf. Nicolau SEVCENKO, (org.) História da vida privada no Brasil Literatura, p. 27.

⁹⁸ Cf. Regina ABREU, Um homem de letras. In: A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil, p. 137.

⁹⁹ Op. Cit. OLIVEIRA, p. 86

¹⁰⁰ Ibid. p. 90

instituições e das ideias no país. Somado a isto, Prado concluiu que a elite não se deu conta das características para formação de uma nação moderna.¹⁰¹

A obra Retrato do Brasil de Paulo Prado demonstrava em suas análises o Brasil com uma realidade que, para o autor, não era mais aceitável: um país atrasado, cheio de vícios, um povo sem preparo, de elites despreparadas, configurando o cenário de um país cristalizado em uma configuração obsoleta e ineficaz. Um país onde o povoamento se deu de forma irregular, aglomerando o maior contingente populacional no litoral, e permanecendo o interior intocável. País onde o clima favorecia a procriação, e temia Paulo Prado, que chegasse aos níveis populacionais asiáticos. Um povo despreparado em todos os sentidos e uma elite que não tinha a competência nem o preparo para conduzir o país. A respeito da falta de reflexões intelectuais no país, Paulo Prado comenta:

Sem instrução, sem humanidades, sem ensino profissional, a cultura não existe, ou finge existir em semiletrados mais nocivos que a peste. Não se publicam livros porque não há leitores, não há leitores porque não há livros.¹⁰²

Paulo Prado identificou que a situação de atraso do país era devido a uma série de fatores conjugados, tais como o despreparo das elites políticas do Brasil. Segundo Paulo Prado essas elites pareciam desinteressadas de suas funções como classe dirigente do país. Assim, o desenvolvimento histórico seguiu sem um norteador que lhe guiasse em direção a um desenvolvimento político e social. Segundo o autor, com a implantação da República, o sistema de oligarquias se consolidou como um modo de reorganizar a política no país. Contudo, acabava considerando que a República não produziu nada que mudasse radicalmente a política brasileira.

Toda essa imagem foi denunciada por Paulo Prado como um cenário que deveria ser totalmente reformulado. O país que se construiu durante esse tempo, com todos os problemas, elites mesquinhas e despreparadas, um povo sem cultura e instituições políticas viciadas, deveria sofrer reformas estruturais, para que se transformasse em um país moderno. Para que essas mudanças

¹⁰¹ Cf., Marco Aurélio NOGUEIRA. Paulo Prado: Retrato do Brasil. MOTA, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil. Um banquete nos vol. I, passim.

¹⁰² Cf. Paulo PRADO, Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira, p.199

pudessem ser feitas, era necessário que houvesse um retorno as origens de todo o problema, conhecer profundamente o país, a forma como ele foi constituído, as raízes de todos os âmbitos da sociedade, para que dessa forma fosse possível agir de maneira a reinventar essa imagem do Brasil. Sendo assim, Paulo Prado se dedica a recuperar o desenvolvimento histórico do país, fazendo uma viagem à colônia, procurando captar os detalhes que caracterizaram o país ao longo do tempo.

A análise das principais ideias de Prado a respeito do Brasil, demonstram a frustração com relação aos primeiros anos do regime republicano, para aqueles que esperavam altos padrões. Além das críticas feitas ao quadro de crises e corrupções, este Também foi o momento em que os intelectuais teriam sido deixados de lado na consecução do projeto sob os auspícios do cientificismo.¹⁰³

O liberalismo adotado foi alvo de críticas e os intelectuais se expressaram em oposição ao regime classificando-o como desorganizado, corrupto, mal administrado e medíocre. Estes mesmo intelectuais, que preconizaram o advento do sistema político republicano como, solução para o atraso do Brasil nos primeiros anos ficaram alijados do processo e do comando político¹⁰⁴. A República nasceu e viveu sob uma condição conturbada de disputas entre os grupos que objetivaram a consolidação de suas propostas como é possível observar nas palavras de Euclides da Cunha: “A ver navios! Nem outra coisa faço nesta adorável República, loureira de espírito curto que me deixa sistematicamente de lado”¹⁰⁵.

A Belle Époque, dentre outras perspectivas, representou o momento em que os presidentes civis buscaram a recuperação econômica do país. A introdução de novos hábitos de consumo, moda, arquitetura, construções, saneamento e reformas no Rio de Janeiro objetivaram apagar o passado colonial e integrar o Brasil de uma vez por todas no espaço moderno.¹⁰⁶ Os intelectuais neste momento passaram a atuar mais próximos ao Estado, mesmo não

¹⁰³ Op. Cit. SÁ e TRINDADE, 2008, p. 71

¹⁰⁴ Op. Cit. SEVCENKO, 2003, p. 108.

¹⁰⁵ Op. Cit. SEVCENKO 2003 p.116, apud CUNHA, 1909.

¹⁰⁶ Op. Cit OLIVEIRA, p. 111

utilizando seu status de homens de letras, como funcionários públicos, escrivães, ocupando cargos em jornais.¹⁰⁷

Proclamou-se uma cultura com destaque para os hábitos genuinamente brasileiros. O contexto foi caracterizado pelo discurso da observação das riquezas do Brasil e do orgulho que deveriam sentir delas os brasileiros, em outras palavras, ufanar-se de tudo aquilo que o Brasil possuía de melhor.

A literatura passou por um momento de “descontração”, ou seja, não “desejou” ficar presa aos rigores, nem tão pouco a missão de refletir sobre os problemas do Brasil, mas sim a respeito de suas boas qualidades. Também pouco a pouco se afastou do cientificismo, marca da “geração de 1870”.¹⁰⁸ As noções que relacionavam biologia e sociedade passaram a ser questionadas. Intelectuais passaram a questionar os postulados das ciências de cunho racial e dar destaque ao aspecto cultural.¹⁰⁹

Os intelectuais ganharam o espaço da cidade cosmopolita e passaram a sobreviver da sua produção aliados a cargos públicos e atividades em jornais, principalmente.¹¹⁰

É com a primeira guerra que os intelectuais mais uma vez mudaram os rumos de suas produções. Deflagrada em 1914, o conflito permitiu a formação de uma nova reflexão a respeito dos modelos europeus aqui adotados como fonte de inspiração. Os intelectuais irão voltar seus olhos para a realidade brasileira:

Ressaltamos também a importância da Primeira Guerra Mundial na revisão dos padrões intelectuais brasileiros. Após a eclosão, reacendeu-se a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro. Essa transformação de padrões culturais teve como pano de fundo o confronto e a releitura da tradição, ou seja, a releitura da interpretação histórica.¹¹¹

A estabilidade econômica veio a partir dos anos de guerra e foi marcada por um clima de otimismo e euforia no mercado internacional.¹¹² Este momento deu um novo impulso à República, introduzindo no país novos padrões de

¹⁰⁷ Op. Cit. SEVCENKO, 2003, p.131.

¹⁰⁸ Op. Cit. OLIVEIRA, p. 113

¹⁰⁹ Ibid, p. 116

¹¹⁰ Ibid p. 114

¹¹¹ Op. Cit. OLIVEIRA, 1990, p.126

¹¹² Op. Cit. SEVCENKO, 1997, p.35.

consumo, industrialização e crescimento publicitário. A economia também passou por um momento nacionalista voltando-se para fabricação de gêneros antes importados da Europa, reforçando as ideias de fortalecimento de uma indústria nacional.¹¹³

O fato de a guerra envolver as grandes potências da Europa acabou por reorientar os debates sobre a constituição da nação no Brasil onde o aspecto racial deixou de ser preponderante e incluiu outros fatores como o cultural, a questão dos recursos do território e as estruturas sociais.¹¹⁴ Com a Primeira Guerra o nacionalismo ganhou novo impulso, pois, deixou o ufanismo de lado e passou a ser militante rompendo com os modelos europeus, com o cosmopolitismo e o cientificismo. A questão no contexto era detectar as deficiências do Brasil que em resumo giravam em torno dos aspectos sanitários e educacionais¹¹⁵, pois, o país possuía um “obstáculo à soberania: a existência de uma população de analfabetos e doentes”¹¹⁶. No processo de construção e conscientização estes dois setores deveriam ser primordiais com relação à ação do governo¹¹⁷. Por esta situação inúmeras medidas foram tomadas e instituições foram criadas pelo governo com o objetivo de garantir educação e saneamento. Segundo as análises da época o atraso do país era resultado do quadro de um Brasil adoecido e não condenado à degeneração.¹¹⁸

A questão da guerra suscitou também debates acalorados entre os intelectuais a respeito da neutralidade. Era preciso saber em que medida a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Estados Unidos poderia influenciar na relação de dependência entre Brasil e esta nação.

Outro aspecto muito debatido foi a continuidade das questões que giraram em torno da ideia do Brasil ser realmente uma nação estabelecida ou não.¹¹⁹ A participação do Brasil na guerra trouxe à tona a questão da soberania nacional como expõe Afonso Arinos: “A própria soberania nacional está em risco, e não poucos homens de responsabilidade contam certo com a tutela estrangeira, meta

¹¹³ Op. Cit. SKIDMORE, p. 189.

¹¹⁴ Op. Cit. BRANDÃO, p. 209.

¹¹⁵ Op. Cit. OLIVEIRA, p. 145-146

¹¹⁶ Op. Cit. LIMA e SÁ, 2008, p.70.

¹¹⁷ Op. Cit. OLIVEIRA, p. 146

¹¹⁸ Op. Cit. SÁ e TRINDADE, 2008, p. 71

¹¹⁹ Op. Cit. SKIDMORE, p. 173.

onde parara a nossa crise.”¹²⁰. Outros como João do Rio, viram na guerra a oportunidade de se repensar à identidade nacional, e mais uma vez trazia ao debate a necessidade de se constatar se o que foi produzido e consumido aqui a nível cultural não era reflexo da cultura europeia.¹²¹

Para a camada militar, sedenta de melhores condições e fortalecimento perante a sociedade, a guerra foi considerada o momento oportuno. A guerra também trouxe a necessidade de mobilização de recursos para enfrentar os problemas sócioeconômicos. Isto trouxe a tona discussões sobre o aproveitamento das riquezas e recursos no Brasil como retrata Antônio Pereira Lima dizendo que o Brasil “imensamente pobre no meio de suas imensas riquezas, desarmado diante do estrangeiro armado, desarticulado e disperso pelos seus vastos sertões”¹²².

A guerra também pareceu ter demonstrado ao Brasil a debilidade de muitas nações europeias. O conflito permitiu a crítica ao regime liberal, visto como modelo ideal para se atingir o desenvolvimento. O esforço de guerra das nações da Europa para manutenção de suas sociedades provocou no Brasil uma reflexão e muitos argumentos por parte de intelectuais no sentido de uma modernização através da transformação de setores sociais como saúde, educação, agricultura e industrialização.¹²³ Uma nova interpretação do Brasil se destacou com o desgaste causado às nações europeias na primeira Guerra Mundial. A Europa antes modelo de progresso e civilização formada por raças superiores, passou a ser observada em suas debilidades. O Brasil passou a se observar mais de perto. O biológico e o social se distanciaram passo a passo na análise sobre o Brasil. O mestiço ainda ocupou lugar central da discussão, porém, a ótica sobre ele foi outra. Se antes ele era o caminho para o branqueamento, agora seria o elemento representante da identidade nacional.¹²⁴

Por outro lado, é importante destacar que houve também a permanência de ideias características da “geração de 1870”. Outro grupo de intelectuais, herdeiros da tradição utilitária desta geração, pregava o nacionalismo e a intervenção científica na sociedade. A guerra também aumentou as vozes deste grupo.

¹²⁰ Op. Cit. SKIDMORE, apud ARINOS, 1969.

¹²¹ Ibid, p. 174.

¹²² Op. Cit. SKIDMORE, apud PEREIRA, 1917.

¹²³ Op. Cit., SKIDMORE p. 189.

¹²⁴ Cf. Renato ORTIZ, Cultura brasileira e identidade nacional, p.42-43.

Voltados para o Brasil eles discutiram os rumos da nação e lançaram críticas ao período da recém - República e seu cosmopolitismo:

Apesar de todas as dificuldades e talvez mesmo por causa delas, os intelectuais mais conscientes e independentes procuraram revalidar a literatura, livrando-a do seu rumo de degradação, inflamando-a com seu credo nacionalista exacerbado pela conjuntura. Tratava-se antes de mais nada de retomar a principal corrente dos albores da República, encabeçada por Silvio Romero, Nabuco, Jaceguai, Afonso Arinos, Mello Moraes e principalmente Euclides da Cunha, que fora abandonada com a vitória do cosmopolitismo da Regeneração.¹²⁵

A guerra na leitura de muitos intelectuais e políticos além de demonstrar a debilidade do Brasil também reforçou a ideia de Darwinismo social onde a “lei de seleção natural” conferia a sobrevivência dos mais fortes, onde o Brasil lutava pela sobrevivência ou

arregimentava esforços e tornava-se uma grande nação, ou sucumbiria à dominação de potências estrangeiras, quer fosse conquistado diretamente, por invasão, ou indiretamente, pelo controle da sua economia e cultura.¹²⁶

Para que isto ocorresse era necessário que os indivíduos investissem menos na cultura do bacharelismo e estimulassem o desenvolvimento tecnológico e a exploração das riquezas do Brasil.¹²⁷

Nos anos posteriores à guerra, ou seja, nas décadas de 20 e 30 os movimentos e críticas a situação política e social do Brasil foram constantes. Sendo possível observar tanto a consolidação do ideal de branqueamento quanto à refutação de muitas teorias raciais.¹²⁸

Os anos de 1920 foram marcados por um conjunto de transformações que afetaram áreas como a política, a cultura e economia. No seio do exército, surge o movimento, liderado por jovens oficiais que denunciaram a falta de moralidade nas instituições políticas no país. As classes médias urbanas, também passaram

¹²⁵ Op. Cit. SEVECENKO 2003, p. 136.

¹²⁶ Op. Cit. SKIDMORE, p. 190.

¹²⁷ Op. Cit. SKIDMORE, p. 181.

¹²⁸ Ibid. p. 192.

a contestar essa ordem em busca de representação política num espaço dominado pelas oligarquias rurais:

O movimento [tenentismo], que tomou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes aos setores urbanos (camadas médias e a classe operária das cidades).¹²⁹

As próprias forças oligárquicas estavam abaladas pelas disputas políticas e conflitos.¹³⁰ A sociedade era marcada por uma economia dependente da exportação agrícola e mantinha um sistema político com práticas fraudulentas para manutenção das oligarquias no poder. Em contra partida, podia se observar mudanças de caráter urbano, acompanhadas pela crescente industrialização e diversificação das atividades e serviços. Tais fatores servirão de impulso para reivindicação de caráter modernizador. Estes movimentos acabaram por impulsionar a Revolução de 1930, que foi considerada o marco final da 1ª República. Pode-se reputar que foi com o movimento de 1930 que a esperada modernização teria sido posta em prática em um processo comandado pelo Estado. Contudo, cabe destacar que não foram as propostas dos revolucionários em si que promoveram as mudanças, mas sim os resultados da Revolução de 1930 que demonstraram a sua importância como marco histórico.¹³¹

Marcam o período da década de 1920 temas como a criação do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, o Centenário da Independência e o Movimento Tenentista. Em especial, segundo Marly Motta, a comemoração do Centenário da Independência, representa uma busca das origens e uma avaliação do passado no sentido de “salvar” a nação do atraso¹³². A comemoração do Centenário não foi simplesmente, segundo a autora, uma data memorável, mas um momento em que intelectualidade toma como tarefa a missão de analisar o passado e recriar a nação a fim de reconstruir um país moderno.¹³³

¹²⁹ Cf. Marieta de Moraes FERREIRA, Surama Conde Sá PINTO, A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta, p. 12.

¹³⁰ Op. Cit. FERREIRA, p.11.

¹³¹ Op. Cit. FERREIRA e SÁ, p.23.

¹³² Cf. Marly Silva da MOTTA. A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro, p.3

¹³³ Ibid, p.4

A Semana de Arte Moderna, que ocorreu em 1922, foi o retrato de uma reunião de intelectuais que tinham visões diferentes, mas algo em comum: espírito de transformação, de discussão dos problemas da época. A geração de 1922 também tinha em comum a busca de uma identidade cultural e social. A busca por essa identidade baseou-se na crítica aos princípios estéticos e culturais dominantes na época. Essa crítica-renovadora pode ser observada em outras áreas da ciência num movimento animado pela Academia Brasileira de Ciência, também inaugurada em 1922.¹³⁴

Este passado, constituído por uma Belle Époque “frustrada” pela 1ª Guerra e por uma República com realizações distantes, deveria ser reconduzido a um presente e um futuro cujo modelo fosse mais promissor.¹³⁵ Sendo assim, valores que sustentavam a Belle Époque como liberalismo, a racionalismo e otimismo cientificista passam a ser criticados em prol de valores do chamado pensamento tradicionalista.¹³⁶ Para intelectuais do pensamento tradicional tais como, Jackson de Figueiredo, Tristão de Ataíde, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Oliveira Vianna e Monteiro Lobato¹³⁷, destaca-se a crítica a realidade urbana e industrial vista como superficial. O espaço era, então, o elemento essencial para se pensar a nacionalidade, a geografia contribuiria para destacar os aspectos positivos da nação. Segundo Alberto Torres, o trabalho da lavoura se contrapunha aos das industriais.¹³⁸ No campo, estariam concentradas as verdadeiras raízes da nação.¹³⁹ Por outro lado, existia uma vanguarda que pregava a valorização do desenvolvimento urbano e industrial. Para os vanguardistas Mario de Andrade, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade, a cidade era novo centro de identidade nacional. A modernidade estava condicionada a incorporação de uma realidade urbana e industrial, como dizia Mario de Andrade “fujamos da natureza”¹⁴⁰. Segundo Motta, essas diferenças podem ser destacadas da seguinte maneira:

¹³⁴ Cf. Simon SCHWARTZMAN, Formação da comunidade científica no Brasil, 1979

¹³⁵ Cf. Marly Silva da MOTTA, A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro, p.4

¹³⁶ Ibid p.4

¹³⁷ Ibid p.6

¹³⁸ Op. Cit MOTTA p. 6

¹³⁹ Ibid. p.4

¹⁴⁰ Ibid. p.7

uma, composta por indivíduos ligados às idéias vanguardistas européias, rompendo com os valores "clássicos" e buscando sintonizar a realidade nacional com o ritmo veloz e febril do novo mundo urbano e industrial; outra, igualmente filiada a correntes internacionais, de caráter conservador, marcada pelo apelo aos valores da natureza e do campo, pelo repúdio ao industrialismo e à modalidade da vida urbana, litoralista, cosmopolita e liberal.¹⁴¹

Em nome da nação, cada corrente valorizava espaços e atividades diferentes. As explicações tinham por objetivo compreender e repensar o país e livrá-lo de um futuro incerto. A reconstrução da nação para ambas as correntes perpassava pela modernidade, a partir dos elementos do imaginário nacional fossem eles do campo ou da cidade.¹⁴²

O discurso pautado na perspectiva de aproveitamento das riquezas do Brasil incentivou a formação de diversos movimentos com o intuito de defender a questão nacional e o crescimento das potencialidades do país como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista e a Ação Social Nacionalista. A década de 1920 foi marcada pelo pensamento reflexivo com relação à nação. Portanto, para muitos daqueles preocupados em pensar a nação, era necessário crescer com as próprias forças e não a partir de modelos estrangeiros. O espírito de renovação partiu da análise da realidade e do passado do Brasil.¹⁴³

Modernização é a palavra de ordem do momento. É a marca da atuação de diferentes grupos de intelectuais, artistas, classe média, jovens oficiais, partidários de esquerda e direita. Como interpretou Graça Aranha ao deixar a Academia Brasileira de Letras:

O movimento espiritual modernista não se deve limitar unicamente à arte e à literatura. Ele deve ser total. Há necessidade, tão longamente esperada, de transformação filosófica, social e artística (...). A inteligência temerária, libertadora e construtiva, animada pelo espírito moderno que vitaliza o mundo, transformará o Brasil.¹⁴⁴

O que é possível observar nas falas destes grupos é a crítica ao atraso do país, aos seus problemas. A solução destes problemas seria a reforma da

¹⁴¹ Ibid. p.5

¹⁴² Ibid. p. 8

¹⁴³ Op. Cit. OLIVEIRA, p. 147

¹⁴⁴ Cf. Sílvio CASTRO, Teoria e Política do Modernismo Brasileiro, p.123.

sociedade. A reforma significaria a possibilidade de se criar instituições modernas, abertas ao espírito de renovação e organização.

Diante deste quadro de transformações, os anos e 1930 demonstraram as primeiras tentativas de interpretação de conjunto da história, da economia e da sociedade brasileira, a partir de referenciais diferentes dos de "raça". Intelectuais procuraram uma forma diferente de ver o país distanciando-se do olhar europeu de forma que "raça não preclua necessariamente o futuro do Brasil como grande nação"¹⁴⁵ Intelectuais desse período frequentemente discutiram a respeito dos acontecimentos que agitaram a vida política do país. Alguns participaram diretamente dos acontecimentos; outros Francisco Campos e Azevedo Amaral justificaram a implantação de um Estado autoritário como caminho para organização e modernização da sociedade brasileira

Conclui-se que o campo era o momento favorável para construção de análises que buscavam dar conta das grandes indagações: O que era o Brasil? Como se formou? Qual o caminho para modernização? Sendo assim, seguindo novas tendências do ambiente intelectual, a vertente culturalista também influenciou muitos intelectuais no período. A antropologia cultural propôs já no início do século XX, a dissociação entre cultura e raça. Este discurso pregava que para além das inferioridades e superioridades das raças, a mistura era inevitável.¹⁴⁶

Um dos intelectuais que bem exemplifica esta mudança é Gilberto Freyre com a obra *Casa Grande e Senzala* de 1933. Apesar de outras correntes que se levantaram para a explicação do povo brasileiro, o autor procura explicar alguns fatores sob a luz de uma tese culturalista, onde o homem não seria moldado e assolado pelo clima e o ambiente, mas teria meio de fazer uso deles para seu benefício. Segundo Renato Ortiz "Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito veio sendo desenhada".¹⁴⁷ Freyre abriu opção de uma nacionalidade que não mais buscava a uniformidade, antes englobava as diferenças regionais e raciais do Brasil. Enquanto Gilberto Freyre optava por uma perspectiva cultural, muitos políticos e intelectuais ainda

¹⁴⁵ Op. Cit. SKIDMORE, p. 195

¹⁴⁶ Op. Cit. ECHAZÁBAL, p. 109

¹⁴⁷ Op. Cit. ORTIZ, p. 41

pregavam a hierarquia entre as raças e o branqueamento da população. Isto suscitou inúmeros debates no meio político, em especial com relação à imigração.¹⁴⁸

Gilberto Freyre sistematizou suas teorias sobre a história da sociedade brasileira em três livros: *Casa-grande & Senzala*; *Sobrados e Mucambos*; e *Ordem & Progresso*. Especificamente, *Casa-grande & Senzala* se colocou nesse contexto onde o debate sobre a formação da sociedade brasileira estava em voga no cenário político do país. O livro se destinou a responder questões sobre a identidade do povo brasileiro, como esse se constituiu durante as décadas, qual foi a parcela de participação de cada setor social e cada raça que compôs o cadinho étnico brasileiro e principalmente questionamentos sobre a existência de uma cultura genuinamente brasileira.

Logo em seu prefácio, Freyre deixou bem claro dois eixos que nortearam toda a sua explicação da situação brasileira. O primeiro diz respeito à separação entre os efeitos da herança racial de cada raça envolvida em nosso processo de formação e a sua influência social e na cultura. O outro eixo diz respeito ao peso que a estrutura econômica exerceu sobre a configuração social que se estabeleceu no Brasil. Assim, elegeu a monocultura latifundiária e a falta de mulheres brancas para o relacionamento com os colonos portugueses os fatores principais para que as relações entre brancos e não-brancos se estabelecessem.

O intelectual explica a adaptabilidade do português nos trópicos por já possuírem traços provenientes de relacionamento com outros povos, ou seja, Freyre defende que os portugueses por si só já eram um povo mestiço, que não se situavam nem como plenamente europeus, nem como africanos. Ficavam no limite, um amálgama de europeus, mouros e africanos. Deste modo, os portugueses teriam adquirido uma adaptabilidade superior a qualquer outro colonizador, fazendo de si mesmos colonizadores natos. Para Freyre, seguindo a tradição de Boas, a cultura era anterior e superior aos caracteres raciais e ambientais:

¹⁴⁸ Op. Cit. SKIDMORE, p. 212

Buscando uma visão mais ampla, encontra na interação raça-meio físico as características psicológicas que definem o povo. Inter-relacionam-se etnias/culturas e trópico como elementos explicativos: é fundamental à análise apreender não apenas o grau como o momento de cultura que os diferentes povos nos comunicaram, além de sua adaptação ao trópico.¹⁴⁹

Freyre acreditava que as relações raciais que se deram no Brasil colonial eram amistosas, e harmônicas, promovendo assim um ambiente de reciprocidade cultural:

A mulher indígena foi incorporada à sociedade cristã, tornando-se esposa e mãe de família, transmitindo suas tradições à família do colonizador, As tensões resultantes dos choques entre as duas culturas – europeia e indígena -, ao se explicitarem em conflitos, encontram o caminho da integração, do equilíbrio dos elementos antagônicos.¹⁵⁰

A respeito do papel do negro na formação do povo brasileiro, Freyre não acreditava que o negro fosse inferior ao branco, como destaca Sallum:

A ruptura com as ideologias racistas e com os determinismos climáticos e, mais que tudo, a valorização da mestiçagem racial e cultural brasileira foram revolucionárias em relação às formas dominantes de pensar na época do lançamento de Casa-grande & Senzala. Seu carisma, que resultou em enorme sucesso de público, está nisso mesmo, em ser um livro de combate, de ruptura com as ideologias que nos inferiorizavam de afirmação cientificamente fundada das possibilidades de engrandecimento nacional.¹⁵¹

Sua constatação ficou demarcada pelo fato de ser o negro o único a se adaptar totalmente aos trópicos. Além disso, a cultura africana se fez muito presente no processo de formação do povo brasileiro, dando outros ares ao brasileiro, transmitindo características que mais tarde seriam, segundo o intelectual, traços de personalidade que eram o retrato do Brasil no exterior. Para Freire, todo o brasileiro era racial ou culturalmente negro. Delegou-se ao negro, desta forma, um grande papel na formação do Brasil, dando a ele papel de colonizador, indicando também uma de suas grandes teorias, a de que o Brasil

¹⁴⁹ Cf. Elide Rugai BASTOS, Casa-grande & Senzala, In Banquete no Trópico, p. 230.

¹⁵⁰ Op. Cit BASTOS, p. 223.

¹⁵¹ Brasílio SALLUM Jr., Sobrados e Mucambos, In. Banquete nos Trópicos, vol 2, p. 330.

vivia uma democracia racial: “Somos uma democracia social porque somos uma democracia racial”.¹⁵²

¹⁵² Op. Cit FREYRE, p. 376-377.

Capítulo 2

O Estado Novo e a questão nacional: O Conselho de Imigração e Colonização

A experiência política da Primeira República teria demonstrado para muitos que a almejavam, que o excessivo materialismo e objetivismo do liberalismo não correspondiam às necessidades individuais dos cidadãos e nem as especificidades nacionais. Segundo alguns, o Estado liberal da Primeira República não teria conseguido integrar o homem à terra brasileira segundo intelectuais e ideólogos do Estado Novo de Vargas. Portanto, a ideologia do Estado Novo não poderia ser portadora de uma “doutrina oficial”, homogênea que excluísse diversidades da realidade brasileira, constatadas como relevantes.¹⁵³

O Estado Novo teria como objetivo a construção de um projeto nacional em uma de suas dimensões fundamentais: o aspecto social articulando a proposta política de caráter verdadeiramente “revolucionário”, que passa a se autodefinir como uma democracia social.¹⁵⁴ É desta forma que o Estado Novo pode ser compreendido a partir das aspirações dos revolucionários da década de 1930, ou seja, no ideal dos indivíduos participantes deste levante que estava pautado na transformação das estruturas políticas, sociais e econômicas. Contudo, torna-se importante problematizar a noção de que o resultado direto da Revolução de 1930 foi a constituição de um Estado ou governo que atendia a todas as demandas e grupos participantes deste movimento. As aspirações por modernização, manifestadas entre as décadas de 20 e 30, irão ultrapassar a constituição inicial do governo Vargas, como destaca Bóris Fausto:

Seria equivocado, porém, imaginar a existência de um Estado forte nascido por inteiro no imediato pós-30. Pelo contrário, o Governo Provisório teve de tatear em muitas medidas, teve de enfrentar o descontentamento de velhos amigos pertencentes às oligarquias regionais, teve de enfrentar revoltas dos quadros inferiores, pressões tenentistas nos âmbitos das Forças Armadas e, sobretudo, a “guerra paulista”, desfechada em 1932. Mas o processo político que se desenrolou ao longo do período levou ao reforço do poder central e à reconstrução do Estado, que ultrapassou vitoriosamente suas maiores dificuldades.¹⁵⁵

¹⁵³ Op. Cit GOMES p. 109

¹⁵⁴ Op. Cit GOMES p.131

¹⁵⁵ Bóris FAUSTO, A Revolução de 1930: Historiografia e História. p.23

A constatação de Fausto remete a aspectos de cunho histórico que se tornam importantes para compreensão do movimento de 1930 e conseqüentemente a Era Vargas. Neste caso a economia do país estava consolidada a partir dos interesses da agroexportação cafeeira e de uma elite agrária que se estabeleceu no poder desde inícios da República, garantindo assim seus interesses econômicos através de estratégias políticas já muito debatidas, como a chamada política “café-com-leite”, que era a alternância na presidência da República entre mineiros e paulistas¹⁵⁶, e da “política dos governadores” que segundo Marieta de Moraes Ferreira tinha como objetivos

confinar as disputas políticas no âmbito de cada estado, impedindo que conflitos intra-oligárquicos transcendessem as fronteiras regionais provocando instabilidade política no plano nacional: chegar a um acordo básico entre união e os estados; e pôr fim às hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, controlando a escolha dos deputados.¹⁵⁷

É também importante destacar a dinâmica eleitoral daquele contexto exemplificada pela utilização de mecanismos como o “voto de cabresto”, que tornava possível o controle e fraude durante as eleições.¹⁵⁸

Percebe-se que a ordem política estava mais pautada nos poderes locais do que de fato num poder central. As dinâmicas de poder atendiam os interesses dos grandes produtores onde o regionalismo se destacava em detrimento a um poder político nacional. Esta política oligárquica de caráter regionalista estava consolidada a partir dos interesses dos grandes produtores e exportadores. Isto se constituía numa dinâmica que garantia aos grupos de liderança política e econômica a possibilidade de tocar seus negócios quase que independentes do poder Estatal, em muitos casos. Desta forma, a fim de contrapor a ordem, os precursores do movimento de 1930, preconizavam um nacionalismo que submetesse os regionalismos e garantisse uma política coesa e centralizada.

¹⁵⁶ Cabe ressaltar que Claudia Viscardi na obra “O teatro das Oligarquias: uma revisão da política café-com-leite, que a aliança entre Minas e São Paulo foi tangenciada por disputas e conflitos, não eliminando de fato a instabilidade política no período. Cf. Claudia Maria Ribeiro VISCARDI, O teatro das Oligarquias: uma revisão da política café-com-leite. Rio de Janeiro: Comarte, 2001.

¹⁵⁷ Cf Marieta de Moraes FERREIRA, Surama Conde Sá PINTO, A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta, p. 2

¹⁵⁸ Vitor Nunes LEAL, Coronelismo, enxada e voto, passim.

As mudanças ocorridas nos anos 30 indicaram a gradativa mudança com relação à ordem anterior. Neste sentido, houve em primeiro lugar, uma reestruturação política que objetivava assegurar o poder do Estado e um processo de nacionalização suplantando os regionalismos e a desarticulando os mecanismos que garantiam o comando das oligarquias. Eli Diniz interpreta que

Desmontar as bases de poder de decisão dos grandes Estados significaria paralelamente remanejar os recursos de poder à disposição dos diferentes setores dominantes, reequilibrando o peso das diferentes facções oligárquicas regionais, reduzindo a influência dos setores hegemônicos tradicionais, representados pelos interesses cafeeiros dos grandes Estados produtores, notadamente a burguesia cafeeira paulista, ou ainda criando canais de acesso e de influência para os grupos emergentes.¹⁵⁹

O afastamento progressivo do governo de Vargas das forças oligárquicas representava então a tendência de fazer com que as forças regionais deixassem de influenciar diretamente no poder. Para cumprir este objetivo, buscou-se ampliar as bases de apoio social ao governo, por exemplo, entre a intelectualidade nacionalista para que assim pudesse se firmar a perspectiva centralizadora e nacional do governo. Contudo, havia oposições a este projeto uniformizante, como foi o caso da Revolução Constitucionalista de 1932 é um exemplo de articulação onde segmentos importantes das oligarquias participaram numa tentativa de reaver uma maior autonomia.¹⁶⁰

No âmbito externo, o contexto internacional da Revolução de 1930 corresponde àquele de crescente industrialização das nações, de fortalecimento de movimentos operários e dos nacionalismos no pós-Primeira Guerra Mundial. De uma forma mais ampla, havia na essência do movimento de 1930, forte crítica ao liberalismo que para muitos demonstrava sua fragilidade com a crise de 1929.

A crise de 1929, segundo Luiz Carlos Delorme Prado, não se explica somente a partir do Crash de 1929. Já na década de 1920, segundo o autor, era possível observar sintomas de crise econômica caracterizados pela instabilidade financeira e tentativas de se atingir o padrão ouro, sistema abandonado no início

¹⁵⁹ Cf. Eli Diniz O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 3º Volume, p.93

¹⁶⁰ Sobre o assunto ver Thomas Skidmore, Brasil: de Getulio à Castelo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

da guerra devido à necessidade de expandir as economias. Também na década de 20 assiste-se o crescimento da economia industrial dos Estados Unidos.¹⁶¹ No final do conflito a nação americana torna-se credor líquido de seis bilhões de dólares e grande fornecedor de produtos essenciais a subsistência.¹⁶²

Os índices de queda e retomada do crescimento econômico demonstram que a crise não originou-se nos Estados Unidos. O país teria seguido um curso parecido com o das outras economias industrializadas, porém, a queda da economia foi maior e sua recuperação se dá mais tardiamente. Os primeiros indícios da crise foram visíveis nos EUA, justamente devido o crash da bolsa de New York.¹⁶³: “a crise é originada da dinâmica da economia internacional, não sendo explicada pela economia de um só país. Mas mesmo que a crise não tenha origem nos EUA, as ações desse país explicariam sua extensão, sua profundidade”¹⁶⁴

Diante destes fatos, a crise econômica mundial de 1929 vai agravar a crise política que se manifestava desde os anos 20 no Brasil:

A acirrada disputa eleitoral foi agravada pela profunda crise econômica mundial provocada pela quebra, em outubro de 1929, da bolsa de Nova York. No final desse ano já havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e mais de um milhão de desempregados em todo país. A crise atingiu também as atividades agrícolas, especialmente a cafeicultura paulista, produzindo uma violenta queda dos preços do café e liquidando o programa de estabilização do governo que vinha sendo implementado.¹⁶⁵

Estes fatores irão garantir ao Brasil novas experiências econômicas a partir da inviabilidade da manutenção do padrão agroexportador. A ação intervencionista do Estado tornava-se uma necessidade com ações que se destinariam a recompor a economia nacional.

¹⁶¹ Luiz Carlos Delorme PRADO, A economia política da grande depressão da década de 1930. In. A grande depressão: política e economia na década de 1930, p.19.

¹⁶² Ibid PRADO, p.20

¹⁶³ Op. Cit. PRADO apud Kindleberger, p.23

¹⁶⁴ Op. Cit. PRADO, p.45

¹⁶⁵ Op. Cit. FERREIRA, p. 16.

A Aliança Liberal foi um movimento que, segundo Ângela de Castro Gomes, tecia críticas a situação econômica do Brasil e que na “Revolução de 30 assume o caráter de um movimento de libertação da trágica experiência liberal da 1º Republica”, e segundo Fausto:

Na passagem dos anos 20 para a década de 30, há um fator crucial que empurra o Brasil para o caminho autoritário, ou seja, a crise mundial aberta em 1929. Por seu impacto, a crise desmonta uma série de pressupostos do capitalismo liberal, que já não era tão liberal, e fornece uma boa justificativa, no plano político, para crítica à liberdade de expressão, para a crítica ao dissenso, expresso na liberdade partidária, tidos como elementos que conduziram o país à desordem e aos caos.¹⁶⁶

Em suas propostas a Aliança Liberal almejava realizar mudanças nos quadros políticos, social e econômico, contrapondo-se aos interesses das oligarquias até então consolidadas no poder. Não se pode imaginar, porém, que os indivíduos envolvidos neste movimento participavam dos mesmos ideais e interesses. Era na realidade uma “composição cuja característica mais pronunciada era a heterogeneidade”¹⁶⁷ Grupos e indivíduos não se posicionavam de forma homogênea em todas as questões, contudo, a marca indelével entre os que participavam da Aliança Libertadora era o ideal de transformação e modernidade, ou seja, de mudanças urgentes a serem efetuadas na realidade brasileira:

Sob o lema “Restauração e Justiça” sua plataforma estava voltada fundamentalmente para regeneração política, o que implicava na luta pela reforma eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, na defesa do voto secreto, da moralização dos costumes políticos e das liberdades individuais. Ao propugnarem pelo liberalismo, as oposições pretendiam tornar o sistema político mais representativo ao nível da classe dominante, integrando à mesma a frações da elite não representadas na estrutura de poder, além dos segmentos médios urbanos que desenvolveram em função da expansão econômica. O programa propunha além das já mencionadas reformas políticas, a anistia para os revoltosos dos anos 20 e medidas de proteção ao trabalho como a aplicação da lei de férias e a regulamentação do trabalho de menores e o da mulher.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Boris FAUSTO, O Estado Novo no contexto internacional In. “Repensando o Estado Novo”. PANDOLFI, Dulce (org.), p. 115.

¹⁶⁷ Op. Cit. FERREIRA, p.15

¹⁶⁸ Ibid, p. 15.

De certa maneira os ideais propostos pela Aliança Liberal irão se estender até a consolidação do Estado Novo em 1937. Isto se dará através da permanência do ideal de renovação daqueles que participaram de sua estruturação.¹⁶⁹ Neste quadro de contestação e transformação é possível enxergar a ação de Getúlio Vargas, um dos principais líderes do movimento de 1930 e empossado presidente neste mesmo ano. A seu modo, Getúlio Vargas, já como presidente, estabelecia estratégias frente aos grupos político-sociais a fim de alcançar o apoio destes. Cabe destacar mais uma vez que em si, tais grupos eram constituídos de forma heterogênea possuindo interesses conflitantes, o que exigiu de Vargas a abertura de diferentes diálogos e medidas objetivando a manutenção do poder como destaca Gomes:

O discurso político ideológico elaborado no período do Estado Novo seria voltado para os atores do sistema político como um todo, identificando-os e traçando as relações sociais de poder que entre eles se estabeleceram.¹⁷⁰

As transformações aclamadas pelos revolucionários da Aliança Liberal não permitiram a Getúlio Vargas a implantação direta dos ideais, justamente por seu caráter não uniforme. Vargas teria se posicionado muito cautelosamente entre a realização dos objetivos e a insatisfação dos grupos, numa política que demandava muito de sua estratégia como “negociador”. O então presidente do Brasil, não coibiu esforços a fim de conter a insatisfação dos grupos por medidas tomadas pelo seu governo, mesmo que isso levasse a situações mais extremas de reivindicação ou até mesmo a demora em definir a constituinte e a reforma eleitoral, aspectos aclamados pelos revoltosos de 30.

Como já esclarecido, as críticas sobre o profundo caráter internacionalista e materialista do Liberalismo se difundiam com grande intensidade. O Estado regido pela doutrina liberal passa a ser visto como um ambiente de desordem econômica, social e política que não conduziram a nação ao progresso, o que, de certa forma, explica o fortalecimento de doutrinas de extrema esquerda ou direita. O Estado Novo, este regime político de cunho autoritário instaurado em novembro de 1937, se estrutura justamente neste período, a partir das um conjunto de ideias

¹⁶⁹ Op. Cit. GOMES, p. 109

¹⁷⁰ Op. Cit. GOMES, p. 109

correntes no contexto internacional que eram apontadas como respostas à crise vivida pela ideologia liberal nas décadas de 20 e 30. Segundo Ângela de Castro Gomes:

Foi para romper com este passado que se fez a revolução, que marcou uma fase violenta em nosso processo político. Contudo, sua obra foi perturbada pelos descaminhos do liberalismo constitucional dos anos 32-34, só havendo uma real substituição do regime em 1937. Ai a revolução entra em sua segunda fase, a etapa de verdadeira constituição de uma nova ordem política.¹⁷¹

A opção por regimes políticos autoritários ou totalitários se aplicaria como uma solução para crise da ordem liberal numa dinâmica em que o Estado representado pelo governo e a não composta pela comunidade sofrem uma fusão ao serem dirigidos por um único partido ou líder político. Sobre as críticas à situação de crise política e econômica vivida no Brasil Ferreira destaca que

Do ponto de vista ideológico o que se verifica é um progressivo abandono das fórmulas liberais pelos quadros dirigentes, apesar do formato dado à Constituição de 1934, e uma aproximação com matrizes de pensamento autoritárias como o fascismo.¹⁷²

O crescimento de doutrinas de extrema direita ou extrema esquerda se dá no Brasil justamente como uma reação à predominância a ação da camada oligárquica na política e economia do país. Na Europa, isto se deu pela forte crise econômica e agressividade da luta operária. Com isso podemos identificar alguns elementos que diferenciam a formação de governos orientados pelo autoritarismo no Brasil com relação à Europa.¹⁷³

Segundo Fausto, a crítica ao liberalismo e a opção por uma ordem autoritária, esteve presente até mesmo na atuação dos tenentes:

¹⁷¹ Ibid, p. 118

¹⁷² Op. Cit. FERREIRA, p.22.

¹⁷³ Op. Cit. LEOPOLDI, p.115

Como é típico dos integrantes das Forças Armadas, os “tenentes” mais fizeram, ou mais caminharam, do que falaram, mas pouco que falaram estão presentes as concepções autoritárias. São ideias associadas ao reforço da unidade nacional, via centralização dos poderes, são ideias de crítica ao sistema de representação individual em favor da representação de classes, são ideias que insistem na sobreposição das necessidades coletivas aos direitos individuais, consistindo em toda uma crítica aos princípios da democracia liberal.¹⁷⁴

Desta forma, o caminho do controle total foi a maneira encontrada para se manter o Estado forte e em desenvolvimento. Nesta fórmula o governo regularia a atuação dos indivíduos a fim de promover o espírito nacionalista e construir de fato a nação como destaca Araújo:

Um Estado forte era o caminho vislumbrado como saída para o século XX. Isto pode ser resumidamente traduzido como autoritarismo político e ideologia nacionalista extremada. Dentro desta ótica, o governo regularia o desenvolvimento (seguindo metas fixadas por assessores técnicos) e fomentaria o espírito de nacionalidade. O nacionalismo construiria a nação.¹⁷⁵

Neste sentido o Estado Novo se apresentava como um regime político disposto renovar o Estado Nacional Brasileiro a partir de suas próprias forças, ou seja, constituir um Estado e uma nação fortes seria uma tarefa de grande empenho que contaria com os recursos e elementos do próprio Brasil. Percebemos então, uma das grandes características deste regime: o nacionalismo destacado na própria fala de Getúlio Vargas

Restauramos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: - na sua autoridade, dando-lhe instrumentos de poder real efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.¹⁷⁶

A construção de uma identidade nacional foi expressa durante o Estado Novo através dos diferentes setores da sociedade. O nacionalismo teria sido um

¹⁷⁴ Op. Cit. FAUSTO, 1999.

¹⁷⁵ Cf. Maria Celina de ARAUJO, O Estado Novo, p.13.

¹⁷⁶ Cf Proclamação ao povo brasileiro, de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937. A Nova Política do Brasil, p.29-32.

aspecto condutor para o crescimento econômico, da reorganização social, o elemento inspirador da cultura e um guia para planejamentos e decisões políticas. O governo de Vargas adotou um conjunto de medidas que buscavam construir uma mentalidade nacional. Pretendia-se a partir delas garantir o sentimento de nacionalidade brasileira. Elementos da cultura como a história, a arte e o folclore serviram de instrumentos para ação homogeneizadora do governo. Tratava-se de afirmar um novo poder, um novo modelo de Estado, oposto ao anterior de caráter liberal e regionalizado como destaca Gomes:

Projetar o Estado nacional significava construir uma “nova” nação, o que se faz através de um “novo” modelo técnico-administrativo de Estado (...) uma “nova” legitimidade, voltando-se para a mobilização de recursos simbólicos considerados essenciais (...) Era o que ocorria no Estado Novo, que, buscando demarcar seu lugar na história, precisava refazer o próprio “sentido” da história do país (...) através do sistema de educação forma, (...) como através de uma política cultural destinada a um público mais amplo(..) A formulação de uma identidade nacional pelo Estado exigiu que se pensasse o país historicamente e conduziu à proposição de uma “cultura histórica” como elemento fundamental de comunicação e coesão da sociedade.¹⁷⁷

Cabe também refletir sobre questões que tangenciam a atuação da população. A desmobilização dos focos de resistência ou a concordância por parte da população das ações do Estado Novo podem ser compreendidas a partir de uma política que levava em conta os elementos a expressão cultural das camadas mais populares. O reconhecimento das mais diferentes formas de expressão da sociedade poderia ser uma das formas de ampliar as bases de sua legitimidade.

Como destacado, o nacionalismo constituiu importante elemento político e ideológico que caracterizou as ações dos vários grupos que participaram da Revolução de 1930. A ideia de construção da nação, num quadro de crise das forças baseadas no regionalismo oligárquico, foi parte integrante dos discursos do integralismo, comunismo, tenentismo, segmentos intelectuais da burguesia industrial, entre outros. Muitas destas forças se fizeram representar de forma marcante no cenário nacional e desempenharam papel importante na conjuntura

¹⁷⁷ Angela de Castro GOMES, História e historiadores, p. 22-23

histórica que se seguiu até o Estado Novo. Neste sentido, o Estado Novo se fazia plural justamente para alinhar-se e atender as demandas plurais dos grupos que compunham a sociedade brasileira que propunham uma modernização tendo ou não um sentido nacionalista, por isso que:

O Estado Novo não pode ser caracterizado como portador de uma “doutrina oficial” compacta, o que se verifica é a presença de variações significativas que traduzem um certo ecletismo em suas propostas.¹⁷⁸

Como destacado, a constituição de uma doutrina nacionalista em seu sentido mais amplo não se deu de forma única. Além do grande número de aparelhos que atuavam nos diferentes setores e grupos da sociedade, temos também que indivíduos de origem e pensamentos diversificados participaram ativamente deste governo, segundo constatação feita por Lucia Lippi: “Intelectuais vindos das diferentes origens foram desembocar numa corrente comum que se inseria no projeto de construção do Estado Nacional”¹⁷⁹. Como não provinham de um único grupo sociocultural, também poderiam ter diferenças em relação à política e economia, porém, ao fim objetivavam contribuir para a promoção da ideologia nacionalista.

Para se compreender as ações tomadas pelo governo neste período é necessário compreender uma conjuntura. Pois, tais medidas representam mais do que decisões de um grupo de dirigentes ou do próprio Getúlio Vargas, são na verdade fatores que nos remetem a uma ordem estrutural, e, portanto, definem o perfil e o caráter do governo.

Opondo-se ao regionalismo das décadas anteriores, o Estado Novo operaria no sentido de afirmar os valores da nação e da nacionalidade. As medidas tomadas pelo governo, vistas como organizadoras de um estado de crise política e econômica tinham como objetivo principal a retomada do crescimento e a modernização da política nacional.

Diante desta situação, não seria possível considerar que apenas um ou outro grupo de políticos e intelectuais influenciou a construção de um pensamento e ações de cunho nacionalista em toda Era Vargas. É necessário recordar que na

¹⁷⁸ Op. Cit., GOMES, 1982, p. 112

¹⁷⁹ Op. Cit. OLIVEIRA, p.11.

dinâmica política deste período vários setores e grupos disputaram a hegemonia pelo poder, várias ideias concorreram entre si, alianças políticas entre grupos e governo com objetivo de conquistar posições e atender seus interesses.¹⁸⁰ Portanto, o nacionalismo da Era Vargas precisa ser abordado de forma global, em que se privilegiem fatores ou setores de ordem política, econômica, cultural, entre outros.

2.1 A questão nacional e as instituições fundadas pelo Estado Novo: o Caso do Conselho de Imigração e Colonização

Fundar um “novo” Estado significaria também fundar uma nova organização técnico-administrativa com uma direção oposta aquela que teria fundamentado o Estado liberal que, segundo muitos, teria levado o Brasil ao caos e desordem como destacou Lucia Lippi:

Projetar o Estado Nacional significava uma “nova” nação, o que e fez através de um “novo” melo técnico-administrativo de Estado (...) uma “nova” legitimidade, voltando-se para mobilização de recursos simbólicos essenciais.¹⁸¹

Num exercício de repensar o Brasil o Estado Novo lançou mão de um projeto político onde as mais diferentes instituições seriam reorganizadas de acordo com um projeto nacional. O governo produziu seus projetos de ação econômica, política, cultural e educacional voltados para transformações da sociedade. Órgãos e institutos funcionaram como instrumentos de um plano de construção da nacionalidade e de divulgação das ideias do Estado Novo. A progressiva criação de instituições em um Estado de caráter burocratizante e centralizador, legitimado pelo discurso dos interesses nacionais, representaria uma forma de implantar uma realidade que se propunha como moderna.¹⁸²

¹⁸⁰ GOMES, 1982, p.109

¹⁸¹ Angela de Castro Gomes, História e Historiadores, 1996, p. 22

¹⁸² Sobre este assunto ver Eli Diniz: Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais, in Repensando o Estado Novo, Dulce Pandolfi (org). Rio de Janeiro, FGV, 1999.

Uma das maiores ferramentas do Estado novo foi o uso da propaganda dando ênfase a produção de jornais e revistas que foram os veículos de grande destaque dentre todos os outros utilizados pelo Estado-Novo. A propaganda teria sido utilizada como instrumento capaz de garantir a legitimidade de um Estado forte frente à opinião pública, e também de transmitir os aspectos político-econômicos da nova ordem.

O espaço aberto as mais diferentes formas de pensamento e o controle dos meios de comunicação foram uma das estratégias bem sucedidas do Estado Novo que garantiu o apoio dos mais diferentes setores da população.¹⁸³ Portanto, ao mesmo tempo em que “Se era incentivada a reflexão e a pesquisa através dos intelectuais, reunidos em torno do Ministério Capanema, também se mantinha vivo o controle sobre os meios de comunicação e as expressões populares.”¹⁸⁴

O envolvimento de intelectuais na burocracia estatal acabou por repercutir na produção direta da ideologia do Estado Novo. Neste momento, intelectuais desempenharam grande papel para formulação de propostas de organização social que acabaram por contribuir para construção de uma solução autoritária e de desmobilização social.¹⁸⁵

Outro ponto importante a ser destacado sobre atuação destes intelectuais é o componente racional que caracterizou a administração de aparelhos e a consecução de projetos. Desta maneira o teor científico deveria estar presente nas discussões promovidas pela administração estatal. Através de planos, estratégias e estatísticas o Estado estaria amparado para realizar suas principais tarefas tais como o crescimento econômico, promoção da cultura nacional, reorganização da sociedade em seus mais importantes aspectos como educação, trabalho e infraestrutura. Segundo Maria Celina de Araújo: “O conhecimento técnico científico aplicado à administração seria um patamar superior na forma de lidar com os interesses nacionais.”¹⁸⁶

Neste processo de centralização do poder a busca pela unidade nacional seria um elemento chave para manutenção da ordem alcançada através de estudos e pesquisas que resultassem nos melhores métodos, planos e

¹⁸³Mônica Pimenta VELLOSO, Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo, 1987, p. 4

¹⁸⁴VELLOSO, Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo, p 3

¹⁸⁵VELLOSO apud SADECK, p. 3

¹⁸⁶Op. Cit. ARAUJO, p. 31

estratégias para administrar a nação. Conduzir a sociedade a fim de alcançar profundas mudanças em suas estruturas constituiria em projeto a ser planejado minuciosamente através do aparato técnico-científico.

Medir, gerar estatísticas, quantificar, elaborar gráficos, conhecer a população e o espaço do Brasil como um todo, bem como elaborar planos para fomento da agricultura e indústria caracterizavam o funcionamento do aparelho estatal Estado - Novista.

A busca pelos erros do passado a fim de contrastá-los com as transformações ocorridas no presente seria talvez fundamental para a legitimidade de um governo que se proporia a uma verdadeira renovação. Isto se daria pelo viés da pesquisa aliada à burocratização estatal. Caberia a este Estado realizar em seu interior tais estudos, dar-lhes um cunho oficial para a partir deles elaborar medidas e planos. Estes estudos tinham como função, sobretudo, divulgar e contribuir para construção da nacionalidade.

Desta forma, o Estado Novo buscou promover o nacionalismo modernizador como um elemento essencial para construção da nação brasileira veiculando-o através das instituições e políticas de Estado. Para concretizar esta tarefa o governo lançou mão de um grande número de aparelhos estatais. Tais aparelhos eram traduzidos sob a forma de órgãos, institutos, publicações, programas de planejamento e campanhas. Em diferentes setores sociais órgãos ligados diretamente à presidência ou aos ministérios funcionavam como aparatos legais das políticas implantadas pelo Estado Novo. Eram transmissores do discurso nacionalista que buscava alcançar os diversos grupos sociais existentes. Dentre os órgãos podemos destacar a atuação do Conselho de Imigração e Colonização, além de órgãos com diferentes atuações, porém com objetivos nacionalizantes como o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a produção da Revista Cultura Política editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, as reformas educacionais de Francisco Campos e Gustavo Capanema, criação do Serviço Nacional de Radiodifusão e Instituto Nacional do Cinema Educativo. Cada um destes atendendo objetivos internos e maiores em consonância à política nacionalizante do Estado Novo.

Alguns órgãos e setores do Estado Novo foram criados com objetivo de cuidar de aspectos nacionais afetos as áreas de imigração, demografia e

território. A questão imigratória do Estado Novo gerou uma série de debates e produções ao longo dos anos objetivando interpretar decisões, leis, decretos e discursos de diferentes elementos do governo Vargas. Para efeito de exemplificação podemos citar os trabalhos da autora Maria Tucci Carneiro. Através de sua pesquisa realizada a partir de decretos, discursos e decisões que estabeleceram medidas restritivas a imigração, o governo brasileiro teria determinado um conjunto de regras que impedissem a entrada maciça de estrangeiros no país, em especial judeus. Já na perspectiva de Jeffrey Lesser, às políticas de imigração judaica viviam mudando e não haveria então como dizer se o governo brasileiro era a favor ou contra a imigração judaica.

Os assuntos relativos à imigração já se faziam presentes nos ideais da Aliança Liberal e nisto podemos comprovar que a relação imigração-povoamento não esteve restrita somente a criação e órgãos responsáveis por estes aspectos. Assim como a ideia de renovação e nacionalismo já estavam presentes nas propostas da Aliança Liberal a problemática a respeito da imigração fazia parte do conjunto de questões a serem resolvidas com a implantação de uma nova organização Estatal. Segundo Ângela de Castro Gomes:

Já na plataforma da Aliança Liberal, Getúlio Vargas previa, com seguranças, as implicações de um não controle da imigração, relacionando-o com a necessidade de 'valorização do capital humano' nacional, e com a própria estabilidade política do país ¹⁸⁷

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, antes de 1937, já era possível observar que uma série de leis e circulares foram sendo decretadas a fim de organizar o fluxo imigratório. A produção historiográfica sobre este tema é vasta, em especial a que trata de medidas restritivas em relação à alemães, judeus, japoneses, italianos e indivíduos comunistas. Neste campo trata-se de estudos que analisam as medidas tomadas pelo governo a fim de conter a entrada destas correntes imigratórias desfavoráveis ao crescimento político e econômico da nação.

O ideal de organização do fluxo imigratório pode ser discutido historiograficamente também pela atuação de indivíduos no interior do governo.

¹⁸⁷ GOMES, Ideologia e Poder, 1982, p.161.

Um destes exemplos foi Oswaldo Aranha, um dos indivíduos de maior destaque no governo de Vargas com relação às questões internacionais. Logo após a ascensão de Vargas à presidência em 1930, Oswaldo Aranha assume a pasta do ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em dezembro de 1930, Aranha é convocado para ser ministro da Fazenda, cargo que ocuparia até 1934, quando se torna embaixador do Brasil em Washington. Neste momento Oswaldo Aranha se faz presente como figura fundamental para as negociações econômicas Brasil - Estados Unidos, principalmente por se iniciar a concorrência entre EUA - Alemanha pelo mercado brasileiro.

No início de 1938, Oswaldo Aranha, procurou Getúlio com o intuito de convencer-lhe a reformular a constituição de 1937, e o presidente acaba insistindo para que o mesmo assumira a pasta das Relações Exteriores. O ano de 1937 foi então uma espécie de prévia do ano de como a política imigratória iria proceder no ano de 1938, cabendo também destacar que o ano de 1938 se diferencia pela própria atuação de Oswaldo Aranha no ministério das relações exteriores. Aranha assumiu a pasta em 15 de março de 1938. Ao assumir uma de suas primeiras atitudes foi escrever a Vargas a respeito de alguns assuntos, inclusive o da imigração, dizendo não se opor ao estabelecido pela lei, e que conforme dito por ele mesmo no Conselho de Genebra, a solução do problema imigratório deveria ser adotada de forma comum nos Estados americanos. Para Oswaldo Aranha o estabelecimento de critérios seria a solução ideal para o momento, se propondo a organizar, ou em suas próprias palavras a “disciplinar”¹⁸⁸ o fluxo imigratório, de maneira que entrassem no Brasil indivíduos dispostos a investir na estrutura econômica do país e assimilar-se a partir de seus parentes já enraizados culturalmente no país.

A política imigratória do Estado Novo junto à política de valorização do trabalho aponta diretamente para o ideal de Estado Nacional e Homem Nacional. Este ideal de organização estatal acabou por fazer parte da mentalidade daqueles que compunham o governo, dentre eles o ministro Aranha.

¹⁸⁸ Carta de Oswaldo Aranha para Cyro Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlin, em 01 de maio de 1940. O documento pode ser encontrado no arquivo Oswaldo Aranha do CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

Com isto, é possível então compreender a importância da atuação de Oswaldo Aranha como um “disciplinador” da corrente imigratória, o que vai além do simples fato de proibir ou permitir a entrada de imigrantes, é algo que buscou conjugar a importância e presença destes indivíduos, suas necessidades devido à conjuntura externa, os interesses e ideias de grupos internos e a imagem política e social do Brasil externamente.

É durante a atuação de Aranha no Itamaraty que o Conselho de Imigração e Colonização é organizado. Criado, em setembro de 1938 a partir do decreto-lei número 406¹⁸⁹, o Conselho de Imigração e Colonização era um órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores e funcionava no Palácio do Itamaraty, no então Distrito Federal, até 30 de julho de 1939, onde, em cerca de um ano, foram realizadas 52 sessões ordinárias e 19 extraordinárias, o que exemplifica superficialmente o volume de atividades do Conselho.

Tinha por objetivos principais a realização de estudos sobre assuntos ligados à imigração, aprovação de vistos a estrangeiros e o estabelecimento de cotas imigratórias. Também tinha a função de discutir e formular soluções quanto a problemas relacionados à fixação do estrangeiro em território brasileiro, a formação de colônias agrícolas nacionais e orientar os estados da União quanto aos assuntos relativos à imigração e colonização. Com a criação do Conselho a uniformização das ações colonizadoras e imigrantistas deveria se concluir e deveriam estar sob o comando do Estado como se revelou na Revista de Imigração e Colonização ainda em 1944:

¹⁸⁹ Este decreto foi lançado no mês de maio de 1938, porém o Conselho de Imigração e Colonização só foi instalado em setembro do mesmo ano.

Porém, as questões de imigração e colonização, hoje afetas a administrações diversas, exigem unidade e orientação para alcançar soluções oportunas e racionais nem sempre possíveis com os entraves resultantes de uma burocracia algumas vezes negativa e confusa. Com efeito, essas questões estão presentemente dependentes dos ministérios de Justiça e Negócios; do Trabalho, Indústria e Comércio. Das Relações Exteriores; da Educação e Saúde; da Agricultura e do Conselho de Imigração e Colonização.¹⁹⁰

A preocupação com as questões de imigração e colonização colocavam o Conselho como um órgão importante ao lado de ministérios que tinham em suas funções o trato destas questões.

A partir do decreto-lei número 3010 são estabelecidas mais prerrogativas ao Conselho como os tratados para fixação de trabalhadores rurais no país e estabeleceu a divisão de atividades entre o Departamento Nacional de Imigração, que controlaria o preenchimento de cotas para imigrantes, e ao Conselho caberia o cálculo dessas cotas. A fim de explicar o porquê da criação do Conselho de Imigração e Colonização, João Carlos Muniz, escreveu que a fundação “correspondeu a necessidade crescente de organização que se observa em todos os países com relação aos movimentos imigratórios”¹⁹¹

O Conselho Imigração e Colonização era integrado por nomes escolhidos diretamente pelo presidente Getúlio Vargas. A primeira composição, em 1938, incluía os nomes de João Carlos Muniz, ministro plenipotenciário, Major Aristóteles Lima Câmara, Arthur Hell Neiva, diretor geral da contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal, Dulphe Pinheiro, diretor do Departamento Nacional de Imigração, José de Oliveira Marques, diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, e o engenheiro Luiz Betin Paes Leme. É importante ressaltar que todos os conselheiros indicados possuíam alguma função no governo, participando de áreas que dizem respeito também à atuação do Conselho, estando de alguma maneira efetivamente envolvidos com o Estado Novo. A atuação no Conselho não era remunerada, porém, a cada sessão que comparecesse, o membro recebia 100 mil réis. A cada três

¹⁹⁰ Revista de Imigração e Colonização, ano V, n.º. 4, dezembro de 1944, p. 679.

¹⁹¹ Revista de Imigração e Colonização, ano 1, n.º. 1, janeiro de 1940, apresentação por João Carlos Muniz, p.3.

faltas sem justificativas, o cargo era considerado vago por renúncia, sendo decidida a ocupação na sessão imediata, dando ciência ao presidente da república.

Os estados da União poderiam designar os chamados “observadores” junto ao Conselho, que não tinham, entretanto direito de voto, sendo seu principal papel o de manter o órgão informado sobre as realidades e as necessidades de seus estados e participar dos debates. A pedido dos governos dos estados, por exemplo, o Conselho realizou um estudo das diferentes correntes imigratórias “ a fim de verificar o grau de aproveitamento e de sua adaptação ao nosso território, e têm-lhes fornecido informações sobre as vantagens ou as desvantagens das imigrações de tal ou qual procedência.” ¹⁹²

A secretaria do Conselho foi imediatamente organizada, bem como as funções e atribuições tanto do Conselho, que tiveram suas funções e atribuições especificadas no Regimento do Conselho, aprovado pelo decreto 3691 de seis de fevereiro de 1939. O 1º chefe da secretaria foi o cônsul João Emílio Ribeiro, sendo posteriormente transferido para embaixada do Brasil na Alemanha e substituído por Jorge Emílio de Souza Freitas. O fato demonstra a importância do Conselho de Imigração e Colonização no aparelho do Estado Novo visto que os participantes do Conselho eram indivíduos renomados e ocupavam funções elevadas no governo.

O Conselho Imigração e Colonização deveria receber do Itamaraty informações dos consulados a respeito dos números de vistos concedidos e também pedidos para aumento de cotas de imigração, destinando-se 80% do valor total destas cotas aos indivíduos ligados ou interessados na agricultura. O Conselho também deveria realizar um cadastro dos estrangeiros residentes no país com a finalidade de tomar conhecimento sobre esta parcela da população.

Através dos estudos do Conselho o Ministério das Relações Exteriores repassava aos consulados as instruções sobre imigração. Caberia ao até mesmo o estudo sobre a organização de uma agência de turismo oficial para incentivo do turismo no Brasil. O Conselho, como um órgão de estudos de correntes migratórias, atuava como um “selecionador” destas correntes, dando assim respaldo às futuras resoluções do Itamaraty. Desta maneira percebemos

¹⁹² Revista de Imigração e Colonização, ano 1, nº. 1, janeiro de 1940, p. 11.

uma interseção entre a atuação do Ministro Oswaldo Aranha e do Conselho. Algo que nas ideias do ministro já estaria presente desde antes da criação deste órgão.¹⁹³

Ao Conselho caberia também as funções de: deliberar sobre os pedidos dos estados, empresas e particulares, relativos à introdução de estrangeiros, penalidade de funcionários públicos que não tenham cumprido as providências determinadas, organização de seu regimento interno, propor medidas ao governo sobre assimilação e concentração de imigrantes em qualquer ponto do território, estudar problemas relativos a seleção de imigrantes relacionada à antropologia étnica e social, à biologia racial e à eugenia, propor ao governo a proibição total ou parcial da entrada de imigrantes, apresentar ao governo as reformas que deveriam ser realizadas quanto ao serviço de imigração, estudar os fenômenos imigratórios, elaborar projetos de regulamentação da imigração, julgar os recursos de repatriamento de estrangeiros, promover estudos sobre colonização, estudar plano agrário para fomento da pequena e média propriedade agrícola, propor medidas para o desenvolvimento de áreas que ofereçam condições econômicas favoráveis ou que necessitassem de rápido povoamento, fomentar estudos nos estados do país sobre entrada, hospedagem, encaminhamento, localização, adaptação e assimilação do estrangeiro, organizando estatísticas, publicações e todas as fontes de informações que se fizerem necessárias ao desenvolvimento destas atribuições, estudar a criação de uma agência oficial de turismo, propondo as medidas julgadas convenientes para incentivar o turismo no Brasil, organizar o plano de exploração nacional da Amazônia e sua colonização, de preferência com elementos nacionais e resolver conflitos de jurisdição entre as autoridades que tratavam da imigração e colonização.

Segundo o presidente em exercício do Conselho de Imigração e Colonização João Carlos Muniz, no ano de 1940, a atuação do Estado nos movimentos imigratórios era uma necessidade crescente em todos os países. Com o objetivo de tomar conhecimento dos estrangeiros residentes no Brasil, e de exercer maior controle sobre os que chegavam, o Conselho de Imigração

¹⁹³ Caberia neste momento o aprofundamento deste tema que trata da relação entre o ministro Oswaldo Aranha e o Conselho de Imigração e Colonização, porém, será tema a ser trabalhado em produções futuras.

e Colonização realizaria um cadastro dos estrangeiros estabelecidos no país. Tendo este mesmo propósito, cria o Serviço de Registro de Estrangeiros, que iniciou suas atividades em 17 de abril de 1939, a cargo das polícias estaduais. Tais medidas diziam respeito não somente a uma quantificação dos estrangeiros em terras brasileiras, mas também tinham como objetivo recolher dados para estudos e pesquisas que o Conselho realizaria a fim de estabelecer uma política imigratória viável às necessidades de povoamento das diferentes regiões do país.

Segundo o conselheiro Athur Hell Neiva, o Serviço de Registro de Estrangeiros seria necessário

(...) para que o Estado mantenha contato com o alienígena, depois do mesmo aqui chegado, é indispensável que esteja apto a conhecer os estrangeiros. O único meio viável, porém, para a consecução desse objetivo, é obrigar o estrangeiro a registrar-se.¹⁹⁴

Arthur Neiva destacava a necessidade de controle dos imigrantes no Brasil a partir da análise dos contextos sociais do século XIX e XX, onde as mudanças político - sociais contribuíram para uma mudança de ponto de vista com relação à imigração e emigração. Desta forma, o conselheiro colocava que para que a seleção de imigrantes surtisse os efeitos necessários as condições de progresso que as nações podem se encontrar era necessário que este estrangeiro, ou em suas palavras “alienígena”, tivesse a obrigação de registrar-se.¹⁹⁵

Os princípios que nortearam a criação do Serviço de Registro de Estrangeiros foram: o cadastro de estrangeiros sem que isso prejudicasse o turismo, um registro feito de forma simples e completa, para as zonas urbanas o registro deveria ser feito de forma mais rigorosa do que para zonas rurais e deveria constar de um único documento que garantisse ao estrangeiro sua apresentação civil diante das autoridades brasileiras.¹⁹⁶

O Conselho de Imigração e Colonização apresentou uma tabela de prazos para o registro dos estrangeiros dada da seguinte maneira:

¹⁹⁴ Revista de Imigração e Colonização, ano 1, nº. 1, janeiro de 1940, p. 51, artigo: “O serviço de Registro de Estrangeiros”, por Athur Hell Neiva.

¹⁹⁵ Revista de Imigração e Colonização, ano 1, nº. 1, janeiro de 1940, p. 51.

¹⁹⁶ Revista de Imigração e Colonização, ano 1, nº. 1, janeiro de 1940, p. 54.

estrangeiros de 18 a 60 anos na categoria de permanentes teriam 1 ano para registro, já os fixados 1 mês, enquanto os temporários – turistas, viajantes em geral, estrangeiros em trânsito, cientistas, professores, homens de letras e conferencistas – não teriam necessidade de registrar-se. O registro poderia ser feito em qualquer delegacia.

O conselheiro, Dulphe Pinheiro, em artigo para Revista de Imigração e Colonização, revelava os quesitos classificatórios dos imigrantes. A Classificação permanente era dada aqueles que cuja fixação ou permanência fosse maior do que 6 meses, no Brasil. Já os temporários, poderiam ter permanência maior que 6 meses, excetuando-se viajantes em trânsito, que não poderiam permanecer mais que 30 dias. Estes últimos não poderiam exercer atividade remunerada sob pena de prisão de seis meses a um ano e expulsão. A punição se estendia aos empregadores, que poderiam ser multados de 1 a 10 contos de réis.¹⁹⁷

Terminado o prazo de permanência, o estrangeiro poderia retirar-se, solicitar prorrogação ou permanência definitiva. A solicitação deveria ser enviada para o ministro da justiça e negócios interiores ou diretamente ao Serviço de Registro de Estrangeiros. Contudo, a simples solicitação de prorrogação só seria atendida em casos de a viagem oferecesse perigo à vida, se o estrangeiro estivesse empenhado em negócios que acarretassem benefícios aos Brasil, quando se trata-se de técnicos a serviço de indústrias de interesse nacional, pessoas com mérito científico ou artístico ou sendo descendente ou ascendente de brasileiro. A prorrogação de permanência deveria ser estendida por 12 meses e uma série de documentos eram necessários para abertura da solicitação, tais como carteira de identidade, passaporte e documentação consular, atestado negativo de antecedentes criminais nos últimos cinco anos e expedido pela autoridade policial competente do país de origem e visado pela autoridade consular brasileira, atestado de boa conduta, passado pela Delegacia de Ordem Social e Política do estado onde redisse o estrangeiro e atestado de saúde pública. Para este atestado era necessária a comprovação de uma série de requisitos que confirmassem a saúde mental e corporal do estrangeiro. Alguns dos itens

¹⁹⁷ Revista de Imigração e Colonização, ano 1, nº. 1, janeiro de 1940, p. 51.

ressaltavam que o estrangeiro não poderia ser aleijado ou ter mutilações que pudessem tornar o estrangeiro inválido para o trabalho, não poderia também ser considerado inválido, cego ou surdo-mudo, não poderia apresentar lesões orgânicas que não permitissem trabalhar, não poderia apresentar manifestações ou moléstias contagiosas graves, lepra, tuberculose, tracoma, elefantíase, câncer ou doenças venéreas em períodos contagiantes e não poderia sofrer de afecção mental. Seria importante apresentar também, atestado de vacina antivaríolica, e contra quaisquer outras doenças em que, segundo a Saúde Pública, a vacinação fosse indicada. Percebe-se através da organização destes requisitos, um controle minucioso não só da entrada, mas da permanência de estrangeiros no Brasil. Sobre as questões relacionadas à saúde quando da entrada de um grupo de agricultores, era exigida a presença de um médico do departamento de saúde junto a autoridade consular para que fosse feita a seleção de trabalhadores.

Caso o estrangeiro estivesse requerendo a permanência definitiva, só poderia fazê-lo se técnico empregado permanente, ou por contrato de serviço por mais de três anos em estabelecimento industrial idôneo ou caso fosse técnico por contrato público. Também poderiam requerer técnicos que possuíssem indústria de interesse nacional, artista ou cientista a serviço do poder público ou mérito excepcional e ainda os estrangeiros que quisessem investir capitais na indústria ou agricultura. Contudo, o cumprimento a um deste quesito não garantiriam a permanência, visto que esta ainda estaria condicionada a observação das atividades e ao saldo de cotas estabelecidas por nacionalidade.¹⁹⁸

A partir do decreto-lei número 406 de abril de 1938, ficavam estabelecidas diversas prerrogativas sobre a entrada de estrangeiros. Em síntese, o decreto-lei determinava que coubesse ao governo federal a limitação e suspensão da entrada de estrangeiros por motivos econômicos, sociais, raciais ou de origem. O capítulo IV do decreto correspondia aos tratados bilaterais, que em suma, abordavam a possibilidade de atrair trabalhadores agrícolas, cabendo ao Conselho de Imigração e Colonização os estudos prévios para estabelecimento do tratado. Sendo assim, logo no

¹⁹⁸ Todos os requisitos estão descritos no artigo de Dulphe Pinheiro publicado na Revista de Imigração e Colonização em janeiro de 1940.

capítulo seguinte, é abordado o assunto da fiscalização destes estrangeiros, que deveria ser feita pela polícia.

Elizabeth Cancelli é uma das autoras que analisa atuação da polícia relacionada a inserção do imigrante no quadro nacional. Para a historiadora, a política de intolerância ao estrangeiro partiu inicialmente da polícia, e foi paulatinamente sendo adotada pelo Estado. A polícia assumiu então, durante o Estado Novo, a função de expulsar e reprimir os “indesejáveis”.

A exemplo do decreto-lei 406, outros decretos de restrição às atividades e à entrada de imigrantes datados de 1938 e 1939 foram, segundo a autora, o resultado do esforço da ação da polícia do Distrito Federal. Segundo Elizabeth Cancelli

Ao mesmo tempo em que a polícia conseguia apresentar o estrangeiro como um grande inimigo social, utilizou-se dele para promover a centralização do aparato policial, sua modernização e seu caráter fundamental como sustentáculo do regime.¹⁹⁹

Elementos como o discurso racial são creditados pela autora à polícia, como uma organização que utilizou o respaldo do discurso científico como engendrador de políticas públicas. Porém, não é possível compreender somente sob este foco toda a estrutura de organização de políticas imigratórias no Estado Novo, deixando-se de destacar o papel dos intelectuais, tais como aqueles reunidos no Conselho de Imigração e Colonização, na formação do discurso relacionado a questões como raça, nacionalidade e imigração.

Em seu corpo o decreto é abrangente ao tratar de questões como hospedagem e encaminhamento de imigrantes, concentração e assimilação, vistos de retorno de estrangeiros, licença para imigração coletiva, atividades e responsabilidades de empresas de navegação, penalidades, etc.

A respeito destes dados é possível compreender que o Conselho baseava seus trabalhos em uma das prerrogativas do Estado Novo, que era a de conhecimento dos indivíduos que compunham o território brasileiro e de sustentar uma imigração favorável a política demográfica. A fala de Athur Neiva

¹⁹⁹ Elisabeth CANCELLI, O Mundo da Violência. A polícia da Era Vargas, 1994, p. 123

também revela a preocupação com os equilíbrios demográficos, que poderia estar associado à questão da prioridade do trabalhador nacional frente ao imigrante. Por isso, a necessidade de registrar o estrangeiro e assim controlar essa parte da população a fim de que não viessem a esbarrar na política de valorização do trabalho humano realizado pelo elemento nacional como podemos constatar nas palavras de Ângela de Castro Gomes: “O Estado precisava estabelecer políticas que limitassem a entrada de estrangeiros e que também orientassem sua localização, assim como racionalizassem o fenômeno das migrações internas”²⁰⁰

A ideia de valorização do trabalhador nacional não foi uma prerrogativa exclusiva Conselho e do Estado Novo. Tais transformações se relacionam a um quadro internacional pós Primeira Guerra Mundial onde a pobreza era considerada fator natural das relações de trabalho, poderia ser um estímulo para o trabalho mais produtivo. Após a 1ª Guerra Mundial e as transformações na economia capitalista, começa a se observar os malefícios da pobreza, que deixa de ser vista como uma condição inevitável. A pobreza poderia ser vencida a partir da intervenção do Estado no mercado de trabalho. A partir da década de 1930 já era possível podemos identificar uma política de valorização do trabalho e de organização do mercado.²⁰¹

No âmbito nacional o homem passa a ser visto como aquele capaz de gerar a riqueza individual e de sua nação. O trabalho passa a ser um direito e um dever do homem nacional, um ato de realização e obrigação para com a sociedade.

O trabalho passaria a ser um direito e um dever do homem; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão.²⁰²

Civilização e o progresso são frutos do trabalho, este também seria o único capaz de permitir a ascensão social. O trabalho honesto passa a ter um significado positivo, é através dele que se garantiria honra e dignidade. Neste

²⁰⁰ GOMES, 1982, p. 161.

²⁰¹ GOMES, Ideologia e Poder, 1982, p.151.

²⁰² GOMES, Ideologia e Poder, 1982, p.152.

intento coube então, a valorização do trabalho como um ato capaz de dignificar o homem, e também como uma garantia de sua integração na sociedade.²⁰³

A mecanização havia proporcionado o enfrentamento do homem e a máquina, o que desvalorizou o trabalho humano à medida que a máquina produzia com maior eficiência. Era necessária, diante deste quadro, a valorização do trabalhador através de um processo de “desmecanização do homem e humanização da máquina”²⁰⁴, ou seja, superar as consequências negativas deste par “homem versus máquina”, e trazer novamente o homem para o centro da produção.²⁰⁵

Também conhecida como concepção “Totalista do trabalho”, a idéia de valorização do trabalho humano destacava quatro pontos fundamentais:

- Os problemas sociais estariam associados a todos os tipos de trabalhadores não somente aos operários, pois todos os homens são trabalhadores.
- O trabalhador não seria uma simples máquina de produção, mas uma célula fundamental para nação porque o trabalho não seria só um meio de ganhar a vida, mas de servir a pátria
- Tal concepção estaria atenta não só ao trabalho desempenhado pelo homem, mas também sua vida como um todo, condições de saúde, habitação, educação, etc.
- Outro aspecto importante é que se retira a idéia de valorização de determinados segmentos do mercado de trabalho, isto é, a não hierarquização do trabalho e as diferenças que buscavam valorizar a produção intelectual em detrimento da manual.

Desta maneira o Estado Novo passou a tomar medidas orientando-se na concepção “Totalista” do trabalho que puderam ser divididas em dois grupos. Primeiramente as medidas que apontavam para uma preocupação com a saúde do trabalhador e traduziram-se em assistência, indenização, previdência, seguros e outros.²⁰⁶

A emergência da medicina social a partir dos anos 1930 no Brasil fundamentava-se na prevenção através de práticas pautadas na higiene,

²⁰³ GOMES, Ideologia e Poder, 1982, p.155.

²⁰⁴ GOMES, Ideologia e Poder, 1982, p.156

²⁰⁵ GOMES, Ideologia e Poder, 1982, p.156

²⁰⁶ GOMES, Ideologia e Poder, 1982, p.156

sociologia, pedagogia, e trazia também inovações para o campo de trabalho visando estabelecer a produção própria de acordo com a capacidade do trabalhador, identificando suas particularidades e limitações. No centro desta discussão estava a saúde do trabalhador.

Outra providência importante foi aumentar a capacidade do trabalhador para evitar seu enfraquecimento. Para isso tomavam-se medidas que buscavam a melhoria de sua condição de vida. O Estado passaria a intervir em aspectos como o da alimentação, habitação e educação. No setor da habitação pretendia-se garantir a casa própria e a proteção da família como célula do Estado para preservação da ordem e da moral. No âmbito da educação, o acesso seria uma forma de “doutrinar” o indivíduo a fim de que o mesmo colaborasse com os princípios fundamentais da nação como disciplina moral e com o próprio sentido do trabalho.²⁰⁷

O projeto do Estado Novo concebia o trabalhador como centro da nação. A pobreza do homem não estaria mais associada a questões morais, mas sim às falhas do sistema econômico. Caberia, então ao Estado, promover condições que permitissem a realização pessoal do trabalhador, que através do trabalho garantiria a riqueza individual e da nação. O Estado deveria também proteger este trabalhador, ou seja, livrar a sociedade de indivíduos como estrangeiros indesejáveis e malandros, que pudessem prejudicar os espaços de direito do homem honesto no mercado de trabalho, a integridade e a ordem da sociedade.

No Estado Novo o projeto de valorização do trabalhador se acentuou. Caberia ao Estado garantir ao trabalhador nacional emprego e acesso à propriedade de bens materiais. Para tanto, se estabeleceu uma política de ocupação e controle do território nacional e de certa forma dos trabalhadores. Era importante saber quem era o trabalhador, e para onde se destinariam massas de trabalhadores a fim de ocupar o território.

Inicia-se então uma política de ocupação do território nacional e de maior controle do trabalhador. Sendo assim, tal estratégia cumpriria dois objetivos: a ocupação e aproveitamento do território brasileiro, bem como a

²⁰⁷ GOMES, Ideologia e Poder, 1982, p.158.

garantia que suas riquezas seriam exploradas por aqueles dispostos a colaborar com desenvolvimento da nação.

Uma das áreas atingidas foi justamente a da imigração, e inicia-se uma política de restrição à entrada de imigrantes, justamente porque anteriormente a força de trabalho do país vinha sendo composta por grande número de imigrantes desde o século XIX. A partir desta constatação, em alguns artigos é possível observar críticas ao modelo de colonização implantado no período anterior ao Estado Novo:

A lei se destinou a corrigir os antigos sistemas de colonização, que não constituíam, de certo, garantias seguras nem para o Estado, que deve presidir a formação e coordenação das atividades econômicas e ao desenvolvimento demográfico nacional, nem tão pouco para os trabalhadores que se viam abandonados e, portanto, colocados em condições de ver baldados os seus esforços, em consequência de dificuldades de ordem legal e por falta de amplas e precisas diretrizes técnicas e econômicas.²⁰⁸

Tal modelo foi classificado como infrutífero, pois apresentou perigos à unidade nacional, visto que muitos colonos da mesma nacionalidade formaram comunidades isoladas, como no caso das colônias no sul, e muitas outras não prosperaram pela falta de investimento e organização destes projetos por parte da administração estatal. Para evitar a recorrência de tais fatos caberia ao Conselho de Imigração e Colonização segundo seus objetivos expressos no decreto-lei nº. 1545 de 25 de agosto de 1939 impedir a concentração de imigrantes da mesma origem em um só estado ou região, promover a absorção de estrangeiros nas propriedades coloniais e fiscalizar as zonas de colonização estrangeira.

Um dos objetivos do Conselho de Imigração e Colonização seria justamente o de promover pesquisas e planos em acordo com a tarefa de nacionalização das políticas de governo. Para uma melhor organização quanto ao estabelecimento das cotas imigratórias e ter ciência de como estavam distribuídos os estrangeiros pelas colônias agrícolas, encontramos nas páginas da Revista de Imigração e Colonização dados e estatísticas que dizem a

²⁰⁸ Revista de Imigração e Colonização, ano I, nº. 3, julho de 1940, p. 464.

respeito, por exemplo, aos números de imigrantes que entraram e saíram do país, onde estes se estabeleceram sua religião e origem.

A oportunidade de imigração para o Brasil seria então maciçamente destinada àqueles indivíduos ligados ou interessados na agricultura. Segundo a análise feita por Carlos Vainer: “Tanto o Governo Constitucional de Vargas, quanto o Estado Novo continuaram acalentando e buscando implementar uma política de fomento à imigração, voltada ainda e sempre para abastecer de braços à agricultura”²⁰⁹

O imigrante deveria ser então aproveitado a fim de complementar o abastecimento de mão de obra agrícola em diferentes áreas como podemos constatar no trecho acima:

Assim na entrada e distribuição dos alienígenas, teremos de encarar um outro problema, em íntima conexão com o da imigração, que é o da assimilação moral e política dos recém-vindos, de modo a facilitar a sua nacionalização, preservando a unidade e independência nacionais²¹⁰

Ficaria também vedada a participação de empresas estrangeiras na aquisição de terras e administração de colônias. Esta missão caberia, sobretudo, ao Estado. Era uma missão de o Estado Novo zelar pelas colônias evitando que, como no passado estas se constituíssem em comunidades isoladas. Mesmo nas colônias estrangeiras em processo de nacionalização por parte do Estado, era necessário o uso de vigilância e inspeções secretas, a fim de evitar a formação de “Estados dentro do próprio Estado”²¹¹ estas áreas segundo o Decreto-lei nº 1545, de 25 de agosto de 1939.

A 2ª Guerra Mundial foi um fator externo que incidiu de forma importante nas ações e discussões do Conselho. A guerra acarretou mudanças no fluxo imigratório e conseqüentemente nos discursos do Conselho. Na realidade, o conflito representava uma grande preocupação à medida que o número de imigrantes aumentara e as políticas de colonização tiveram que ser repensadas, já que muitos imigrantes tinham a categoria de refugiados. A

²⁰⁹ Carlos VAINER, B. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. Travessia - Revista do Migrante, 2000, V. XIII, N.36, p.20.

²¹⁰ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano V, março de 1944, p. 89.

²¹¹ Revista de Imigração e Colonização nº 4, outubro de 1940, p. 703

questão é constatada da seguinte forma pelo conselheiro José Oliveira Marques em 1943:

Os problemas de após-guerra começam a ser agitados e dentre eles um de interesse vital para o Brasil: - o da entrada de imigrantes no país, sejam eles refugiados políticos, emigrados para os países neutros ou não ou mesmo aqueles que ainda se encontram sob a opressão nazi-facista.²¹²

É revelado em seu artigo que nas discussões internacionais países como o Brasil são vistos como receptores ideias para os imigrantes provenientes de nações em guerra a partir da ideia de que muitos países latino-americanos teriam problemas relacionados à fraca densidade demográfica:

Tal problema tem sido objeto de consulta ou conferências, cujo escopo imediato é a distribuição do elemento estrangeiro pelos países ditos ainda de fraca densidade demográfica. Não raro dessas reuniões e conferências sempre a ideia de que os países latino-americanos são os mais indicados para receber e asilar determinado coeficiente de refugiados ou imigrantes.²¹³

No entanto é importante salientar que nem toda imigração era destinada à colonização. Havia uma classificação entre os tipos de corrente imigratória a partir de seu destino. Segundo Dulphe Pinheiro os imigrantes poderiam se constituir em indivíduos chamados por parentes já radicados no Brasil, famílias interessados na agropecuária em fazendas, profissionais destinados à indústria e por fim aqueles indivíduos que seriam orientados ao trabalho em colônias agrícolas. Isto explica a necessidade de uma legislação própria, bem como órgãos que tratassem exclusivamente desta questão, devido o volume de imigrantes e os grandes objetivos que este tipo de imigração buscava auxiliar que era o povoamento e aproveitamento econômico do território nacional. Segundo Lothar Bauer em artigo na Revista de Imigração e Colonização:

²¹² Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p. 689.

²¹³ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p.689.

É claro que a colonização deve ser inteiramente subordinada às diretrizes da nacionalização e às respectivas leis, especialmente numa época perturbada como é a atual. Mas, por outro lado, é necessário que, por meio da imigração e da colonização, as forças econômicas do país sejam reforçadas e desenvolvidas²¹⁴

A preferência por imigrantes brancos era um dos critérios para seleção. Imigrantes alemães, italianos, japoneses, chineses além de outros povos orientais eram pouco requisitados. Porém, os imigrantes latinos, em especial portugueses, eram considerados os melhores para este tipo de imigração, pois faziam parte da constituição da população brasileira. O que podemos constatar no trecho a seguir:

Sem propósito deliberado de excluir qualquer raça ou nacionalidade, o momento aconselha entretanto, que restrinjamos as nossas preferências aos povos de raça branca, preferencialmente de origem latina, a quem devemos o sentido tradicional da formação da nossa nacionalidade²¹⁵

A proposta colonizadora como solução para o problema de povoamento do território era algo discutido não só no Brasil, mas também em outros países. Nos artigos podemos observar planos de colonização implementados por outras nações. Também podemos destacar a participação do Brasil na Conferência de peritos em Matéria de Migrações Colonizadoras realizada em Genebra no ano de 1938. Concluímos que este não era um assunto restrito ao Brasil, outros países também assumiram a formação de colônias agrícolas com a introdução de estrangeiros como um recurso para solucionar sua problemática demográfica e territorial. Isto diz respeito à participação do Brasil em um conjunto de ideias a nível internacional o que também nos leva a compreender a importância desta temática no período em questão, que pode ser confirmado pelo conselheiro José de Oliveira Marques em 1943: “Tal problema tem sido objeto de consulta ou conferências, cujo escopo imediato é a distribuição do elemento estrangeiro pelos países ditos ainda de fraca densidade demográfica”²¹⁶

Seria o ideal de promover a integração nacional o elemento propulsor de políticas de povoamento. Aliando-se a estas, imigração e assimilação

²¹⁴ Revista de Imigração e Colonização, nº 2, ano V, junho de 1944, p.50.

²¹⁵ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p. 700.

²¹⁶ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p.689.

constituiriam como aspectos positivos e necessários para o cumprimento deste ideal. Neste momento a marcha não só para o Oeste, mas para o progresso se cumpriria na sociedade brasileira se a missão fosse realizada “para renovação da luta gigantesca de por a terra e os elementos a serviço da civilização” ²¹⁷

Ao organizar critérios junto ao Ministério das Relações Exteriores para entrada de estrangeiros no Brasil o Conselho de Imigração e Colonização conforma dois objetivos claros: a unidade nacional e integridade do trabalhador brasileiro. Ambas as propostas representam não somente uma simples forma coercitiva de poder, mas faziam parte da lógica de pensamento de grupos e indivíduos representantes do Estado Novo, e objetivavam a construção de uma nação brasileira onde seus setores e regiões estivessem em perfeito equilíbrio.

²¹⁷ Revista de Imigração e Colonização, nº 3, ano IV, setembro de 1943, p. 23.

Capítulo 3

A Revista de Imigração e Colonização e o Pensamento Social Brasileiro

Em janeiro de 1940 o Conselho de Imigração e Colonização criou a Revista de Imigração e Colonização, uma publicação trimestral, na qual eram tratados assuntos relativos à imigração, colonização e povoamento, hoje disponível para a consulta na Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional. A revista foi editada até o ano de 1955.

A Revista de Imigração e Colonização era composta por artigos com resumo em francês, de autoria dos próprios conselheiros e intelectuais de destaque no período – como Oliveira Vianna, por exemplo –, ou ainda de autores estrangeiros e políticos. Eram divulgadas também as resoluções do Conselho e os resultados de estudos e pesquisas sobre demografia, imigração, povoamento e colonização. O periódico era distribuído nos organismos oficiais e culturais brasileiros, bem como empresas particulares.

A Revista de Imigração e Colonização publicava também documentos históricos que tratavam de aspectos ligados ao povoamento do Brasil. Tais documentos eram constituídos de pareceres e relatórios sobre colônias implantadas principalmente durante o século XIX. As publicações buscavam, sobretudo, valorizar a colonização portuguesa, como se a missão iniciada com a ocupação do Brasil pelos portugueses tivesse de ser completada pelo Estado Novo.

Os artigos fazem constante referência à questão nacional, a partir de temas como a nacionalização de imigrantes, das colônias já estabelecidas e a integração do território brasileiro. Outra questão importante a ser destacada se relaciona com o debate em torno do tipo de imigrante que se desejava instalar no Brasil.

O imigrante mais valorizado nas discussões dos artigos eram os de origem europeia, dispostos ao trabalho agrícola, o que conformava o atendimento a duas necessidades do Estado Novo: a constituição de uma população predominantemente branca²¹⁸ e a promoção de um equilíbrio

²¹⁸ Alguns dos artigos pesquisados, dados estatísticos e as cotas imigratórias fazem constante referência ao elemento europeu, sobretudo português. Nos próprios objetivos do CIC (Lei 406,

demográfico no território compensando a excessiva concentração populacional das áreas urbanas. Neste caso, em correspondência de João Carlos Muniz para Oswaldo Aranha em novembro de 1938, é declarado que o próprio Vargas falava sobre a necessidade de uma imigração, sobretudo portuguesa para auxiliar na solução do problema demográfico:

O Senhor Presidente da República, ao receber os membros do Conselho de Imigração e Colonização, expôs, com precisão, as diretrizes a serem aplicadas na nova política brasileira de imigração. O chefe da nação frisou a necessidade de aumentar a nossa densidade demográfica, com preferência pelas correntes imigratórias portuguesas, por serem as que maiores vantagens apresentam para o Brasil, tendo em vista a constituição étnica e o sentido da formação histórica da nacionalidade.²¹⁹

A ideia de homogeneidade a partir da mestiçagem também se fez presente, segundo Seyferth, no pensamento social até a década de 1930, e persistiu de maneira mais “subjéctiva e eufemística” no Estado Novo influenciando a política imigratória, como exemplificada pelo próprio discurso da Revista de Imigração e Colonização. A mestiçagem seria assim tratada como um caminho para homogeneidade no qual a raça branca prevaleceria com a ajuda da imigração. Desta maneira, raça e miscigenação fazem parte do debate central do Estado Novo sobre a constituição da nação, aí incluídas as discussões sobre política imigratória. Nesta perspectiva, o imigrante passaria a “entregar-se” ao processo de assimilação, para então fazer parte da nação brasileira.

O problema da demografia e ocupação das áreas era percebido de diferentes maneiras, como nos casos das colônias existentes no sul do Brasil e a consecução de uma eficaz política de assimilação, o aproveitamento econômico do norte, o êxodo rural do nordeste, áreas que circundavam grandes cidades, como a Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, que também se constituíam em áreas pouco povoadas e de poucos recursos.

artigo nº 226) traz a seguinte referência: “Estudar os problemas relativos à eleição imigratória, à antropologia étnica e social, à biologia racial e eugenia”. Este discurso científico racial explica a preferência pela imigração européia como uma das bases para estudos e planejamentos do Conselho.

²¹⁹ Correspondência para Oswaldo Aranha. Ofícios do Itamaraty de 11 de novembro de 1938.

“Reencontrar o Brasil”, frase de Cassiano Ricardo na obra “A marcha para oeste” de 1940, revela em poucas palavras os objetivos políticos e econômicos da tarefa designada ao Conselho de Imigração e Colonização no contexto do Estado Novo. Neste sentido o “reencontro” se concretizaria através das estratégias de planejamento e reorganização do território brasileiro orientadas pelo Conselho que dariam continuidade à obra de expansão territorial iniciada pelo colonizador português. Tratava-se da reorganização do espaço nacional onde medidas como demarcação de fronteiras, implantação de colônias agrícolas, deslocamentos de populações, políticas de povoamento em áreas isoladas, assimilação de imigrantes e nacionalização de colônias estrangeiras bem como uma política de controle do movimento migratório, faziam parte do cumprimento de um objetivo ainda maior: a política nacionalista. No centro de tais medidas e planejamentos estava a consolidação do plano que garantiria a hegemonia nacional e a unidade do território brasileiro, visando assim combater os desequilíbrios existentes.

A construção do território foi feita a partir do alto, ou seja, de setores que detinham o poder político no Brasil. A relação entre nação e território, apontava para uma visão ufanista, ou seja, de valorização dos recursos naturais e paisagens do Brasil. Em nome da integridade territorial o Estado Novo operou para transformar o espaço pertencente ao Brasil em território nacional segundo seus moldes. Para este governo o território não havia sido completamente organizado, a tarefa estava inacabada, eram necessários os reparos para que verdadeiramente o Brasil tomasse conhecimento de sua vasta riqueza eliminando as diferenças existentes entre litoral e interior, delimitando as fronteiras. O interior era apresentado como local que abrigava a essência da cultura brasileira como observa Maria Capelato:

(...) idealizou-se o campo/natureza como lugar de “pureza e harmonia” em contraposição ao “inferno urbano”. (...) o campo se opunha ao litoral visto como lugar da exploração capitalista estrangeira e seus aliados nacionais, as oligarquias agrárias, que desde o início da colonização, exploram as riquezas da terra brasileira, impedindo sua prosperidade. (...)

Durante o Estado Novo, o discurso propagandístico apontava o interior como depositário das energias da nacionalidade: a Marcha para o oeste de Cassiano Ricardo indicava a necessidade de conquista de um espaço vazio, considerado vital para a integração econômica, política e cultural. (...) a política de integração do interior foi atendida como a possibilidade não só de superação do atraso, mas de transformação do Brasil numa grande potência do Continente.²²⁰

A “Marcha para o oeste” sintetizava o discurso de integração política e econômica do território nacional. A política da “Marcha para o oeste” veio repercutir de forma política, sendo objeto da produção literária e artística. Como exemplos destas produções temos, Villa Lobos que em 1938 compõe “Marcha para o oeste” e em 1941, Cassiano Ricardo escreve artigo para revista Cultura Política com o título de “O Estado Novo e seu sentido bandeirante”.²²¹ O próprio Vargas considerava que:

o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste. Para bem esclarecer a ideia devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto, assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios.²²²

Conhecer os limites da nação, ou seja, demarcar suas fronteiras também significava desenvolver ao máximo o potencial econômico do território. Nas palavras do próprio Getúlio Vargas em discurso proferido em novembro de 1939 e registrado por Dulphe Pinheiro na Revista de Imigração e Colonização,

²²⁰ Maria H. R. CAPELLATO, Estado Novo: novas histórias. In: Historiografia brasileira em perspectiva, Macoss Cezar de Freitas (org), p. 217.

²²¹ Sobre a temática ver Arnaldo Contier, Passarinhada do Brasil. Bauru, SP, EDUSC, 1998.

²²² A nova política do Brasil, vol. III. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, p. 31.

observamos este objetivo político e econômico de conquista do espaço brasileiro:

(...) o sentido legítimo do nosso imperialismo é crescer dentro de nós mesmo e levar as nossas fronteiras econômicas até o limite das fronteiras políticas, fazendo assim com que todo o Brasil prospere harmoniosamente.²²³

A questão do povoamento das áreas afastadas do litoral e das grandes cidades foi um assunto corrente nos artigos da Revista de Imigração e Colonização. Estiveram em debate pontos considerados importantes como a necessidade de nacionalização das colônias estrangeiras, o estabelecimento de uma política de povoamento que atingisse áreas distantes, promovendo assim a unidade e a propagação dos ideais nacionais, bem como o melhor aproveitamento econômico do território brasileiro. O problema da densidade demográfica em certas áreas era uma necessidade urgente a ser sanada: “Há, no Brasil, um imperativo a considerar – o deserto – e dele decorre que o serviço de povoamento se nos apresenta como resultante das necessidades nacionais, as mais prementes”²²⁴

Neste sentido, as políticas de imigração fariam parte do projeto de formação da nação ao contribuírem para o aumento populacional de algumas áreas do território brasileiro, tendo em vista sua maior integração e unidade. Para tanto, o estrangeiro teria de “nacionalizar-se”, ou seja, constituir-se em elemento nacional, integrando-se de tal maneira à nova pátria que esta se tornaria sua referência como nação. Uma das primeiras prerrogativas do governo era a oposição declarada à formação dos chamados “quistos raciais”, ou seja, grupos fechados que reproduzem sua cultura alheios a conformação externa predominante. Isto era inviável à política de esforço nacionalista do Estado Novo que por vezes suprimia até mesmo os regionalismos em nome da unidade nacional.

Desta forma os judeus assim como japoneses, alemães, italianos, entre outros, seriam classificados como os mais inclinados a formação destes quistos isolados avessos a cultura do país que os retém, estando ainda ligados aos hábitos e símbolos de sua nação originária, dispostos a contribuir com ela

²²³ Revista de Imigração e Colonização, nº. 1, ano I, julho de 1940, p. 201.

²²⁴ Revista de Imigração e Colonização, nº. 1, ano V, março de 1944, p. 86.

econômica e politicamente. Tais grupos não seriam “bem-vindos”, pois, poderiam causar problemas à empreitada renovadora do Estado Novo no Brasil. A formação de comunidades também poderiam se tornar pontos de disseminação de ideologias como comunismo e nazi-fascismo, gerando assim uma ameaça a estabilidade política do país. Para a política estado-novista, a entrada em massa que representava preocupação, pois poderia abrir a oportunidade para que os imigrantes formassem comunidades isoladas, a entrada de indivíduos de forma controlada e direcionada seria o ideal para o cumprimento de medidas como o povoamento do Brasil:

As condições atuais exigem o controle da imigração; mas controle não quer dizer somente restrição, como tem sido geralmente interpretado, senão também pode significar expansão quando esta se faz necessária. (...) Para países novos como o Brasil, a política imigratória que mais convém é a que tem em vista evitar os elementos indesejáveis e os de difícil assimilação, e promover a entrada de boas correntes imigratórias em harmonia com a expansão econômica do país²²⁵

A realidade era que as colônias alemãs e italianas muitas vezes, segundo estudos do Conselho se estabeleceram de formas praticamente isoladas territorial e culturalmente (quistos raciais). Este fato acabou por estimular a formação de núcleos populacionais fechados em torno de suas referências culturais, mantendo uma identidade nacional própria. O idioma de origem era falado e ensinado, possuíam instituições nessas línguas o que aumentava o isolamento e diferenciava estes grupos do todo nacional.

Uma análise maior sobre a questão do imigrante pode ser observada nos estudos de Giralda Seyferth. A noção de “quistos” não assimiláveis, segundo Seyferth, foi uma imagem construída durante o Estado Novo, e é durante este período que a categoria alienígena mais se difundiu: “A categoria alienígena – preponderante no jargão oficial – englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como ‘não assimilados’, portadores de culturas incompatíveis com os princípios de brasilidade”²²⁶

²²⁵ Revista de Imigração e Colonização, ano I, nº 1, janeiro de 1940, p.7.

²²⁶ Giralda SEYFERTH, A assimilação dos imigrantes como questão nacional. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000100004&script=sci_arttext. Acesso em 15 de outubro de 2007. Mana vol.3 n.1 Rio de Janeiro, 1997, p.95.

A questão da imigração pautada sobre a seleção de nacionalidades pode ser tratada tanto da perspectiva de uma política externa, com relação aos países do eixo, quanto de homogeneização da cultura nacional. Segundo Ricardo Seitenfus, a seleção de imigrantes no período está relacionada ao crescimento da influencia nazi-fascista nas colônias alemãs e italianas, o que motivou o governo a tomar medidas mais rigorosas com relação a estes imigrantes e suas colônias:

O primeiro semestre de 1938 é o período chave da política externa brasileira durante os anos 30. Dois elementos são essenciais: a nomeação de Oswaldo Aranha (...) e, sobretudo as drásticas medidas de nacionalização das colônias estrangeiras – alemã, italiana e japonesa – do sul do país.²²⁷

O alienígena teria de ser assimilado, sendo para tanto fundamental a participação do exército, na execução de uma campanha nacionalizadora, o que segundo Seyferth assumia uma conotação de “guerra” e de conquista dos não assimilados. As formas práticas adotadas na campanha contra o alienígena foram a proibição de publicações em língua estrangeira, o fechamento de clubes e associações culturais e esportivas e a imposição da língua portuguesa em detrimento do uso da língua estrangeira. Segundo Seyferth:

Na ação intervencionista que atingiu a população descendente de imigrantes, o exército assumiu a tarefa de construtor da nacionalidade – supondo que a elite republicana antes de 1937 havia sido descuidada quanto aos valores morais constitutivos da nação²²⁸

Num momento em que se procedia uma política de nacionalização, a resistência de grupos deste tipo no interior desafiava as intenções de construção de uma homogeneidade cultural. Neste sentido, Schwartzman destaca que:

²²⁷ Ricardo A. Silva Seitenfus. O difícil aprendizado do nacionalismo. As relações brasileiras com Itália e Alemanha, 1930-1942. In. A Revolução de 30 – Seminário Internacional, 1980, p. 636.

²²⁸ Op. Cit. SEYFERTH, p.100

Por mais verdadeira que fosse a presença e a ameaça do nazismo no Brasil, seria ingênuo acreditar que ela esgotasse todo sentido da repressão nacionalizadora que se abateu sobre as colônias estrangeiras (...) havia uma outra mais genérica, que era a da confrontação entre os esforços de autopreservação da identidade de um grupo étnico emigrado e as pressões homogeneizadoras do governo central.²²⁹

Desta maneira Seyferth destaca o papel do exército como uma instituição estatal na efetivação do ideal nacionalizador do território e da população brasileira. Portanto, a ação do exército pode ser associada à dos órgãos criados especificamente para atuar junto às questões relativas à inserção do imigrante no território brasileiro e sua assimilação, como o Conselho de Imigração e Colonização.

Giralda Seyferth realiza seus estudos a partir do prisma dos imigrantes e descendentes de imigrantes já fixados no Brasil e da maneira como as políticas nacionalizantes do Estado Novo agiram no interior destes grupos. Destaca também a participação dos intelectuais no esclarecimento dos pressupostos a respeito da constituição de uma unidade nacional com relação aos temas como raça, assimilação, imigração e homogeneidade nacional. Desta forma, não coube a antropóloga investigar, a partir de seu objeto de estudo, a ação de órgãos e políticas governamentais que efetivamente buscaram estimular a imigração como uma forma de garantir o povoamento do território brasileiro, sem uma imigração livre e desordenada, mas com o direcionamento e organização de medidas a partir destes mesmos órgãos com o objetivo de garantir a entrada no Brasil de correntes imigratórias favoráveis ao desenvolvimento econômico do país e também do corpo nacional homogêneo, não contemplando o seu trabalho uma consideração específica da perspectiva do Estado com relação às políticas de imigração.

O discurso da Revista de Imigração e Colonização caracteriza o desenvolvimento de medidas imigratórias com caráter evolutivo em busca do atendimento das necessidades do Brasil, o que podemos constatar no seguinte trecho:

²²⁹ Op. Cit. SCHWARTZMAN, p. 155

Tudo isso revela que a nossa legislação de estrangeiros se aprimora, dia-a-dia, consoante as realidades brasileiras, o que nos leva a concluir que o regime dos contingentes migratórios, instituído pelas constituições de 1934, por motivos bem conhecidos, não se coaduna, mais com as necessidades do povoamento de nosso vasto território, dada imperiosa urgência, que temos, de atrair maior número de elementos, que venham cooperar na expansão de nossas riquezas agrícolas e industriais, cuja entrada, já devidamente selecionada, assegurada, por certo, a completa assimilação moral e política dos imigrantes.”²³⁰

Considerava-se que a simples introdução de indivíduos em áreas pouco habitadas não seria suficiente para resultar em boa colonização, devendo assim ser efetuado um planejamento para a constituição de infraestrutura habitacional. Esta ocupação não deveria ser feita de forma aleatória e descentralizada. Estudos e pesquisas sobre os locais de instalação das colônias, gêneros a serem produzidos e quantidade de indivíduos que ocupariam as áreas revelam o caráter técnico-científico que orientava as decisões do Conselho. A formação de colônias agrícolas não previa somente a ocupação, mas também a garantia de infra-estrutura básica para seu desenvolvimento. Caberia ao Estado Novo o amparo a estas regiões muitas vezes distantes e de difícil acesso, para que as mesmas não viessem a se constituir em comunidades isoladas e “abandonadas”, ou seja, sem vínculos com a administração central. Segundo o conselheiro José de Oliveira Marques:

Se é o sucesso econômico do colono o principal fundamento da colonização é preciso assegurar-se, quer se trate de iniciativa oficial, quer se trate de iniciativa extra-oficial, que o núcleo para o qual será ele encaminhado reúne as condições de garantia daquele e êxito, tais como vias de comunicação, proximidade de mercados consumidores, assistência técnica e quando for o caso assistência financeira.²³¹

Nas edições da década de quarenta são encontradas propagandas que apelam para que os indivíduos dêem informações corretas ao censo de 1940.

A leitura do conjunto de artigos e documentos publicados na Revista de Imigração e Colonização permite apontar como um dos principais objetivos da política de imigração e colonização o fomento da agroindústria. Caberia

²³⁰ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano V, março de 1944, p. 89

²³¹ Revista de Imigração e Colonização, nº 5, nº. 4, dezembro de 1944, p. 694.

também a estes espaços coloniais a oportunidade de industrialização. Isto poderia ser realizado segundo Lincoln Nordari em artigo para a revista em 1940, se a colonização estivesse pautada em objetivos econômicos, o que possibilitaria ao agricultor a industrialização da agricultura e comercialização de seus produtos, o que conseqüentemente contribuiria para o fortalecimento da economia nacional. Segundo Nordari:

Além dos elementos integrativos, indispensáveis a vida do trabalhador, as culturas devem produzir, de maneira especial, matérias primas para serem industrializadas. Se essas matérias primas não são absorvidas para serem industrializadas, a colonização não terá bases econômicas e estará sujeita às crises agrícolas provocadas pelo afluxo desordenado dos produtos nos mercados de consumo.²³²

Também se objetivava a atuação de grandes empresas, que viessem a realizar investimentos e “aparelhamento da produção”. Portanto, para o governo, tratava-se de promover a colonização que garantiria uma produção em grande escala com o apoio da indústria.

O ambiente agrícola seria capaz de regenerar os indivíduos inclinados aos males da cidade. Portanto, o campo foi observado como um local onde o trabalhador poderia viver com dignidade e sustentar sua família honestamente. Em artigo sobre o núcleo colônia do Passo Novo, no Rio Grande do Sul observamos estes aspectos, onde indivíduos que antes:

se constituíam em sérios problemas às autoridades, estão agora transformados em pacíficos e honrados agricultores entregues ao amanhã da terra fértil e generosa e aos cuidados de suas famílias, educando as famílias, educando seus filhos, iniciado no caminho nobre e elevado do trabalho, que dignifica e enobrece o caráter.²³³

Segundo a análise revelada pela Revista de Imigração e Colonização o campo seria o local ideal para regeneração da moral, para o restabelecimento econômico e prosperidade das famílias “tendo possibilidade de educar filhos

²³² Revista de Imigração e Colonização, ano I, nº 3, julho de 1940, p. 468.

²³³ Revista de Imigração e Colonização, ano IV, nº 3, setembro de 1943, p.539.

são fortes para a defesa dos direitos e dos interesses da pátria, e contribuindo eficazmente para a solução do problema demográfico nacional”²³⁴

3.1 – O pensamento social brasileiro e a produção intelectual da Revista de Imigração e Colonização

A produção intelectual da Revista de Imigração e Colonização diz muito a respeito daquilo que se discutia nos círculos intelectuais. A perspectiva modernizante, nacional, a busca das soluções para o Brasil através do estudo, o resgate das origens dos problemas nacionais no passado.

As questões até aqui apresentadas fizeram parte de obras de intelectuais como Sílvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Viana. Em suas ideias são possíveis as intercessões apesar das diferenças temporais. Ambos viveram em momentos históricos diferentes, no entanto, participaram de anseios em comum: a leitura de um Brasil a partir de sua constituição histórica, populacional e territorial. Estiveram também dispostos a pensar um Brasil novo, de descobrir a partir da investigação do passado as razões para o atraso e traçar possíveis diretrizes que garantiriam o progresso.

Semelhante ao ideal estado novista, tais autores tiveram suas ideias ecoadas na discussão sobre imigração, aspectos raciais, demografia, produção de riquezas do Brasil. Além destas razões, seus nomes foram provavelmente lidos por aqueles que trabalharam no Conselho e assim citados ou tiveram artigos publicados na Revista de Imigração e Colonização.

Iniciando uma breve análise de cada um deles, é possível observar que Sílvio Romero, ao escrever antes da formação da República, revelou em sua obra o caráter polêmico de algumas reflexões acerca de temas diversos a respeito da constituição do Brasil. Em seu livro História da Literatura Brasileira, expôs a síntese de todo o seu pensamento sobre a cultura e a sociedade brasileira. Em sua obra ficou claro uma característica libertária, o que lhe conferiu o mesmo status. Libertação de todas as características, físicas, raciais, geográficas que influenciavam o homem no meio em que vivia. Assim, admitiu que o homem era maior do que todos esses caracteres que lhe são impostos

²³⁴ Revista de Imigração e Colonização, ano I, nº. 3, julho de 1940, p. 471.

pelo contexto onde se insere, de modo que poderia agir com relativa liberdade dentro desse determinismo.

Romero se posicionou contra a forma federalista, crendo ser essa uma tendência copiada erroneamente dos americanos, e que não traria benefícios para o país:

A ideia de federação se assenta em dois falsos pressupostos: a crença errônea de nos convir o que convém aos anglo-americanos e a falsa teoria de supor que para lá nos levam as lições da história.²³⁵

Membro de classe média urbana observou nas oligarquias locais um grande fator de separação e desmembramento do poder, podendo até mesmo levar ao separatismo.

Silvio Romero apresentou a ideia de que o Brasil era um país em formação. Sua concepção era, portanto, evolutiva. Segundo Romero, a história do Brasil demonstrou o progressivo avançar rumo à civilização. Desta forma, em questões raciais, Silvio Romero se posicionou a favor da miscigenação, identificando-a como um ideal da identidade brasileira. A mestiçagem foi observada como algo próprio do caráter nacional brasileiro. Esse fator da miscigenação do povo colaborou para a visão de unidade nacional a que defendia. Viu assim na miscigenação do povo brasileiro um forte fator biológico que impulsionaria a nação a uma unidade que lhe seria benéfica. O mestiço seria o grande fator que poderia ser encarado como fruto sui generis do processo histórico brasileiro. Sendo único em sua composição, o mestiço brasileiro deveria ser um fator de integração da nação resultando na identidade brasileira. Romero defende que o “europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro.”²³⁶ Portanto, quanto mais mestiço, mais próximo do caráter nacional brasileiro.

Apesar de considerar a mestiçagem como caráter do povo brasileiro, Silvio Romero identificou na interrupção do tráfico negreiro e no crescente afastamento das populações indígenas do cenário brasileiro, um fator que pudesse colaborar para que a feição branca predominasse no cenário

²³⁵ Silvio ROMERO, História da literatura brasileira, tomo 1, p. 44.

²³⁶ Ibid., p. 120.

brasileiro. O aumento da entrada de europeus foi visto como uma das soluções para branquear a população. Com a diminuição da influência das outras raças no país e o aumento da imigração branca proveniente principalmente da Europa, os traços brancos poderiam se sobrepor nessa mistura. Assim sendo, sobre o caráter da mestiçagem, encontra-se uma contradição no seu discurso. Portanto, Romero revelava o lado negativo e positivo da mestiçagem. Aponta como fator positivo da mistura étnica o fato desta ter possibilitado ao europeu uma adaptação a realidade dos trópicos, adaptação essa que não seria possível sem a mistura dos caracteres africanos e indígenas num verdadeiro processo de aclimação.

Apesar de dar a miscigenação essa característica benéfica para a colonização do Brasil, admitiu ainda que essa mistura de certa forma prejudicou moralmente o povo, imputando uma instabilidade moral que não se verificava anteriormente por causa da desarmonia das índoles. Romero destacou que eram os aspectos negativos da mestiçagem que poderiam acabar com o progresso da nação rumo à civilização, contudo, este risco poderia ser eliminado caso o avanço dos aspectos negativos fossem controlados.²³⁷ Para corrigir esses traços desviantes, Romero creditou à educação um grande fator de controle e recalçamento dessas características desviantes da população brasileira, proveniente da mistura das etnias formadoras.

Sílvio Romero admitiu que todo processo de civilização que se deu nas Américas foi um processo de “acomodamento” da cultura europeia ao ambiente americano. Essa “modelagem” da cultura europeia não deixou de ao mesmo tempo transformá-la e resignificá-la, sendo marcada pelas características próprias que se observavam no contexto das colônias. Esse processo, para o intelectual, foi gradual e contínuo, ou seja, assim que os europeus chegaram e se instalaram no Brasil, toda a lógica europeia foi transplantada sem modificação nenhuma. Com o passar do tempo, alguns elementos foram se modificando para responder ao contexto tropical, formando aos poucos um sistema próprio dos trópicos. Romero também observou um processo de imitação dos modelos europeus, o que ocasionou um problema para o país no

²³⁷ Cf. Benjamin ABDALA, *Sílvio Romero: História da Literatura Brasileira*. In. MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos*, passim.

sentido de construir um “habitus” cultural que se configurou como realidade brasileira. Desta forma, espelhava-se mais no que vem do exterior do que na própria produção nacional. Esse processo acreditava Romero, dificultava o desenvolvimento da cidadania no país, visto que não houve a formação de uma identidade nacional genuína, por ter havido um processo de valorização da cultura exterior a do país.

O país encontrava-se em ruínas em todos os âmbitos da sociedade. O sistema agrícola estava em falência, os estrangeiros dominavam o comércio nacional, e opressões em relação ao proletário rural²³⁸. Em busca de uma origem de todo essa degradação em que o país se encontrava, apontou ser o absolutismo monárquico o grande causador de todos os problemas constatados, e ainda creditou a fragmentação e pulverização do povo pelo território como causador da falta de unidade nacional. Toda essa configuração ocasionou a um sentimento de inferioridade do povo, esperando sempre que as decisões fossem tomadas exteriores a eles, e superior.

A cultura popular brasileira foi tematizada por Silvio Romero de uma forma descentrada, por acreditar na existência de uma fragmentação que se dava tanto no caráter geográfico, e por isso mesmo, influenciava diretamente na concepção de subculturas únicas a cada grupo que se subdividia o povo brasileiro. Procurando desconstruir uma perspectiva que via na capital do Brasil o centro da cultura nacional, Romero deu espaço para que outras manifestações culturais pudessem ser percebidas e vistas como tal, mostrando por meio da literatura o grande mosaico cultural que o Brasil apresentava desde muito tempo. A própria fragmentação geográfica permitiu que houvesse o desenvolvimento dessas divisões culturais que refletiam o caráter multiculturalista do país como destaca Abdala:

²³⁸Op. Cit. Benjamin ABDALA, p. 139.

Na História há reiterados comentários do autor, que não se cansa de repetir que o Brasil não é o Rio de Janeiro. Ao apontar que o país é mais amplo, em sua diversidade, inclusive literária, procura destacar as produções culturais nordestinas. Critica, ao mesmo tempo, a situação social controlada pelos latifundiários regionais. Sua posição é de intelectual brasileiro das cidades, uma categoria social originária da ascensão dos filhos de negociantes e agricultores que conseguiram vencer a coerção desse latifúndio, chegando aos cursos de medicina, direito e engenharia para engrossar as fileiras de funcionários públicos.”²³⁹

Em relação à questão da nacionalidade, Silvio Romero enxergou na literatura brasileira a cada período distinto, uma forma de demonstrar os esforços do povo para se guiarem por meio de seus próprios conceitos e diretrizes. Para o autor, uma determinada época literária refletiu a busca por uma voz própria, que sistematizaria o sentimento da nação como um todo.

Para Romero o caráter nacional da literatura tinha sua origem em um nascimento espontâneo, de caráter próprio e que se revelou de forma autônoma com relação à vontade dos literários. Por isso que Silvio Romero criticou veementemente diversas tentativas de se constituir uma literatura nacional a partir de ideologias e estruturas exteriores ao país. A imitação de características exteriores e a sua implementação em forma de uma representação, que se pretendia ser chamada de literatura nacional, foi algo que Romero criticou firmemente, pois não teria nascido de forma instintiva, mas poderia ter sido fruto de um sistema de valores e estruturas que não brasileiros.

A obra de Sílvio Romero, também buscou demonstrar o papel central que o mestiço teria na composição da identidade nacional do Brasil. É perceptível o destaque dado à produção da literatura por parte de mestiços. A respeito de uma crítica feita ao poeta Domingos Caldas Barbosa, considerado mestiço e criticado pelo suposto caráter submisso de sua obra, Romero diz que, na realidade, não havia submissão:

apenas amorável, alegre, expansivo e divertido. Além disso, se há alguma coisa no mestiço, que se possa considerar a nota predominante de seu caráter, é a rudeza, a independência, o orgulho, a tendência ao desrespeito, a falta de senso de veneração²⁴⁰

²³⁹ Ibid., p. 213.

²⁴⁰ Silvio ROMERO, História da literatura brasileira, tomo 1, p. 476.

Essas características propriamente advindas do mestiço seriam, para Silvio Romero, identificadas no povo brasileiro em geral. Nesse sentido, as questões da miscigenação e do hibridismo cultural foram aspectos que marcaram a obra de Silvio Romero, trazendo ao debate essas questões que são de suma importância para a construção da ideia de nação e identidade nacional. Apesar dos benefícios que esse hibridismo traria ao país, Silvio Romero também enxergou pontos negativos dessa mistura: para ele, esse mosaico étnico poderia resultar em uma instabilidade política na República, levando a movimentos separatistas. Mesmo assim, ressalta o caráter benéfico de todo o processo de miscigenação, pois produziu um povo rico no sentido cultural, por conjugar diferentes etnias e culturas, agregando fatores positivos e distintivos de cada uma delas.

3.3 A nação após a República em Alberto Torres, Oliveira Viana e na Revista de Imigração e Colonização.

A obra de Alberto Torres é profícua e reflete várias características pessoais que o intelectual possuía. Seu antirracismo, por exemplo, encontra-se muito bem marcado em toda sua obra, e como não podia ser diferente, também é encontrado de modo muito evidente em sua obra mais importante, A Organização Nacional. O texto dá ênfase principalmente a soberania da Nação, tanto como uma crítica ao federalismo que foi instituído no Brasil, quanto como uma proposta política reformadora, que procurasse adequar o pacto político a realidade da Nação brasileira. Para Alberto Torres, o federalismo que se instituiu no Brasil era uma ideia fora de seu lugar. Em Alberto Torres, bem como em toda a sua geração, a influência da experiência Republicana refletiu de fato no pensamento sobre centralização do poder e soberania nacional. A República foi classificada, em grande parte de seu tempo, pela fragmentação da autoridade política, corrupção, inequidade entre as regiões do Brasil e grande atraso econômico, o que configurava um país atrasado, desconectado e ineficiente.

Para Alberto Torres, dois fatores contribuíram para que esse quadro se configurasse no país. O primeiro foi o problema do descompasso entre a natureza do colonizador e o ambiente que encontrou nos trópicos. Este aspecto

é recorrente em todo o argumento de Alberto Torres. O colonizador trouxe de sua terra natal toda sua bagagem cultural e seus costumes típicos, mas encontrou um ambiente que lhe era estranho para que esses costumes se dessem da mesma maneira do que em sua terra natal. Por isso que em outras colônias esse processo teve êxito e o desenvolvimento histórico dessas foi mais bem sucedido. Colônias como os Estados Unidos e Argentina, onde o clima se assemelha ao da Europa, os colonizadores obtiveram mais êxito na implantação de seu modo de viver, seus costumes e hábitos europeus. Já no Brasil, o ambiente era totalmente dessemelhante do europeu. Clima, ambiente, vegetação, fauna e flora, não formavam o cenário a que os europeus estavam acostumados a lidar. A cultura europeia não poderia se implantar em uma região com essa configuração, sendo necessárias algumas adaptações que colaboraram para o insucesso posterior.

Outro grande fator para esse descompasso é intimamente ligado ao primeiro: a desorganização. Alberto Torres encarou a noção de organização de forma ampla. Denominou organização como um projeto que nortearia a política, que definiria os interesses nacionais e a conformação de um povo. Para Torres, o estado atual do desenvolvimento social era em maior parte explicado pela administração desse processo e não pela força material que condicionam a vida:

A verdade iniludível, que o estudo da evolução humana demonstra, é que o estado atual da civilização é, em muito mais alto grau, produto da governação dos povos e da sua direção intelectual que das forças materiais que condicionam a vida e das forças coletivas que dominam os fenômenos propriamente sociais.²⁴¹

Para o autor, a Constituição de 1891 colaborou para a grande desorganização da Nação, e, conseqüentemente, seu total desajuste e insucesso. Para Torres era necessária uma reforma em toda a Constituição, a fim de que os parâmetros organizadores da sociedade fossem totalmente modificados e assim, a sociedade pudesse romper com a velha lógica e se abrir para um novo entendimento da concepção de estrutura social. Por isso o autor se dedicou a sistematização de uma reforma constitucional na última

²⁴¹ Alberto TORRES, O problema nacional brasileiro, p. 241-242.

parte de seu livro. Acreditava que uma nova Constituição poderia modificar todos os âmbitos da vida social, econômica e política do país.

A organização Nacional é dividida em três partes, sendo a primeira dedicada a uma reflexão sobre a formação do povo brasileiro e sua relação com a terra brasileira. O capítulo se dedica a constatar o desajuste que o processo histórico do Brasil sofreu ao longo dos séculos. O autor chega a conclusão de que o homem europeu não obteve sucesso em sua empreitada de se adaptar a terra e dela tirar o máximo proveito. Nem mesmo houve a criação de uma política eficaz que levasse o país a padrões suficientes de solidariedade entre o povo para que a nação pudesse se constituir de forma integrada. Não se verificou no país o empenho em direção a uma visão de desenvolvimento da nação como houve nas outras colônias europeias, como no caso dos Estados Unidos que nos primeiros passos da República independente já se norteava por ideais que servem de coluna de sustentação para toda a política americana durante todos os séculos até os dias atuais. Para Torres, na nação onde havia um mínimo de integração, quer seja pela homogeneidade da população, quer seja por um atributo norteador que subordina todo o povo, uma política era definida, sua atuação era personificada na pessoa dos que representam o povo, seja qual fosse a forma de governo que se verificasse na nação analisada.

Para Alberto Torres esses pré-requisitos não se encontravam no Brasil. O que se observava no cenário brasileiro era a falta de uma homogeneidade da população, e a falta de uma classe dirigente que estivesse comprometida com o desenvolvimento da nação, procurando em instituições européias os modelos a serem aplicados ao país, sem sofrer alguma adaptação a realidade nacional, fadados assim ao fracasso.

O Brasil não tem história, que tal nome não merece a série cronológica dos fastos das colônias dispersas, e a sucessão, meramente política, de episódios militares e governamentais; sua história étnica, econômica e social só começará a formar-se quanto mais estreita solidariedade entre os habitantes das várias zonas lhe der a consciência de uma unidade moral, vínculo íntimo e profundo, que a unidade política está longe de realizar.²⁴²

²⁴² Op. Cit. TORRES, p. 64.

Alberto Torres passou a descrever um povo totalmente disperso pela geografia do território brasileiro, e dessa forma mais suscetível a ação de políticos locais e com uma política totalmente voltada para a exportação, que tornava-se um mecanismo de puro enriquecimento de uma classe determinada, em detrimento do desenvolvimento nacional como um todo. Por essas e outras que o povo brasileiro se constituiu de forma errônea no sentido de sua solidariedade. Um povo disperso e desunido, com o mínimo de patriotismo, que surgiu em momentos específicos e de maneira fugaz, desaparecendo totalmente logo que a conjuntura de surgimento era desfeita. Para Torres, não houve uma continuidade desse sentimento de pertencimento a uma nação, colaborando mais uma vez para que o sentimento nacional não pudesse se constituir de maneira total no Brasil. Nessas sociedades, segundo Torres, o povo era pulverizado pelo território, sem vínculos que os unisse em direção à constituição de uma unidade nacional. Para que o resultado fosse a unidade, a ação do governo seria a única maneira de se atingir o objetivo. Quanto menor fossem os laços de solidariedade entre os indivíduos, maior deveria ser a ação de um governo com objetivo de unificar o povo disperso.

Para o autor, a conjugação de fatores como raça, religião, hábitos, e língua eram menos importantes para a formação de uma nação quando outros fatores preponderavam. Os interesses em um desenvolvimento econômico que pudesse trazer prosperidade para as gerações futuras, a segurança jurídica de cada cidadão, entre outros, poderiam vir a substituir a necessidade de uma comunidade religiosa, tradicional e o domínio militar, alterando a noção de nacionalidade e pátria. Ao Estado, caberia não se posicionar diante das questões de caráter religioso. O Estado laico deveria permitir e garantir a liberdade de culto e a livre expressão de ideias. Não haveria assim a necessidade de formação de uma comunidade religiosa, ou uma em que características tradicionais são norteadores da vida. Caberia ao Estado o papel de fundador e mantenedor da unidade nacional.

Alberto Torres destacou que na constituição do povo não se poderia identificar povos singulares e homogêneos em novos países como o Brasil, pois estes eram fruto de imigração de países mais velhos, e por sua vez, não constituíram um povo totalmente desligado das tradições e costumes do velho país de origem. Assim, o povo brasileiro se formou como um povo fragmentado

historicamente, e com a união de várias etnias diferentes. Apesar disso, a miscigenação racial não foi analisada como algo negativo e maléfico a nação, muito pelo contrário, foi observada por Torres como um fator normal em países que se formaram por meio da migração:

A baixa coesão como característica histórica, sinal da desorganização nacional, é uma deficiência a ser sanada pela ação do governo. A pluralidade racial, porém, é uma característica normal das sociedades formadas por migração e de nenhum modo representa uma desvantagem.²⁴³

Assim, Alberto Torres se posicionou contra as teses de branqueamento racial, defendendo que nenhuma etnia tinha pré-disposição a ser mais ou menos desenvolvida do que outra. Não havia hierarquia entre os grupos humanos, não podendo ser imputado a certa etnia características menos desenvolvidas em comparação com outras. Os fatores que diferenciam essas etnias seriam de outra ordem, e não raciais. O desenvolvimento de um povo dependeria única e exclusivamente do ambiente em que se desenvolve das oportunidades de trabalho que lhe eram oferecidas, condições de educar-se e o desenvolvimento do intelecto. Um povo dependeria mais de uma instituição que lhe comande e que lhe ofereça condições essenciais para o desenvolvimento do que de sua constituição racial. Ao povo brasileiro faltou um Estado que promovesse um ambiente propício para que todas as potencialidades fossem exploradas, sendo que alguns migrantes europeus que se instalaram no Brasil receberam maior atenção governamental do que outros setores da sociedade brasileira, promovendo assim as divergências entre os setores mais baixos da população brasileira e os colonos europeus.

A política para Torres não era apenas fruto de algo já dado empiricamente na sociedade, não era mero reflexo dos fatores e conjunturas sociais. A política caberia um papel muito mais ativo no processo de formação da nação. A política assim poderia ser assemelhada a uma atividade artesanal: a política caberia a atividade de criar e moldar seu povo e o destino dele. Para isso, não poderia haver arbitrariedade no fazer política. Todas as diretrizes políticas que o Estado viesse a praticar deveriam estar embasadas de

²⁴³ Rolf KUNTZ, A Organização Nacional, In.: MOTA, Lourenço Dantas, MOTA, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil, p. 267.

conhecimentos sobre o povo, como sua história e o ambiente em que se localiza e se desenvolveu. Só assim o estadista poderia produzir uma “civilização”²⁴⁴ que estivesse totalmente adaptada a realidade da população a que se pretende constituir uma unidade nacional.

A segunda parte da Organização Nacional se detém a sistematizar a atividade criadora da política. O conhecimento da situação do povo, seus fundamentos, seu desenvolvimento histórico, seriam as bases para que a ação política de se construir um “povo” tivesse sucesso. A melhor forma de governo seria aquela que se adaptasse de melhor forma a configuração do povo. A questão mais importante para a discussão do caso brasileiro seria o modo como o território é ocupado. Encontrar um meio menos destruidor e menos carente da agricultura extensiva era uma das problemáticas centrais de todo o discurso de mudança da lógica de ocupação territorial do Brasil. Um cultivo mais inteligente da terra foi um dos pontos que Alberto Torres deu enfoque especial. Se desligar das atividades rurais degradantes do ambiente era uma das necessidades mais urgentes, trocando a lógica para uma que não viesse a agredir tanto o ambiente, e assim conseguir melhores índices de lucro em longo prazo. Fica evidente que para Torres a propriedade rural deveria ser de pequeno porte, voltada para a produção de alimento para consumo local, apoiado pelo governo e com infraestrutura básica para que as necessidades fossem sanadas.

A terceira parte de seu livro se dedica a revisão da Constituição, como forma de produzir um ambiente propício para as reformas estruturais que deveriam ser realizadas. À União caberia o papel de promover a fundação de um país basicamente agrícola, que para Torres era uma vocação inata ao Brasil, livre de políticas discriminatórias, buscando um tratamento mais equânime entre a população. Ao Estado caberia a proteção daqueles indivíduos mais vulneráveis da sociedade, oferecendo meios e subsídios para que sobrevivessem ao estado de vulnerabilidade e se retirassem dele o mais rápido possível.

A principal novidade que o último capítulo traz é a criação de um Poder Coordenador do país, uma nova instituição que agiria de forma própria,

²⁴⁴ Ibid., p. 269.

coordenando os outros poderes. Torres acreditava que com a criação do Poder Coordenador, o Brasil poderia encontrar a sua via de desenvolvimento, pois faltava ao país uma figura forte e que soubesse guiar o país para o desenvolvimento mais justo e igualitário. Ao Poder Coordenador atribuía-se o papel de fazer valer a lei, a democracia, a autonomia nacional e a federação, se espalhando por todos os aparelhos do sistema político brasileiro. Mais uma vez fica clara a tendência de Alberto Torres à centralização do poder como forma de moldar todos os âmbitos da nação, colaborando para o desenvolvimento e prosperidade da mesma:

Esse poder é um demiurgo, não um criador: a nação pode ser uma obra de arte, mas é preciso, para bem realizá-la, respeitar as condições fixadas pela história do povo. Essa história inclui a relação com o meio físico.²⁴⁵

Outra atribuição do Poder Coordenador seria a assegurar que todo indivíduo fosse empregado de alguma forma. Para Torres, o trabalho não era apenas um dever e condição para a cidadania, mas também a condição para que cada indivíduo conseguisse desenvolver totalmente suas potencialidades. Sem um trabalho, o povo não poderia encontrar as guias de desenvolvimento de todos os seus potenciais. Desta maneira os meios de trabalho são simbioticamente ligados a ideia de direitos. Era obrigação do Estado, da sociedade, oferecer meios para que todos os cidadãos conquistassem acesso ao trabalho produtivo.

Em a Organização Nacional, Torres tem cuidado especial, em discutir a garantia de liberdade individual, sendo um tópico em seu projeto de Constituição e evidentemente em toda sua obra. Além disso, tem sensibilidade de fazer da problemática ambiental um dos seus tópicos, não sendo discussão menor, ou sem importância, mas uma preocupação relevante que manifesta seus efeitos em toda a política nacional. Todos os valores defendidos por Torres não poderiam ser manifestos em uma sociedade sem a centralidade política, e sem a força de um Governo estável, na figura do Poder Coordenador.

²⁴⁵ Op. Cit. KUNTZ, p. 273.

Sensível à realidade do país, Alberto Torres constrói toda a sua explicação e projeto de uma nação brasileira com base em todo o processo histórico que este sofreu. Para o autor, a observação da realidade era um instrumento necessário para se avaliar os principais problemas do Brasil. Obra de maior renome e que lhe conferiu prestígio, *A Organização Nacional* contém em suas páginas as ideias de Torres para a nação brasileira. Em nenhum momento imputa culpa, ou responsabiliza a miscigenação ou etnias individuais pelo atraso brasileiro, como muito amplamente utilizado para explicar a diferença entre os países. Totalmente crítico das teorias de branqueamento, Torres acredita que o grande ator de toda a formação de um povo unido e solidário é o Estado.

Crítico do federalismo republicano, que para ele era uma cópia do americano, Torres estabeleceu que a adoção deste modelo foi a causa da desordem política e econômica dos primeiros anos de república no Brasil. Como solução, o intelectual propôs, em suas obras, uma reforma constitucional baseada na realidade prática do Brasil. A noção de comunidade solidária, segundo o autor, não podia ser aplicada no país. Havia um forte caráter de dispersão tanto geográfica como social, o que contribuiu para falta de patriotismo. A solução, segundo Torres, seria a constituição de um Estado Nacional com governo forte voltado para os interesses políticos, sociais e econômicos da nação. Seria a ação eficaz do governo que conduziria a formação de laços de solidariedade mais sólidos.²⁴⁶ Para isso, em seu projeto de Constituição para o Brasil, formula a ideia de um Poder Coordenador, que teria nas mãos as rédeas de toda a política brasileira.

Adepto da ideia de que o Brasil deveria investir em seu desenvolvimento agrícola, baseado na pequena propriedade, o autor também dá valor ao trabalho como forma de ser o capacitor do desenvolvimento das potencialidades individuais. Um país centralizado, basicamente agrícola e com maior integração são os ideais que se refletem em toda a obra de Alberto Torres, e mais evidentemente em *A Organização Nacional*.

²⁴⁶ Cf. Maria HERMÍNIA, Oliveira Vianna: *Instituições Políticas brasileiras* In.: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos*, passim.

Apesar das rupturas, as questões raciais ainda se fizeram presentes e tiveram ávidos representantes como Oliveira Vianna.²⁴⁷ Em sua obra *Viana, “Populações Meridionais do Brasil”*, objetivou assinalar a incoerência dos liberais brasileiros em transplantar instituições políticas externas na sociedade brasileira sem nenhuma adaptação a realidade do país e de sua população. Viana alertava que implantar o parlamentarismo inglês, ou o federalismo americano numa sociedade com os moldes da brasileira produziria tensões que poderiam ocasionar divergências, e em última circunstância a fragmentação do país.

Dividido em dois volumes, um dedicado as “populações rurais do centro-sul” e o outro as “campeador rio-grandense”, Oliveira Vianna se objetiva a traçar as singularidades do povo brasileiro, de modo a justificar sua tese da incompatibilidade das instituições exteriores ao contexto brasileiro. Fica claro o seu intento, que era

estabelecer a caracterização social do nosso povo, tão aproximada da realidade quanto possível, de modo a ressaltar quanto somos distintos dos outros povos, principalmente dos grandes povos europeus, pela história, pela estrutura, pela formação particular e original.²⁴⁸

O intuito não foi criar um texto ufanista, de exaltação das características da nação, mas também de evidenciar as falhas nas instituições, os problemas estruturais e as deficiências em diferentes âmbitos. Ao produzir essa análise total da sociedade brasileira, o autor poderia se ater ao seu objetivo principal, que era produzir um novo projeto de Estado, privilegiando uma nova diretriz política que melhor respondesse as configurações a que o país estava intrinsecamente ligado. Porém, resultado de todo o seu estudo não é a produção de um novo conceito de Estado a ser aplicado a realidade brasileira, mas sim uma particular concepção do Estado brasileiro, enquadrado dentro do Brasil, ou seja, projetar um modelo de Estado de acordo com as necessidades e realidade do Brasil.

²⁴⁷ É importante salientar que as interpretações de uma proposta autoritária par ao Estado, conduzida por Oliveira Vinna, lhe garantiram um engajamento político burocrático na ditadura do Estado Novo. Sobre o assunto ver o artigo de Angela de Castro Gomes em “Os intelectuais do antiliberalismo” organizado por Flávio Limoncic e Francisco Carlos Palomanes.

²⁴⁸Cf. Oliveira VIANNA, “prefácio”, em *Populações meridionais do Brasil*, vol I, p13.

Aliás, o autor não observou o Brasil constituído por uma população unida, integrada e uniforme. Viana acreditava que o Brasil era múltiplo, e por isso a necessidade de haver uma integração maior entre as partes. Por isso mesmo que denominou o seu livro de “Populações Meridionais”, no plural, pois via no Brasil um mosaico de várias “populações”, com suas especificidades próprias. Assim, para o autor o “povo brasileiro” não existia, pois havia muita diferenciação dentro do próprio país. Interpretou o Brasil como um conjunto de três regiões distintas e contrastantes. As regiões norte, a centro-sul e a extremo sul, no entender do autor, geraram diferentes sociedades (a dos sertões, das matas e dos pampas, respectivamente) e por isso mesmo, por suas substanciais diferenças em todos os campos, não integradas, no sentido da formação de um ideal de “povo brasileiro”. Por terem suas características peculiares em sua gênese, as três regiões assumiram uma relativa autonomia, no que diz respeito a identidade do seu povo. Essencialmente rurais em sua origem, as marcas dessa diferenciação não desapareceram quando houve um momento de crescente urbanização do país. Apesar de urbanas, as regiões permaneceram com as mesmas características identitárias, pois fora consideradas por Viana meros reflexos ou variantes do meio rural a que pertencem. Para o autor, a conjugação de fatores como a demografia, geografia, história, economia e política deram os tons das especificidades de cada região brasileira tornando impraticável o conceito de “povo brasileiro” no seu sentido mais amplo.

A fim de produzir uma análise que melhor ilustrasse a realidade das instituições políticas brasileiras, Viana propôs um método que se contrapôs ao método de juristas e doutores das leis. Ao invés de estudar as instituições políticas pelo seu caráter jurídico, Viana se realizou o inverso: estudar as instituições em sua natureza real, como se apresentavam na realidade, e não como deveriam se comportar. Utilizando esse método o autor fundamentou o seu intento de mostrar que a simples transposição de instituições políticas estrangeiras não foi eficiente, visto que as características da sociedade são completamente diversas. Tratou-se, portanto de contrapor a imagem do que “deveria ser” a sociedade brasileira em relação ao que ela era de fato.

Para compreender a formação de um território, vasto e ao mesmo tempo tão regionalizado, bem como se estabeleceu às estruturas políticas do país,

Viana recuperou o processo de ruralização da nobreza vinda de Portugal para o Brasil. Este processo passou por duas rupturas: A Independência e o fim do trabalho escravo. Na Independência, a elite “descartou” a experiência histórica que passou e decidiu por implantar um Estado centralizado, procurando integrar os diferentes poderes locais, espalhados por todo o território, como forma também de manter a integração territorial. A Abolição da escravidão, para Viana, foi algo tão expressivo que influenciou profundamente a investigação de sua obra. Para o autor, o fim do trabalho escravo representou uma grande transformação em toda a base da sociedade brasileira que tinha como um dos seus pilares a escravidão. A consequência foi que, com o fim da escravidão ocorreu a desestrutura da elite dominante, da sua economia e a política.

O nascimento da República trouxe problemas estruturais os quais Oliveira Vianna foi um dos maiores críticos. O autor viu na República um grande perigo para a sociedade brasileira, na medida em que desestruturou as configurações até o momento realizadas, e permitiu o surgimento de um novo agrupamento de indivíduos dentro da vida política. Indivíduos que segundo o autor, eram “destituídos de espírito público e amantes de generalidades sonoras.”

Para realizar o seu objetivo de caracterizar cada região e população existente no Brasil, Viana conjugou fatores de nível geográfico, político e raciais, e como eles refletiram na formação e na expansão dessas populações, solidificando modos de vida e características peculiares.

O autor, a despeito de outras tendências, defendia que ao invés de ladrões e criminosos, o Brasil teria sido primeiramente povoado pela alta nobreza de Portugal, o que consolidou uma aristocracia basicamente rural. Para o autor o que promoveu um choque quando a tendência americana chega ao Brasil foi a incompatibilidade entre essas duas formas de pensar, uma de caráter rural e outra urbano. Na verdade esse choque de tendência se dá na mesma classe, mas em setores diferentes. Desta forma, teria ocorrido um processo onde a influência das aristocracias rurais advindas da nobreza lusitana diminuiu em detrimento do enriquecimento dos plebeus, que acabam por tomar lugar dessa aristocracia. Sem tradição aristocrática e sem ter no sangue as marcas de uma nobreza, esse novo setor trouxe um pensamento

que aglutinou o pensamento da anterior. Por não ter o sangue nobre, essa nova aristocracia, que se ergueu proveniente de uma plebe enriquecida, trouxe em si “a profusa mistura de sangue bárbaro” e com a miscigenação facilitada pelo viver nos latifúndios colaboraria pra uma desorganização da moral, segundo o autor. Com a vitória dos setores advindos de uma plebe enriquecida houve o que Viana chama de ruralização²⁴⁹.

Esse processo se consolidou devido a três fatores principais: O reconhecimento de que não era possível se comandar as fazendas da cidade; Expansão do território em decorrência da busca por índios para trabalhos servis; A descoberta de ouro no planalto, que promoveu o crescimento da atividade pastoril e o desenvolvimento das cidades onde se localizavam as minas. Oliveira Vianna descreveu que o processo se deu de forma tão natural, que os pequenos centros urbanos produzidos pela mineração, foram transitórios e meramente utilitários. A vida rural passou a ser vista como uma forma de distinção da aristocracia. O que anteriormente era visto como algo a que as circunstâncias levavam e algo pelo qual não se poderia lutar contra, no século IV se transformou em algo altamente valorizado e buscado pelos que procuravam marcar sua distinção. Este detalhe que Viana procura deixar claro em várias partes de seu texto. Essa nova aristocracia não se ruralizou em busca de lucro, e sim para marcar uma distinção que a propriedade agrária oferecia. Assim, criou-se um núcleo social fundamentalmente rural, que não tinha a força do ruralismo saxão e nem a do lusitano. Essa tradição rural, afirma Viana, não proveio de Portugal, pois este se fundamentava em um movimento de veraneio, enxergavam no campo um local onde para passar alguns momentos, criando assim um movimento pendular, sem fundamentar os laços com a terra e nem com a cidade.

O meio rural, segundo Viana, exerceu um poder de modificação da moral da plebe. Aos poucos a moral advinda da plebe foi sendo diluída pela alta moralidade da nobreza. Fixa na terra, a família fazendeira se organizou de forma aos moldes cesaristas, com uma uniformidade moral acentuada. Na vida rural, constatou Viana, a estabilidade era algo que permeava todas as dimensões da vida cotidiana, em oposição a instabilidade que os centros

²⁴⁹ Cf. VIANA, “Prefácio”, em populações meridionais do Brasil, p.64.

urbanos trariam. A vida rural também seria marcada pela debilidade moral, resultante do fraco poder do pai na estrutura familiar. Assim, apesar de herdar toda a moral da antiga aristocracia nobre, a nova aristocracia acabava por destituir alguns símbolos de caráter, sendo assim menos classificada em termos de um comportamento aristocrata, e melhor enquadrada em um sentimento de uma plebe rural. Esse argumento racial está no centro da argumentação que o autor realiza em *Populações Meridionais*.

A raça seria o condicionante de diversos aspectos da vida social e política brasileira, influenciando em toda a estrutura argumentativa do texto. Seria preciso realizar um estudo profundo dos tipos raciais da população do Brasil para então enquadrá-lo dentro de suas próprias realidades. O conceito de raça é tão forte na argumentação de Oliveira Vianna que não seria tão incorreto afirmar que para o autor, raça e classe designavam o mesmo fenômeno social. Os preconceitos de raça e sangue para o autor eram instrumentais:

Os preconceitos de cor e sangue, que reinam tão soberanamente na sociedade do I, II e III séculos, têm, destarte, uma função verdadeiramente providencial. São admiráveis aparelhos seletivos, que impedem a ascensão até às classes dirigentes desses mestiços inferiores que formigam nas subcamadas da população dos latifúndios e formam a base numérica das bandeiras colonizadoras.²⁵⁰

Para o autor os grandes latifúndios eram os grandes centros de órbita de toda a estrutura da sociedade colonial. A grande propriedade derrotou a pequena propriedade e a tendência urbana na sociedade brasileira, além de diluir toda a influência da plebe na sociedade rural brasileira. A predominância da grande propriedade também ganhou força devido aos três usos da terra predominantes no Brasil: a cana-de-açúcar, o pastoreio e o café. Assim, configurou-se uma problemática social na forma de uma baixa mobilidade social. O homem livre ou era proprietário de um grande latifúndio ou caiu na desgraça, pois além de ter uma grande propriedade, ainda foi necessária uma quantidade grande de escravos para produzirem. Assim, o homem que não possuía tal capital ficou a mercê da pobreza, se dando em relações com os escravos. Devido a essa situação, não havia classes intermediárias na

²⁵⁰ Ibid., "Etnologia das classes rurais (II e III séculos), cap. VI, p. 156.

sociedade rural brasileira. O próprio sistema da forma como foi construído não dava espaços para o nascimento de uma “classe média rural”, formada por pequenos proprietários. A estrutura social foi totalmente simplificada, de forma que quando não se era proprietário, se era um destituído, a mercê da pobreza, não havendo estágios intermediários.

Em comparação com o latifúndio europeu, Viana destacou as grandes diferenças estruturais. No caso europeu, a quantidade baixa de terras passíveis de serem utilizadas para o cultivo, e o grande contingente populacional, proporcionou uma solidariedade, que promoveu uma menor concentração de terras entre os europeus. No caso brasileiro a grande extensão de terras cultiváveis, o clima propício, a relação de trabalho escravo, configurou uma situação de pequena mobilidade social, incapacidade de desenvolvimento de centros urbanos, e total asfixia da pequena propriedade.

Além de toda essa configuração da estrutura social produzida pela ruralização da sociedade brasileira, o autor chamou a atenção para outra característica que permitiu com que a solidariedade, os laços sociais e o sentimento de identidade nacional não se solidificassem na sociedade colonial. A falta de guerras e conflitos com outros países, a ausência de um medo exterior ao país contribuiu para que a solidariedade e o sentimento de pertencimento a uma nação não amadurecesse. Não houve assim um impulso na direção de uma “solidariedade pacífica, a solidariedade voluntária, a solidariedade para a conquista de um interesse comum”, sem as quais o sentimento de pertencimento a uma unidade nacional não se solidifica. Assim:

o clã rural brasileiro – patriarcal e não guerreiro, organização defensiva e não ofensiva, bem menos estruturado do que o seu congênere europeu – acabou sendo a única forma de organização da população rural brasileira nos três séculos de colonização.²⁵¹

Oliveira Vianna defendeu que o que possibilitou o predomínio dessa aristocracia rural foi o medo da anarquia branca. Utilizando esse conceito, Vianna tocou na questão da ausência de direitos civis da população pobre rural. Toda a vida política era dominada pela aristocracia rural, até mesmo o

²⁵¹ Gildo Marçal BRANDÃO, “Populações meridionais do Brasil”, em Um banquete nos trópicos, vol. 2, p. 319

judiciário brasileiro, tornando a justiça parcial, onde a arbitrariedade dos magistrados e a impunidade dos aristocratas se fundiam de forma que para o pobre rural não havia justiça que lhe servisse. A justiça da colônia era um instrumento de vingança nas mãos dos poderosos. Ao homem simples, não havia meios de se fazer valer seus direitos como cidadão, visto que o desejo dos senhores de terra se colocava acima de qualquer direito dos mais simples. Para Oliveira Vianna esse justiça particularizada, centrada no direito dos grandes proprietários era uma característica da sociedade brasileira:

as instituições de ordem administrativa e política, que regem nossa sociedade durante a sua evolução histórica, não ampararam nunca, de modo cabal, os cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade. Por outro lado, esse amparo também não encontram elas em qualquer outras instituições de ordem privada e social.²⁵²

O Estado, a despeito de sua atuação na Europa e nos EUA, como a principal ameaça a liberdade civil, no caso brasileiro era o único garantidor dessa liberdade. Os cidadãos sem posse se viam obrigados a se colocar a disposição dos grandes proprietários de terras. Se assim não ocorresse, ficavam a mercê da ajuda do Estado, que nem sempre se posicionava a favor, mas apenas em algumas situações.

Viana apontou pra um episódio que mudou completamente essa configuração até então consolidada da hegemonia dos clãs rurais. A chegada da família real ao Brasil produziu enormes transformações na estrutura social vigente, de forma que a proeminência política da aristocracia rural foi totalmente desestabilizada. Com a chegada do rei ao Brasil houve uma centralização do poder, localizando-se no Rio de Janeiro, destituindo os poderes locais e centralizando na nova capital. Além disso, garantiu a alternância do poder entre a ala mais liberal e a mais conservadora das elites, promovendo assim uma estrutura de poder mais dinâmica e não tão cristalizada. Assim, o rei virou um ator de centralização e estabilização do poder central, removendo parcialmente o poder das elites rurais que até então gozavam de absoluta e total hegemonia. O intelectual relatou a imagem de um Brasil totalmente partido e dissociado:

²⁵² Op. Cit. VIANA, p. 221.

A imagem do Brasil que emerge de Populações Meridionais é, assim, a de um país fragmentado, atomizado, amorfo e inorgânico, uma sociedade desprovida de laços de solidariedade internos e que dependia umbelicamente do Estado para manter-se unida.²⁵³

Para Viana a retomada da obra centralizadora do Império era uma necessidade para construção de uma nação consolidada. A construção de uma nação sob a égide da ordem era algo de extrema importância, que deveria ser realizado pela autonomia da Justiça, educação do povo e sua organização, para construir uma sociedade civil. Um Estado forte era a única maneira de manter os direitos civis e a solidariedades, ou seja, a predominância da autoridade acima da liberdade era a única forma de garantir os direitos individuais e a unidade nacional. Assim, o Estado deveria ser forte, geral, no sentido de não se guiar por particularismos, interessado primeiramente no social, a despeito do individual, e capaz de controlar os efeitos nocivos da Abolição da escravidão. Para Oliveira Vianna o fortalecimento e a modernização do Estado, a volta dos ideais rurais da vida social, num sentido da manutenção da moral e estabilidade, a total recusa à representatividade e à democracia liberal estava no cerne de um projeto político que defendia.

Desta forma, é possível concluir que, em síntese, para Oliveira Vianna, a centralização do Estado seria o passo fundamental para seu progresso, pois, o país, para Viana, assim como para Romero, não era uma nação constituída, mas em processo de constituição. Um país fragmentado, dividido por tipos regionais. O reconhecimento da realidade e a não imposição de modelos estrangeiros era essencial para administração eficaz da nação. Discutir e encontrar a melhor forma de condução da nação, desfazendo os males adquiridos historicamente e constituindo um Estado forte são elementos que tem grande força no pensamento de Viana.²⁵⁴

A atuação dos componentes do Conselho e dos que escreviam para Revista de Imigração e Colonização caracteriza-se pelo uso da racionalidade na elaboração de projetos de colonização e políticas imigratórias. Desta maneira o teor científico deveria estar presente nas discussões promovidas.

²⁵³ Gildo Marçal BRANDÃO, "Populações meridionais do Brasil", In. Um banquete nos trópicos, vol. 2., p. 324

²⁵⁴ Cf. Rolf KUNTZ, Alberto Torres: A organização Nacional. In. MOTA, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos. vol. 2, passim.

Através de planos, estratégias e estatísticas o Estado estaria amparado para realizar suas principais tarefas tais como o crescimento econômico, promover a cultura nacional, reorganizar a sociedade em seus diferentes aspectos tais como educação, trabalho e infra-estrutura.

Neste processo de centralização do poder a busca pela unidade nacional seria um elemento chave para manutenção da ordem que poderia ser alcançada através de estudos e pesquisas que resultassem nos melhores métodos, planos e estratégias para administrar a nação:

Essa racionalidade administrativa, repercutiu na necessidade de um novo ordenamento territorial, pois os obstáculos que se interpunham à consecução das políticas governamentais tinham uma dimensão espacial bastante significativa.²⁵⁵

Desta forma a utilização da racionalidade científica para condução da nação pelo governo incorporou também os aspectos relativos à conformação territorial do Brasil, a densidade demográfica, à utilização e aproveitamento das áreas e da mão-de-obra imigrante.

O Conselho não agia isoladamente, sendo um órgão consultivo atuava principalmente junto aos Ministérios da Agricultura, do Trabalho, Indústria e Comércio e da Justiça e Negócios Interiores. Também esteve junto aos estados observando e analisando os dados relativos ao andamento das colônias agrícolas nacionais. Mantinha contato com diferentes países, recebendo destes, dados e estatísticas sobre os projetos coloniais implantados. Tais referências podem ser encontradas sob a forma de artigos escritos pelos próprios conselheiros e por aqueles que tratavam destes mesmos assuntos em outros países.

Os artigos expressam quase sempre aspectos como brasilidade, nação e nacionalidade, assimilação de estrangeiros, organização e controle das colônias agrícolas por parte do governo e não de iniciativas privadas.

Sob a orientação dos estudos e pesquisas do Conselho de Imigração e Colonização no Estado Novo, diversos projetos de colonização foram planejados, com o objetivo de povoar o território brasileiro. Tais projetos

²⁵⁵ Eli Alves PENHA. A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo, 1993, p.18.

buscavam atender às demandas da política nacionalista, ou seja, construção da identidade e formação do território nacional. Desta maneira, a partir da ação do Conselho quantificando dados e realizando estudos e pesquisas, podemos observar que povoamento e territorialidade constituíram aspectos fundamentais para a conformação da nação brasileira.

Para além dos objetivos a que se propôs o Conselho de Imigração e Colonização, a produção intelectual deste órgão consultivo demonstra as relações que podem existir entre Estado e as principais ideias correntes em uma determinada época. Desta forma, a análise dos artigos da Revista de Imigração e Colonização demonstra que muitas ideias e aspectos discutidos por intelectuais de fins do século XIX e início do século XX se fazem presentes nesta publicação.

A expressão máxima dessas ideias, sem sombra de dúvidas, é o ideal de construção da nação. Como grande objetivo do Estado Novo, a construção da nação brasileira perpassa os artigos da Revista de Imigração e Colonização. Para tanto, assim como indicava Alberto Torres, ao Estado caberia a missão de fundar a unidade nacional. Desta forma, assim como o Estado Novo se propôs a fundar a nação, artigos da Revista de Imigração e Colonização, fazem referência a este plano fundador da unidade nacional na fala do Capitão Rubens Massena:

O advento do Estado Novo, no Brasil, operou grande milagre de acabar como indiferentismo, até bem pouco, aniquilador de todas as patrióticas atividades e das soluções aos nossos melhores problemas nacionais.²⁵⁶

Através da ação do Estado, a unidade nacional poderia ser constituída, o que consolida a ideia de Oliveira Vianna, onde a nação deveria ser constituída sob a égide da ordem. O problema da falta de integração nacional deveria ser resolvido pela ação constante do Estado como um canalizador de ações que garantissem a integração. Para Viana, o problema era histórico, tinha suas raízes na colonização onde o patriarcalismo e os interesses privados e locais sobrepuseram aos interesses públicos e coletivos. Arthur Hehl Neiva, ao enfatizar a importância do Serviço de Registro de Estrangeiros, recorre até

²⁵⁶ Revista de Imigração e Colonização, nº 3, ano III, dezembro de 1942, p. 73.

mesmo a Comte para ressaltar a finalidade máxima do Estado, ou seja, o de guiar os indivíduos:

Ninguém conceituou de maneira mais lapidar as finalidades do Estado que A. Comte no lema que encabeça este artigo e que se tornou posteriormente uma divisa popular da sua doutrina. Sendo o Estado uma entidade de ordem superior a do simples indivíduo na estrutura social, cabe-lhe, precipuamente, o dever de presidir à organização das sociedades em detrimento local, numa certa época. Para conseguir o seu objetivo, no entanto, faz-se mister que tenha uma boa orientação, efetivamente definida, tal rumo dado ao navegante pela bussola.²⁵⁷

Em artigo à Revista, Lincoln Nodari, expos que o instrumento da colonização, muito importante no contexto estado novista para consecução de um projeto de integração nacional, ressaltava a importância da “ordem”, da direção do Estado na realização do plano colonizador com vistas à integração do território nacional:

A colonização deve ter fins altamente nacionais, que imponham segura orientação de produção e distribuição, para que os esforços não sejam perdidos em iniciativas individuais, sem controle, sem diretrizes, sem entendimentos e também sem meios de desenvolvimento.²⁵⁸

Em artigo de 1943, o conselheiro José de Oliveira Marques, enfatizou a mesma ideia de controle, de ordenamento no estabelecimento da colonização. A tarefa colonizadora estava sob os auspícios do Estado, em contraste com os projetos colonizadores anteriores. A imigração colonizadora orientada pelo Estado nos remete a períodos de início do século XIX. A mão de obra imigrante utilizada também para o povoamento não aparece como uma novidade no Estado Novo.

A imigração colonizadora foi a partir deste período organizada de acordo com os interesses de um Estado que utiliza de dados e pesquisas para dar um sentido eficaz a este tipo de imigração buscando através dela atender as necessidades da nação. A partir destes estudos o Estado deveria identificar as falhas das imigrações colonizadoras anteriores, criar leis e órgãos que viabilizassem a organização da entrada e saída de indivíduos, bem como a instalação deles em terras nacionais.

²⁵⁷ Revista de imigração nº 1, ano I, janeiro de 1940, p.48-49

²⁵⁸ Revista de Imigração e Colonização, nº 3, ano I, julho de 1940, p. 468.

Sendo assim, Conselho de Imigração e Colonização, deveria controlar a entrada e estabelecimento do imigrante ou migrante nas colônias a fim de que não se estabelecessem de forma desorganizada no território, o que por sua vez, só viria a fortalecer os problemas enfrentados pelo país devido à dispersão populacional e falta de integração. Era a missão do governo, a forte orientação destes projetos como solução para os problemas do país, obra mestra do Estado Novo como destacou o interventor Agamenon Magalhães: “quando assumi o governo, disse aos meus cidadãos que o Estado Novo, o regime de autoridade, disciplina e trabalho, que acabamos de fundar, não deixaria problemas sem solução.”²⁵⁹

Por isso que segundo o conselheiro Marques a iniciativa para tais projetos deveria ser de caráter oficial. O fato remete a compreensão de que a missão colonizadora por parte do Estado se dirigia ao cumprimento da construção da unidade nacional e, portanto, deveria ser cuidadosamente dirigida:

É, pois, dever indeclinável do governo, pelos seus órgãos de deliberação e execução, assumir a tarefa social e econômica que lhe cabe, disciplinando o povoamento dessa imensa e rica região (Vale do Rio Doce), mediante a conveniente escolha da nacionalidade dos imigrantes que, ao lado dos brasileiros deverão para ali ser encaminhados, a fim de constituírem núcleos de colonização racional e tecnicamente organizados²⁶⁰

Na perspectiva da ordem proposta por Oliveira Vianna e apresentada na Revista de Imigração e Colonização com relação ao plano colonizador das terras no Brasil, outro aspecto emerge na discussão: a situação do trabalhador. O trabalhador brasileiro, elemento constantemente evocado na política do Estado Novo, representa segundo Alberto Torres o elemento chave para o desenvolvimento do país. De acordo com a perspectiva de Torres, o desenvolvimento se daria pela valorização do trabalho, da educação e do intelecto. Sendo assim, ao trabalhador deveria estar disponíveis meios para que pudesse efetivar seu trabalho de forma segura e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento da nação. Para tanto, caberia ao Estado assegurar os elementos e meios básicos para que o indivíduo realizasse seu trabalho.

²⁵⁹ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano IV, março de 1943, p. 81.

²⁶⁰ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p.700.

O indivíduo, a partir do trabalho teria possibilidade de se tornar um cidadão e contribuiria para seu crescimento e crescimento da pátria. Portanto, o campo, as vastas terras capazes de gerar riquezas para o país estavam disponíveis, através de uma ação orientada pelo Estado, para que o indivíduo reconstituísse também sua vida. Aqui, o ambiente agrícola, é visto como um regenerador de atitudes:

E aqueles homens, que antes, constituíam sérios problemas as autoridades, estão agora transformados em pacíficos e honrados agricultores entregues ao amanhã da terra fértil e generosa e aos cuidados de suas famílias, educando os filhos, iniciando-os no caminho nobre e elevado do trabalho, que dignifica e enobrece o caráter.²⁶¹

Da mesma maneira, Viana, apresenta a ideia de que o campo e vida rural são elementos que garantem estabilidade aos indivíduos em comparação a vida urbana, que segundo ele seria sinônimo de instabilidade. No conjunto de ações que propunham a integração territorial, a cultura das regiões litorâneas, caracterizada como cosmopolita, deveria ser influenciada pela pureza cultural do interior. Esta tarefa que demandava poder de um governo centralizado e autoritário e dos arranjos que foram estabelecidos ao longo do tempo com os diferentes setores da sociedade. A grandiosidade e força da nação estariam expressas no sentido de uma expansão territorial. Era, sobretudo, um resgate histórico, pautado na conquista e expansão nacionais, que foi inicialmente realizada pelo bandeirante, identificado como fundador da nacionalidade e deveria ser completada pelo Estado Novo. Isto demonstrava também a mudança com relação aos padrões políticos anteriores, pois, defendia o resgate dos valores históricos nacionais, a plena conquista e integração do território brasileiro e supressão dos regionalismos em nome do progresso.

Propostas expostas na Revista de Imigração e Colonização estavam em harmonia com esta perspectiva. Na valorização das terras, na exploração das riquezas estava implícito o ideal de desenvolvimento a partir do trabalho segundo Afonso Bandeira de Melo:

²⁶¹ Revista de Imigração e Colonização, nº 3, ano IV, setembro de 1943, p. 539.

Os países novos, como o nosso necessitam valorizar suas terras desertas e explorar seus recursos latentes, os quais somente poderão se transformar em riqueza apreciável pelo trabalho constitutivo do homem. Pouco nos serve o nosso potencial econômico se não vier a ser explorado pela inteligência, pela energia e pelo trabalho. O deserto permanecerá simples expressão geográfica se for povoado e valorizado pelo estabelecimento do homem adventício, desejoso de encontrar trabalho, criar riquezas e reconstruir seu lar numa terra de paz e liberdade. E os filhos desses alienígenas, possuídos do mesmo espírito de sacrifício e animados do mesmo ardor patriótico, serão também, como nós, bons brasileiros e cooperarão conosco para consolidação étnica e espiritual da nação brasileira, formada, desde suas origens, sobretudo de elementos estrangeiros que exploraram, povoaram e valorizaram nossas terras desertas.²⁶²

Como um imperativo, era necessário que o Estado oferecesse condições de trabalho ao indivíduo segundo Torres, e para autores de artigos da Revista de Imigração e Colonização, ao se remeterem a este ponto, estavam apresentando aquilo que o Estado Novo tomou como uma de suas tarefas executáveis através de seus órgãos e instituições. Destacam-se assim, as possibilidades de desenvolvimento das colônias a partir do aparato, da infraestrutura básica concedida ao trabalhador:

é mister que a casa higiênica, a assistência médico-farmacêutica, escolar, moral e técnica se transformem em realidade atual afim de que não se falseiem os elevados propósitos do governo nacional em favor de, pelo menos, uma parcela dos nossos obreiros rurais.²⁶³

Tais condições básicas seriam tanto para o plano desenvolvido pelo Conselho de Imigração e Colonização como para Torres, a garantia de sucesso e desenvolvimento do país como destacou Afonso Bandeira de Melo em seu artigo na Revista de Imigração e Colonização de 1943:

²⁶² Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p.674.

²⁶³ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano IV, dezembro de 1943, p. 89.

Se é o sucesso econômico do colono o principal fundamento da colonização é preciso assegurar-se, quer se trate de iniciativas oficial, que se trate de iniciativa extra-oficial, que o núcleo para o qual será ele encaminhado reúne as condições de garantia daquele êxito, tais como vias de comunicação, proximidade de mercados consumidores, assistência técnica e quando for o caso assistência financeira.²⁶⁴

Torres, também enfatizou a importância da propriedade agrícola como uma solução para o problema demográfico do Brasil e para tanto, mais uma vez, a perspectiva de controle por parte do Estado se fez importante em sua fala. A ocupação do território por meio de atividades agrícolas, e pelo incentivo de formação de pequenas propriedades estava no cerne da obra a ser realizada pelo Conselho de Imigração e Colonização:

É isso que dá relevo a obra de colonização iniciada pelo Estado Nacional, que não tem interesses imediatos de mercancia, mas de sentido profundamente humano, tornando relevante o papel a ser desempenhado pelos administradores de colônia, cujas atividades deverão gravitar em torno da família colonial, assistindo-a por todos os meios ao seu alcance, de forma a possibilitar a realização do plano do governo – a transformação de trabalhadores agrícolas em pequenos proprietários rurais economicamente independentes.²⁶⁵

A atuação do Estado na organização da propriedade agrícola, no oferecimento de condições ao trabalhador como destacou Torres, num plano de reorganização e integração do território nacional, ou como salientou Vianna, a constituição da unidade nacional orientada pelo governo, são medidas exemplificadas pelas palavras de Dulphe Pinheiro Machado ao escrever sobre a política imigratória:

Ministrar aos imigrantes os mais detalhados esclarecimentos sobre as fazendas e propriedades agrícolas e campos de criação, onde possam exercer sua atividade, ou a respeito dos núcleos coloniais, onde a pequena propriedade é posta ao seu alcance, a par de uma assistência sistematizada, por parte do poder publico.²⁶⁶

²⁶⁴ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p. 694.

²⁶⁵ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano IV, dezembro de 1943, p. 91.

²⁶⁶ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano V, março de 1944, p. 23.

É, portanto, evidente, nas páginas da Revista de Imigração e Colonização a importância dada à pequena propriedade agrícola na resolução dos problemas demográficos do Brasil:

A pequena propriedade, determinando a fragmentação de latifúndios inexplorados, e disseminadas pelas margens das estradas de ferro, das vias navegáveis e das rodovias, possibilitam a fixação dos nacionais e estrangeiros, exercendo decisiva e salutar influência no desenvolvimento econômico do país e na sua política demográfica.²⁶⁷

Demografia, população, ilhas demográficas, povoamento são palavras de ordem para o entendimento dos objetivos do Conselho de Imigração e Colonização e expressados no seu periódico. A conclusão ou até mesmo a razão para existência de um órgão específico para tratar da questão do povoamento do Brasil, foi a de que o território nacional, apesar de suas potencialidades e dimensões, tinha uma população dispersa, pulverizada:

O imperialismo brasileiro, disse o senhor presidente da república, consiste na expansão demográfica e econômica, dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país.²⁶⁸

A constatação do problema demográfico do Brasil não se deu apenas a partir da ação dos estudos do Conselho de Imigração e Colonização. Num contexto de análises do Brasil em termos sociais, políticos, culturais e econômicos, os intelectuais Sílvio Romero, Paulo Prado e Oliveira Vianna, analisaram e indicaram os problemas do Brasil relativos a sua demografia, em termos quantitativos e qualitativos. Em síntese para os três autores, o povo estava disperso pelo território por fatores históricos. No Brasil, teria havido um processo de povoamento irregular com uma aglomeração de indivíduos no litoral. Este fato foi também constatado por muitos autores dos artigos da Revista de Imigração e Colonização.

O “problema demográfico do Brasil” foi discutido no periódico em questão de diferentes formas, sob diferentes primas e necessidades. A questão

²⁶⁷ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano V, março de 1943, p. 87.

²⁶⁸ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano V, março de 1944, p. 23.

da conformação territorial fazia parte do ideal de construção da nação, era uma tarefa com objetivo “de por a terra e os elementos a serviço da civilização” ²⁶⁹. Os fluxos de migração interna teriam de ser deslocados para o centro-oeste, saindo das grandes cidades do sudeste a fim de equilibrar os níveis populacionais do território. Em conjunto se organizaria um eficiente projeto de nacionalização que atingisse as áreas de colônias estrangeiras mais isoladas ao sul.

Em suas páginas existem referências ao projeto da “Marcha para Oeste” que sintetizou a necessidade preeminente do Estado Novo no tocante ao povoamento do interior do país como destaca o trecho:

A marcha para o oeste só se poderia dar pelo transbordamento das populações e da riqueza do litoral. Não se poderia colonizar o interior brasileiro sem população, sem dinheiro e sem técnica.²⁷⁰

Muito utilizada também, foi a noção de que no Brasil havia um “deserto”, não por ausência completa de indivíduos, mas como uma decorrência da má distribuição populacional e pela extensão do território. Como constatou Torres como a ideia de que o povo brasileiro, na realidade, estava pulverizado pelo território. Este fato só seria então resolvido através de uma ação dirigida:

Há, no Brasil, um imperativo a considerar – o deserto – e dele decorre que o serviço de povoamento se nos apresenta como a resultante das necessidades nacionais, as mais prementes.²⁷¹

A ação do governo era a maneira considerada mais adequada para resolução dos problemas demográficos. Inúmeras críticas foram lançadas a forma como ocorrera a imigração anterior, sempre sobre os auspícios de empresas particulares, o que caracterizou a “pulverização” da população descrita por Torres. A única forma de estabelecer um povoamento homogêneo era garantir a atuação do Estado neste aspecto através da formação de núcleos colonizadores:

²⁶⁹ Revista de Imigração e Colonização, nº 3, ano IV, setembro de 1943, p. 537.

²⁷⁰ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano IV, março de 1943, p. 80.

²⁷¹ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano V, março de 1944, p. 86.

A colonização no Brasil, dada a diversidade de condições geográficas, de climas, de culturas e de outros fatores, que embaraçam a sua realização eficiente, é uma obra de grande envergadura, exigindo perfeito aparelhamento nos serviços técnico-administrativos, ampla liberdade em seus movimentos e recursos suficientes, dentro de um programa de realizações que competirá ao Conselho de Imigração e Colonização propor ao governo, em obediência às suas próprias finalidades legais de: orientar e superintender os serviços de colonização e entrada, fixação e distribuição de estrangeiros.²⁷²

A questão do povoamento encontrou solução na imigração. De fato, não era algo novo a utilização de imigrantes para preencher os “vazios demográficos” do território brasileiro. Os autores Oliveira Vianna e Sívlio Romero constataram que a entrada de indivíduos no Brasil e até advogaram que esta entrada resultaria em condições raciais favoráveis, isto, o branqueamento da população como um ideal a ser atingido. A questão da raça era, portanto, elemento preponderante para constituição da unidade nacional e mais para se obter uma avaliação positiva do Brasil e como destacou Viana, a questão racial era importante porque era um elemento condicionante de diversos aspectos da vida social e política brasileira. Esta posição pode ser exemplificada com discurso da Revista de Imigração e Colonização, onde José de Oliveira Marques, discorre teoricamente sobre a importância de se conduzir o povoamento selecionando os tipos raciais:

O sentido da civilização e da cultura é inseparável da compreensão do problema étnico. Nenhuma civilização superior, nenhuma alta cultura humana jamais se derivou do conglomerado de contribuições pobres, oriundas de elementos étnicos caídos ao acaso no crisol das raças que, porventura, lhe tenham servido de berço.²⁷³

Era imprescindível para Revista de Imigração e Colonização a questão racial com relação à constituição da população brasileira. Sendo assim, como fala semelhante aos autores como Viana e Romero, que exaltaram a questão racial, a política imigratória deveria objetivar a homogeneização racial ainda em 1944:

²⁷² Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano V, março de 1944, p. 88.

²⁷³ Revista de Imigração e Colonização, nº 2, ano I, abril de 1940, p. 206

A nossa política de imigração e de colonização no sentido valorizar como o povoamento e, portanto, como o trabalho humano, nossas terras incultas, nossas minas inexploradas e nossas florestas desconhecidas, e tem sobretudo, o nobre propósito de contribuir com outros elementos étnicos para a formação homogênea da nossa raça. Esse imigrantes sofrerão necessariamente a influência dos fatores mesológicos na adaptação das futuras gerações ao ambiente americano. O nosso interesse consiste em promover assimilação não somente dos descendentes desses adventícios, mas ainda dos próprios estrangeiros que vêm aqui procurar trabalho entre nós.²⁷⁴

Desta forma, povoamento e raça eram fatores condicionantes na formação do Estado genuinamente brasileiro, por isso era necessário não sofrer interferência prejudicial de outras raças. Como destacou Viana ao afirmar que o atraso do Brasil era decorrente dos efeitos negativos da mistura de raças, ao longo da história de constituição do Brasil, era importante, segundo o discurso da Revista de Imigração e Colonização um controle da política de imigração a fim de evitar a mistura degenerativa:

A política de imigração está necessariamente em estrita conexão com a política de povoamento, de modo a evitar a justaposição de raças diferentes numa mesma região, como aconteceu com os alemães em Santa Catarina e os japoneses no estado de São Paulo.²⁷⁵

A relação entre imigração e branqueamento é notável no periódico, o que faz concordar com os ideais de Viana e Romero indicado na fala persistente do Conselheiro Marques em 1944:

Sem propósito deliberado de excluir qualquer raça ou nacionalidade, o momento aconselha entretanto, que restrinjamos as nossas preferências aos povos de raça branca, preferencialmente de origem latina, a quem devemos o sentido tradicional da formação da nossa nacionalidade.²⁷⁶

E confirmado por Almir Clarck:

²⁷⁴ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p. 675.

²⁷⁵ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p.677.

²⁷⁶ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p. 700.

Que me seja permitido apresentar, a título de contribuição, para o estudo do problema, uma indicação no sentido de que seja expressamente proibida, no plano em elaboração a imigração de elementos geralmente chamados de cor – das raças amarelas, negros e outras – de qualquer origem, proveniência ou nacionalidade que sejam.²⁷⁷

A posição da Revista de Imigração e Colonização quanto a questão racial, pode ser reafirmada pelo fato de ter publicado em suas páginas, artigo de autoria de Oliveira Vianna que aborda o aspecto. No artigo publicado em janeiro de 1940, cujo título é “Os imigrantes germânicos e eslavos e sua caracterização antropológica”²⁷⁸, onde Viana descreveu as correntes raciais que entraram no Brasil de acordo com sua região de origem na Europa. A Eugenia também esteve presente no discurso do Conselho como nos revela o artigo de Major Aristóteles Câmara ao afirmar que “a educação por si só não conseguirá modificar a espécie humana; é necessário apelar para medidas eugênicas”²⁷⁹

A diversidade racial era, sem dúvida, um problema que segundo Viana, deveria ser resolvido em favor da unidade nacional, assim como as diferenças regionais e de desenvolvimento. Ao constatar cientificamente a inferioridade biológica do negro em relação ao branco e os efeitos negativos da miscigenação, Viana, Prado e até mesmo seu antecessor Romero, colocavam o Brasil numa condição de nação incapaz de se desenvolver. Portanto, assim como o exercício de estudo e pesquisa fora utilizado para compreender a história e os problemas do país, eram necessários esforços e estudos que buscassem a solução.

Torres vai além, ao afirmar que as políticas de Estado deveriam estar embasadas no conhecimento sobre o povo. Portanto, para estes intelectuais nada poderia ser feito em termos de transformação sem o conhecimento da realidade do país. Este pressuposto também foi adotado como uma forma de trabalho pelo Conselho de Imigração e Colonização, cujo objetivo era traduzir a realidade do Brasil em termos de pesquisas e dados para que assim pudessem

²⁷⁷ Revista de Imigração e Colonização, nº 4, ano V, dezembro de 1944, p. 706.

²⁷⁸ Este artigo constitui um capítulo destacado de um livro inédito (O ariano no Brasil), porém, com elaboração interrompida em 1932, segundo informação da Revista de Imigração e Colonização.

²⁷⁹ Revista de Imigração e Colonização, nº 2, ano V, junho de 1944, p.251.

se constituir estratégias que objetivassem a transformação e solução dos problemas nacionais.

Ao defender a importância do Serviço de Registro de Estrangeiros em artigo na Revista de migração e Colonização, Neiva compartilha com o pressuposto de que somente através do conhecimento, do estabelecimento de dados sobre a realidade do Brasil é que se poderia resolver os problemas quanto à composição racial do Brasil e da nacionalização de estrangeiros e suas colônias:

Sem dispor dos dados essenciais à sua solução, não seria possível ao melhor algebrista do mundo resolver uma equação. Da mesma forma, para solucionar as questões sociais, infinitamente mais complexas do que as abstratas concepções matemáticas, é forçoso que, pelos seus órgãos especializados, seja o Estado permanentemente informado de todos os aspectos que julgar úteis para auxiliá-lo a resolver os problemas que mais de perto lhe interessam.²⁸⁰

Neste artigo, Neiva não apenas descreve como funciona o Serviço de Registro de Estrangeiros, mas defende a ideia de que o serviço é necessário e importante diante dos objetivos de construção da nação brasileira. Era importante que o imigrante se estabelecesse no Brasil como um fator de progresso e não de desagregação social e política. Nesta concepção o imigrante poderia ser um fator de desintegração da ordem nacional. Uma vez em território nacional, este poderia servir como instrumento de veiculação de ideias subversivas como o comunismo e o anarquismo, contrárias à ordem vigente. Além disso, mesmo a utilização do imigrante na ocupação das terras brasileiras deveria ser profundamente estudada, pois a política adotada deveria prever a nacionalização e a integração do espaço nacional, podendo o estrangeiro tornar-se um empecilho à concretização deste projeto.²⁸¹ Gomes constata que:

O Brasil realizava no Estado Novo um grande esforço de ocupação das terras do interior. Não nos interessava, portanto, a fixação de estrangeiros nas cidades. Eles deveriam ser conduzidos para os trabalhos do campo, sem prejuízo, entretanto, do brasileiro, que constituiria a base primordial dessa política de colonização.²⁸²

²⁸⁰ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano 1, janeiro de 1940, p.48.

²⁸¹ GOMES, Ideologia e Poder, 1982, p.162.

²⁸² GOMES, Ideologia e Poder, 1982, p.162.

Por isso, Neiva expõe as ideias problematizando, refletindo sobre os exemplos de países grandes levas de imigrantes europeus como os Estados Unidos. Embasa sua defesa em referenciais teóricos a fim de provar que é dever do Estado e de suas instituições identificar os problemas da nação e resolvê-los a partir da realidade em especial no controle dos “alienígenas”.

Em suma, estudos eram a premissa do Conselho de Imigração e Colonização, expostos no decreto número 3010 de 20 de agosto de 1938 e disponibilizado na revista do órgão

Artigo número 226 – Incube ao Conselho:

- g) estudar os problemas relativos a eleição imigratória, à antropologia étnica e social, à biologia racial e à eugenia;(…)
- j) estudar os fenômenos das migrações nas diferentes zonas do país, bem assim a permuta inter-estadual de trabalhadores rurais;(…)
- k) estudar e indicar aos poderes públicos os meios capazes de remediar a desocupação.(…)
- o) estudar o movimento imigratório, sugerindo aos órgãos competentes as bases da legislação que for conveniente ou necessário adotar;
- p) proceder a estudos da colonização em geral;
- q) estudar um plano agrário para fomento e estabilidade da pequena e média propriedade agrícola (...)²⁸³

Todos os pontos destacados até aqui, conferem ao Conselho de Imigração e Colonização e seu periódico um caráter de instrumento na construção da nação. Seu caráter investigativo, selecionador e até como espaço de debate das questões relativas à constituição do Brasil, demonstram de fato a missão nacionalizante do Estado Novo. Nas páginas da Revista de Imigração e Colonização, é possível encontrar não somente questões ou problemáticas relativas ao Brasil, mas também, como muito utilizado pela propaganda Estado Novista, a exaltação da pátria a partir de suas riquezas: “Brasil magnífico, Brasil gigante adormecido da América do Sul, Brasil, país de grande futuro, Brasil nação em formação.”²⁸⁴ Ainda sim, nesta declaração ufanista, podemos observar a perspectiva que ao Estado Novo cabe a responsabilidade de constituir a nação, uma nação que está em processo de formação, que é rica, e até o momento não soube aproveitar disso. Semelhante

²⁸³ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano 1, janeiro de 1940, p.152.

²⁸⁴ Revista de Imigração e Colonização, nº 2, ano 1, abril de 1940, p. 393.

a proposta de Torres, Romero e Viana, não se deixou de lado a exaltação da pátria mediante as constatações dos problemas enfrentados pelo Brasil e constituídos ao longo de sua história.

O caminho para concepção de uma nação cuja identidade fosse proclamada por todos em um vasto território, fica claro na análise dos instrumentos que o Estado Novo utilizou tais como nacionalização das escolas e imposição do ensino e até na produção de livros e periódicos em língua portuguesa, como constatado no artigo 272 do decreto 3010 de 20 de agosto de 1938 onde “a publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita a autorização e registro prévio do Ministro da Justiça.”²⁸⁵ Para Torres o desenvolvimento da nação só era possível através de um intensivo estímulo a formação educacional e intelectual de um povo. Seu antecessor, Romero, pontuou que a educação era o instrumento necessário para o controle das características desviantes em uma população. Neste intento, Aristóteles e Lima Câmara, divulgaram na Revista de Imigração e Colonização suas ideias a respeito da nacionalização do ensino, que se ajustam tanto ao ideal estado novista quanto a referência feita a este aspecto por Romero e Torres:

A hora tormentosa que atravessamos atualmente está a exigir que se eduque toda mocidade do Brasil sob uma mesma diretriz, para que se forme uma mentalidade comum em todos os brasileiros. Nem se diga que isto é puro idealismo. Não. Quem percorrer o interior do Brasil em todos os sentidos, verificará que já possuímos sentimentos comuns. Conseguimos conservar, apesar de todos os óbices, uma unidade linguística e sentimentos religiosos e afetivos que muito pouco diferem nos rincões mais longínquos.²⁸⁶

Além destas constatações, outros artigos do decreto 3010 de 1938, publicados pela Revista Imigração e Colonização, também fazem referência a importância da nacionalização, da uniformização linguística e valorização dos aspectos nacionais ao abordarem no artigo 272 “a necessidade de impedir o cultivo demasiadamente vivo da língua, de tradições e costumes estrangeiros numa determinada zona”, ao estabelecerem no artigo 273 a obrigatoriedade do

²⁸⁵ Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano 1, janeiro de 1940.

²⁸⁶ Revista de Imigração e Colonização, nº 2, ano I, abril de 1940, p. 248.

ensino de cívico de história e geografia no primário e o secundário das zonas rurais, e o ensino obrigatório de noções sobre as instituições políticas do Brasil em escolas noturnas para adultos estrangeiros no artigo 275.

A análise de Câmara oscila entre constatação das deficiências e os aspectos positivos do Brasil. E a futura unidade nacional, a tão esperada integração só se daria se os brasileiros empregassem a mesma estratégia daqueles que conseguiram estabelecer no país sua própria pátria:

Basta, pois, que imitemos os meios empregados pelos que conseguiram manter em certos núcleos coloniais uma mentalidade que não é a nossa. É preciso pois:

A) criar uma mística

B) organizar em sólidos alicerces a direção da campanha.

A mística será forçosamente a mística da pátria, que já tem exercido, através todos os transe da história, o papel de eterno crisol de todas as raças, como diz Epiaga.²⁸⁷

Por fim, ao concluir seu estudo mantendo a posição de que as colônias conseguiram preservar sua cultura porque criaram uma mística e uma organização, devendo o Brasil fazer a mesmo, Câmara, discorre sobre a possível criação de órgão com ação centralizada objetivando a nacionalização das colônias no âmbito educacional e destaca a importância de se constituir o verdadeiro cidadão brasileiro através da educação:

É preciso definir claramente o que se deseja dos futuros cidadãos, a fim de poder ministrar-lhes uma educação conveniente. Seria, necessariamente, um vasto programa que teria que ser inteiramente alicerçado em uma política de educação e cultura.²⁸⁸

A afirmativa se constitui como um exemplo de um dos pilares do Estado Novo: a nacionalização do ensino, a educação como um instrumento de excelência para formação do cidadão.

O nacionalismo do Estado Novo abarcou uma variedade de aspectos que poderiam contribuir para construção da nação. Abarcou números intelectuais, ideólogos, estratégias e instituições. Constitui-se a partir de

²⁸⁷ Revista de Imigração e Colonização, nº 2, ano I, abril de 1940, p. 248.

²⁸⁸ Revista de Imigração e Colonização, nº 2, ano I, abril de 1943, p. 249.

diferentes aspectos: educação, política territorial, língua, imigração, etc. No entanto, o ponto central das análises, dos discursos presentes na Revista de Imigração e Colonização, atuou no sentido de corroborar uma política nacionalista que apresenta estreitas relações com as discussões travadas no momento anterior ao Estado Novo. Tais discussões giraram em torno de uma nação existente, com um projeto ou em formação. De uma maneira geral, os autores analisados apresentaram um nacionalismo que atendeu a construção de um poder nacional centralizado em detrimento ao regionalismo político e ações externas que poderiam abalar a soberania nacional.

Portanto, o Estado Novo encarou o princípio da construção nacional através de suas instituições, ideólogos e produções, antes de se limitar a noção de que o nacionalismo era uma consequência natural da atuação coletiva dos indivíduos. Caberia então, problematizar até que ponto o nacionalismo do Estado Novo esteve relacionado aos interesses e sentimentos comuns dos indivíduos ou constituiu-se plenamente a partir da ação do Estado ou de um grupo que lançou mão de elementos necessários a sua afirmação. Contudo, a este trabalho coube a análise do nacionalismo a partir do Estado, quadros intelectuais e aspectos como território, língua, imigração, raça, entre outros. A análise do nacionalismo no período do Estado Novo, que pode ser explicado a partir dos interesses da população ou do Estado, ou ainda dos resultados das estratégias nacionalizantes adotadas pelo Conselho de Imigração e Colonização, exigiria uma nova abordagem, novas discussões e argumentos.

Conclusão

Pensar nação no Brasil na primeira metade do século XX é retomar um conjunto de ideias que buscaram encontrar um sentido na formação histórica nacional e o melhor caminho para consecução de um projeto. Contudo, cabe ressaltar e corrigir que longe de um projeto homogêneo, os atores que se propuseram pensar o Brasil eram diversos assim como suas ideias.

Foi destacado a partir deste trabalho, que a atuação de dos indivíduos ao analisarem a nação brasileira, estiveram influenciados pelo contexto interno e externo. Para concluir o intento de compreender o Brasil e projetar a solução de seus problemas, foi necessário o resgate da história, a compreensão da ação das figuras que a estabeleceram, a análise crítica às instituições vigentes e a utilização de aparatos teóricos e científicos contemporâneos. Desta forma, alguns buscaram o sentido da nação para além do império, enquanto outros demonstravam a imaturidade nacional vivida pelo Brasil.

Neste quadro, ainda se fez importante pensar a questão dos grupos que constituíram o país. Qual o papel do indígena, do negro e do europeu na constituição do Brasil? Além desses grandes grupos, ainda foram analisados aqueles que se formaram em diferentes regiões do território e constituíram-se com características próprias. Portanto, era a consciência de um Brasil diversificado e não tão fácil de ser compreendido e alcançado.

Já no império intelectuais desejavam dar conta do passado e compreender o Brasil a partir do contexto que vivenciaram. O embate entre monarquia e república reacendeu a questão nacional, agora relacionada ao sistema político ideal para condução do Brasil. Em um contexto de recém formada república a questão nacional se estabelece com um tom de crítica ao novo sistema.

Compreende-se que estes momentos de produção intelectual em torno da questão nacional estabeleceram o campo do chamado Pensamento Social Brasileiro. Em síntese, o pensamento social brasileiro ocupou-se em explicar a nação, influenciado por discursos como o racial, positivista, marxista ou weberiano, por exemplo. As fontes dos problemas do Brasil foram dadas historicamente e a solução partiria de análises racionais da sociedade.

O início da república criticado como um período de desordem das instituições políticas, teria refletido seriamente na sociedade, fazendo com que a nação perdesse seu rumo. Neste caso alguns autores positivistas, observavam que o Brasil teria perdido o sentido de sua evolução e que deveria retomá-lo o quanto antes para assim progredir. Para outros era necessário um Estado conduzido por um governo forte o suficiente para resolver os problemas do Brasil.

Quanto ao discurso racial, a constituição da população foi um dos pontos importantes para se compreender a realidade do Brasil. Foi desta forma que a população mestiça pôde ser interpretada ao mesmo tempo como a distância permanente para a constituição racial inferior e o caminho para o branqueamento. Tais pressupostos se constituíram de maneira específica na intelectualidade brasileira, já que para os discursos raciais originários da França ou Estados Unidos, uma população mestiça era o passo para a degeneração.

O momento pode então ser caracterizado como de observação do Brasil feita por uma ótica dos próprios brasileiros? A intelectualidade deste momento se preocupa em não cair no erro interpretar o Brasil a através de um modelo exportado? Uma análise dos problemas da nação com soluções gestadas de acordo com a realidade se constituía em uma tendência nos meios intelectuais, como um “mantra”²⁸⁹ para a geração, afirmou Thomas Skidmore.

Em meio a críticas e transformações sociopolíticas, observa-se o estabelecimento de um governo cuja direção era necessariamente a centralização e a força do Estado. O Estado Novo decretado em 1937 e dirigido por Getúlio Vargas, não representou a solução dos questionamentos, tão pouco sua dissolução. Em termos intelectuais, o regime de Vargas irá recorrer a um grande número de intelectuais para firmar as bases de um projeto nacional. As ideias de muitos atores que se preocuparam em pensar o Brasil serviram para compreender e planejar os setores da sociedade, o trabalho, a língua, educação, saúde, integração territorial, imigração, símbolos nacionais, música, e muitos outros elementos.

²⁸⁹ Thomas SKIDMORE, Uma história do Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.150.

O projeto de construção da nação engendrado pelo Estado Novo abarcava a reorganização da sociedade. Para tal, o estabelecimento de instituições era considerado uma medida importante para ação de um aparato técnico capaz de elaborar planos e projetos embasados, sobretudo na análise racional intelectual.

É neste contexto de discussão sobre ideias a respeito da construção da nação brasileira no Estado Novo, que o Conselho de Imigração e Colonização se inseriu com sua produção exposta na Revista de Imigração e Colonização e como um importante veículo de propagação das principais ideias correntes nos círculos intelectuais do Brasil.

O destaque aos estudos do Conselho puderam constatar a relação existente entre ideias dos círculos intelectuais e o Estado Novo e ao mesmo tempo demonstrar a contemporaneidade de ideias estabelecidas na constituição do Pensamento Social Brasileiro. Relação constatada neste trabalho a partir da comparação com os pensamentos de teóricos como Silvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Vianna, por exemplo.

Os embates do período Vargas eram outros, o contexto diferente, porém a questão era a mesma: construir a nação no Brasil. Talvez seja este o fato que interliga ideias e intelectuais entre a instauração da república e o Estado Novo. De acordo com o contexto e necessidades, as questões surgem com diferentes teores, as justificativas são estabelecidas para a diversidade histórica das demandas sociais e políticas. Contudo, a necessidade de conhecer o Brasil e pensá-lo dá o tom para cada contexto vivenciado pelos intelectuais.

Aqueles que contribuíram para a Revista de Imigração e Colonização inseridos neste contexto buscaram articular o saber de forma a completar a missão de construção da nação brasileira. Utilizando elementos como povoamento, território e imigração, observaram que de fato as discussões gravitaram em um campo de ideias já difundidas. A influência destas ideias nos artigos da Revista de Imigração e Colonização pode ser observada com frequência. Sendo assim, esta produção intelectual exemplifica a noção observada ao longo deste trabalho: a de que o Estado Novo voltou-se imensamente para tarefa de construção da nação em diálogo com os intelectuais e suas ideias.

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática: 1989

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo. Anti-semitismo - Instrumento de Poder**. Ed. Documentário. Rio de Janeiro, 1975.

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, Lapa, 1996

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo, FFCL/USP, 1959.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAPELLATO, Maria H. R. Estado Novo: novas histórias. **In Historiografia brasileira em perspectiva, Marcos Cezar de Freitas (Org.)**. São Paulo, UFS/Contexto, 1998.

CAMARGO, Aspásia (org.). **O golpe silencioso. As origens da república corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CANCELLI, Elisabeth. **O Mundo da Violência. A polícia da era Vargas**. Brasília: UnB, 2 a. ed., 1994.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração**. São Paulo, Brasiliense, 1996.

CARNEIRO, Maria Luisa Tucci, **O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)**. São Paulo, Brasiliense.

CARNEIRO, Maria Luisa Tucci. **Brasil, um refúgio nos trópicos**. A trajetória dos refugiados do Nazi-fascismo. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Goethe, 96.

CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1977.

CASTRO, Sílvio. **Teoria e Política do Modernismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CONTIER, Arnaldo D. **Passarinhada do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo**. Bauru, SP, EDUSC, 1998.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, Contexto, São Paulo, 1988.

CYTRYNOWICZ, Roney, Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 393-423, 2001.

_____. **Brasil, um refúgio nos trópicos — a trajetória dos refugiados do nazi-fascismo**. São Paulo, Estação Liberdade/Instituto Goethe. 1996

DANTES, Maria Amélia. Os positivistas brasileiros e as ciências no final do século XIX. In:A.J. Hamburger; M.A. Dantes; M. Pty; P. Petitjean. (orgs). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1996.

D'ARAUJO, Maria Celina (org.) **Instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999

_____. **A era Vargas**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997

_____. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

DEL PRIORE, Mary, VENÂNCIO Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-30. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses**. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1985.
DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III, 3º Volume, São Paulo, DIFEL, 1986.

ESTERCI, Neide. **O Mito da democracia no país das bandeiras**. Brasília: UnB, 1977.

FAUSTO, Boris (org.) **Fazer a América**. Edusp, São Paulo, 2000.

_____. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991

_____. **Negócios e ócios: histórias da imigração**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

_____. "Imigração, cortes e discontinuidades", in Lilia Moritz Schwarcz (ed.), **História da vida privada no Brasil**, vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998

_____. **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

_____. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Coleção: Descobrir o Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1994

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do Nacional-Estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Record, 2002.

GRIN, Monica. Etnicidade e cultura política no Brasil: o caso dos imigrantes judeus do Leste europeu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 10(28):139-56, jun. 1995.

_____. Anti-semitismo tupiniquim. **ASA: Judaísmo e Progressismo**, 8(43):5, 1996.

GRÜN, R. Identidade e política: os judeus na esfera pública e a representação da comunidade. **Revista brasileira de ciência sociais da anpocs**, v. 26.

GRYNSZPAN, M. Resenha do Livro O Brasil e A Questão Judaica: Imigração, Diplomacia e Preconceito, de Jeffrey Lesser. **Historia, ciências, saúde: manguinhos**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v.3, n.3, 1997.

_____. (1999), "Migração internacional na história das Américas", in Boris Fausto (org.), **Fazer a América — a imigração em massa para a América Latina**, São Paulo, Edusp.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

_____. (Org.). **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000

_____. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa. **Luso-Brazilian Review**, Wisconsin: University of Wisconsin, ano 4, v. 1, 2004.

_____. **História e historiadores.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

GRINBERG, Keila (org.). **Os Judeus no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo.** Lisboa, Portugal: Gradiva, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro, 1987.

GERALDO, Endrica. **O perigo alienígena.** 2007. Tese. Unicamp. São Paulo.

HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **A era dos impérios.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. **O Brasil Monárquico.** São Paulo: Bertrand Brasil. Tomo III, vol. 5, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e fronteiras.** Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1975.

LAUERHASS Jr, Ludwig. **Getúlio Vargas e o trunfo nacionalismo brasileiro. Estudo do advento da geração nacionalista de 1930.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESSER, Jeffrey Howard. (1995), **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. Rio de Janeiro, Imago.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas, SP: Papyrus, 1986

_____. **Colonização e trabalho no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1986.

LEVINE, Robert. **Pai dos pobres? Brasil na era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **O Regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

LEVY, Maria Stella Ferreira – 1974. “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira, 1872-1972”; in: **Revista de Saúde Pública, Suplemento (junho)**.

LEOPOLDI, Maria A.P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança políticas. In **Repensando o Estado Novo**, Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro, FGV 1999.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

LIMONCIC, Flávio, MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **A grande depressão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **Os intelectuais do antiliberalismo: Projetos e políticas para outras modernidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MAYER, Arno. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime 1848-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MORITZ, Lilian Schwarcz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos**. São Paulo: SENAC, vol. 1, 2000.

_____. **Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos**. São Paulo: SENAC, vol. 2, 2000

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MARLISE Meyer. "A descoberta do Brasil o eterno retorno". **Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos**. São Paulo, n. 13, 1980.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas; espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. In: **Estudos Históricos**, vol. 4, nº 8, 1991, p. 166-176, Rio de Janeiro, 1988.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro**: CPDOC, 1992.

_____. **1922: em busca da cabeça do Brasil moderno**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1994.

OLIVEIRA, Lúcia L. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira de identidade nacional**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil**. Disponível em: www.urutagua.uem.br/015/15oliveira.htm, acesso em 06 de agosto de 2008.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

_____. **O Brasil dos Imigrantes**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PASSOS, Messias Modesto dos. **Amazônia: tele detecção e colonização**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRADO, Luis Carlos Delorme. **A grande depressão: política e economia na década de 1930**. Disponível em: <<http://ww.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/.../texto1509.pdf>>. Acesso em 21-05-2012.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 1993.

PEJARO, Elena. Proverbial hospitalidade: a revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial do imigrante 1945-55. In **Acervo; Revista do Arquivo Nacional**, RJ, vol. 10, nº 2, jul-dez 1997.

RAMOS, Jair de Souza. **O poder de domar do fraco**. Rio de Janeiro: EDUFF: 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV. 1996

SÁ, Dominichi. “A crítica da Razão Pomposa” In: **A ciência como profissão. Médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1985)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p.107-142.

SÁ, Dominichi e TRINDADE, Nísia Lima. **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Minas Gerais: Editora UFMG, 2008.

SÁ, Magali Romero; Domingues, Heloisa M. Bertol. “Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: Domingues, H. M. B. SÁ, M.R., Glick, T. (orgs) **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, pp. 223-283.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, vol. 4, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado novo, um auto-retrato (arquivo Gustavo Capanema)**. Editor, Brasília: UNB, 1983

_____. et alii. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

_____. Formação da comunidade científica no Brasil, 1979.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

_____. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1990.

_____. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Abril 1997, vol.3, nº.1, p.95-131.

SILVA, Raul Mendes da (org.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 2004.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil, de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. 6.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SORJ, Bila. (1997a), "Conversões e casamentos 'mistos': a produção de 'novos judeus' no Brasil", in Bila Sorj (ed.), **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo**, Rio de Janeiro, Imago.

_____. (1997b), "'Normalizando' o povo judeu: a experiência da Jewish

Colonization Association no Brasil", in Bila Sorj (ed.), **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo**

SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. O difícil aprendizado do nacionalismo. As relações brasileiras com a Itália e Alemanha, 1930 - 1942. In **A Revolução de 30 – Seminário Internacional**. Brasília. 1980.

TORRES, Alberto **O problema nacional brasileiro**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

TOTA, A. P. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo: O fascismo brasileiro da década de 30**. São Paulo: Difel, 1974.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Brasil 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

VAINER, Carlos. B. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia - Revista do Migrante**, São Paulo, 2000, V. XIII, Nº.36. p.15 – 32.

VELHO, Otávio G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta. "A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista" in **Estudos históricos**, RJ, vol 6, no. 11, 1993.